

Segunda-feira 2

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Maio de 1960 2715

Para apurar irregularidades relativas aos bens e valores das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

- RESOLUÇÃO Nº 4, DE 1959 (Prazo de 23 de maio de 1959 até 12 de junho de 1960)
1. Corrêa da Costa - Presidente - UDN.
2. Jorge de Lima - Vice-Presidente - PTB.
3. Humberto Lucena - Relator - PSD.
4. Lenoir Vargas - PSD.
5. Nicolau Tuma - UDN.
6. Silvio Braga - PSP.
7. Waldir Pires - PSD.
Secretária - Maria Luiza de Toledo Pereira Reis.

Para examinar e estudar a situação das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos de eletricidade e outros.

- RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1959 (Prazo de 12 de dezembro até março de 1960)
1. Mário Gomes - Presidente - PSP.
2. Coutinho Cavalcanti - Vice-Presidente - PTB.
3. Eliseu Pinto - Relator - UDN.
4. Clóvis Festana - PSD.
5. Wilson Gelmon - PSD.
6. Souza Leão - PSP.
7. João Mendes - UDN.
8. Heilo Ramos - P4.
9. Martins Rodrigues - PSP.
Secretário - Ivan Romão.

Para apurar as acusações que pesam contra o Departamento Federal de Segurança Pública.

- RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1959 (Prazo de 22 de dezembro de 1959 até 22 de março de 1960)
1. Alfredo Nasser - PSP - Presidente.
2. Oswaldo Ribeiro - PSD - Vice-Presidente.
3. Aderbal Jurema - PSD.
4. José Barney - UDN.
5. Menezes Cortes - UDN.
6. Arthur Virgílio - PTB.
7. Afonso Celso - PSD.
Secretário - Elias Gouvêa.

Para apurar a extensão e a intensidade da devastação dos recursos naturais do país.

- RESOLUÇÃO Nº 10, DE 1959 (Prazo de 6 de julho até 20 de dezembro de 1959)
1. Gileno di Carli - Presidente - PSD.
2. Corrêa da Costa - Vice-Presidente - UDN.
3. Passos Pinto - Relator - UDN.
4. Afonso Celso - PSD.
5. João Cleofás - UDN.
6. Abraão Moura - PSP.
7. Petronílio Santa Cruz - PSD.
8. Heilo Ramos - PSD.
9. Rui Ramos - PTB.
10. Oswaldo Lima Filho - PTB.
11. Valério Magalhães - PSD (substituído, provisoriamente, pelo Sr. Nova da Costa).
Secretário - Georges Rego Cavalcanti Silva.
Auxiliar - Zélia Santos Góes.

Comissão de Relações Exteriores

CONVOCAÇÃO

De ordem do Senhor Presidente, ficam os Senhores Membros da Comissão de Relações Exteriores convidados para uma sessão extraordinária de reinstalação, a realizar-se quarta-feira, dia 4, às quinze horas, na sala que lhe é destinada, Brasília, 2 de maio de 1960. Francisco José Ferreira Studart, Secretário.

40ª SESSÃO EM 2 DE MAIO DE 1960

PRESIDÊNCIA DO SR. HANRIEL MAZZILLI, PRESIDENTE

As 14 horas compareceram os Senhores:

- Hanrieli Mazzilli.
Sérgio Magalhães.
José Bonifácio.
Neiva Moreira.
Armando Rollemberg.
Geraldo Guedes.
Amazonas:
João Veiga - PTB.
Pará:
Armando Cavairo - PSD.
Armando Corrêa - PSD.
Maranhão:
Antônio Dino - PSD.
Clodomir Milit - PSP.
Piauí:
Laurentino Pereira - PSD.
Ceará:
Francisco Monte - PTB.
Moreira da Rocha - PR.
Paraíba:
Raul de Góes - PSP.
Ernani Satiro - UDN.
Jacob Frentz - PTB.
João Agripino - UDN.
Pernambuco:
Bezerra Leite - PTB.
Milvernes Lima - PSD.
Nilo Coelho - PSD.
Nilo Lima Filho - PTB.
Oswaldo Lima Filho - PTB.
Souto Maior - PTB.
Alagoas:
Aloysio Nêdo - PTB.
Luiz Cavalcanti - PL.
Medeiros Neto - PSD.
Sergipe:
Arnaldo Garcez - PSD.
Leite Neto - PSD.
Lourival Batista - UDN.
Bahia:
Clemens Sampaio - PTB.
Nestor Duarte - PL.
Oliveira Brito - PSD.
Vasco Filho - UDN.
Espírito Santo:
Rubens Rangel - PTB.
Rio de Janeiro:
Afonso Celso - PSD.

- Bocayuva Cunha - PTB.
Distrito Federal:
Adauto Carfoso - UDN.
Gurgel do Amaral - PSP.
José Talarico - PTB. (2-0-60)
Mário Martins - UDN.
Menezes Cortes - UDN.
Nelson Carneiro - PSD.
Minas Gerais:
Abel Rafael - PR.
Carlos Murilo - PSD.
Esteves Rodrigues - PR.
José Alkimim - PSD.
José Humberto - UDN.
Mário Palmério - PTB.
Oscar Corrêa - UDN.
Pedro Aleixo - UDN.
Pedro Vidigal - PSD.
Pimenta da Veiga - PSD.
Rondon Pacheco - UDN.
Último de Carvalho - PSD.
São Paulo:
Carvalho Sobrinho - PSP.
Coutinho Cavalcanti - PTB.
Herbert Levy - UDN.
Maia Lello - PSP.
Mário Beni - PSP.
Nelson Omega - PTB.
Nicolau Tuma - UDN.
Hanrieli Mazzilli - PSD.
Goiás:
Benedito Vaz - PSD.
Emival Chaido - UDN.
Mato Grosso:
Corrêa da Costa - UDN.
Saldanha Derri - UDN.
Paraná:
Mário Gomes - PSD.
Munhoz da Rocha - PL.
Rio Grande do Sul:
Adylio Viana - PTB.
Arno Arnt - PRP.
Cesar Friele - PTB.
Daniel Faraco - PSD.
Ruy Ramos - PSD.
Tarso Dutra - PSD.
Theobaldo Neumann - PTB.
Acre:
Amapá:
Augusto Araújo - PTB. (37-5-60)
Amapá:
Amílcar Pereira - PSD. (76).
O SR. PRESIDENTE:
A Lista de presença acusa o comparecimento de 72 Senhores Deputados.
Está aberta a sessão.
O SR. PRESIDENTE:
Passa-se à leitura do expediente O Sr. José Bonifácio, 1º Secretário procede à leitura do seguinte
II - EXPEDIENTE
Do Sr. Batista Ramos, nos seguintes termos.

O SR. PRESIDENTE:
Comunico a V. Exa., para os devidos fins, que nesta data assumi o exercício na Pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
Sala dos Sessões, em 30 de abril de 1960. - Batista Ramos.
Do Sr. Abelardo Jurema, nos seguintes termos.
O SR. PRESIDENTE:
Requiro a V. Exa. preferir para que o Deputado Dyrno Ed. Ferreria ocupe a Tribuna no grande Expediente na sessão do dia 10 de maio de 1960.
Sala das Sessões, 2 de maio de 1960.
O SR. PRESIDENTE:
Está finda a leitura do expediente.
O SR. PRESIDENTE (Hanrieli Mazzilli) - Presidência coliga: com a viva emoção, reabilitamos os trabalhos da Câmara dos Deputados em sua atual sede, em Brasília, congratulando-me com os eminentes colegas pelo auspicioso fato, certo de que a tarefa legislativa na nova Capital encontra campo esplêndido para atividade tranquila e eficiente em prol dos altos interesses do País. Para tanto, será necessário, sem dúvida, que através de reforma regimental, diferentes métodos de trabalho sejam adotados para permitir que o Congresso Nacional acompanhe o admirável surto econômico e social que ora atravessa a Nação brasileira. No particular, Brasília manterá também aos postulados auspidos era para as tarefas legislativas. Nos primeiros dias, em consequência ainda de condições materiais e de suas limitações, no que tange ao andamento dos Srs. Deputados e funcionários, a Nova Capital terá de proporcionar tantas das nossas renúncias para enfrentarmos algumas dificuldades que, espero em Deus, sejam remediadas com a colaboração de todos, que não tem faltado nesta hora grave do Nascimento.
A propósito deste ponto, deixo e devo esclarecimentos ao plenário - tecer algumas considerações.
Ao assumir a Presidência desta Casa, já imperava a lei que fixava o definitivo a mudança da Capital da República para 21 de abril de 1960 - a chamada Lei Emival Chaido. Sendo em vista esta circunstância, num das primeiras reuniões da Mesa e Câmara, na sessão legislativa de 1960 por minha iniciativa, com o apoio unânime da Mesa, foi nomeada um comissão de Deputados, composta especialmente de colegas engenheiros para acompanhar os trabalhos de construção da nossa sede.
Neste passo, impõe-se referir particular o saudoso Deputado Carlos Albuquerque, prematuramente desaparecido, pelo grande concurso empreendido àquela Comissão, trazendo à Mesa informada sobre aspectos de construção do novo Palácio, já então com sua estrutura completamente concluída. Na atual leitura, quando já não restava a menor dúvida de que teríamos de prosseguir os trabalhos legislativos, em 21 de abril, nesta nova sede da Capital, a Mesa da Câmara dos Deputados, sempre por decisão unânime de seus membros, tomou providências mais urgentes. De início, refundiu-se a primeira Comissão que passou a funcionar sob a chefia do Sr. Deputado Estevão Braga, a colaboração desse senhor foi das mais valiosas. O nobre Deputado Nelson Omega incumbiu-se do levantamento das condições de comunicações, de sua estrutura, de todo o tipo infra-estrutura com a divulgação e a perfeita audição dos nossos trabalhos.
O Sr. Deputado Carvalho Sobrinho teve a seu cargo a parte funcional. Esta valer seu relatório, já publicado no Diário do Congresso, para que se tenha ideia de como foram aprofun-

dados ajuízes exames de aspectos fu-
ncionais do funcionamento desta
Casa do Congresso Nacional em Bra-
sília.

Quando os encargos dessa Comis-
são já se tornavam denunciables, eu
propus a Mesa a divisão dos ser-
viços, com a criação de subcomis-
sões, a fim de atender a novos seto-
res.

Assim, no setor mobiliário, foi orga-
nizado um órgão técnico, sob a chefia
do Sr. Deputado Corrêa da Costa,
segundo principal colaborador e relator
o Sr. Deputado Vasco Filho. Do con-
curso desse Grupo, posso falar, sem
cum lá pretencioso fazer comentários,
ou subestimar outras colaborações —
que tal as rotinas e de todos, afinal,
de modo geral. Mas foi necessário
vencer grandes dificuldades porque
era indispensável harmonizar até mes-
mo a situação da indústria de móveis,
com os novos estilos, que alguns eram
lançados no Planalto. Ainda hoje, o
nobre colega Sr. Vasco Filho pôde ser
visto, na esta Casa, de mãos arretra-
das, utilizando providências nesse
setor.

Quando se encaminhava a mudança,
a Mesa da Câmara, tendo em vista a
implantação de um sistema que o
Excmo. entendeu de criar para ser
o órgão central, com as agências que
deveriam funcionar em regime de co-
laboração e também em isocronia com
esta orientação geral, a Mesa resolveu,
diziamos, contar por unanimidade,
Vale dizer, pela representação de João
esta Casa, ao nobre colega Sr. Depu-
tado Nival Moreira a qualificação de
delegado junto ao órgão central para
as providências, propriamente ditas,
de transferência da Câmara do antigo
para o novo Distrito Federal e das
medidas de alojamento dos senhores
Deputados e dos funcionários nesta
cidade.

Nosso eminente colega venceu mil
dificuldades para se desmembrar da
cidade. Seu trabalho não se limitava
a hora certa, avançava pela noite
adentro e é justo, no momento, des-
tacar, omitindo embora os controvér-
sias, que todos os componentes da
Mesa, fossem quais fossem suas con-
dições, se portaram nesta matéria,
em conjunto, com a obrigatoriedade e a di-
sciplina que fazem honra à represen-
tação nacional.

Tal foi o trabalho que enfrentou o
nobre colega Sr. Deputado Nival Mo-
reira. Horas depois da sessão do Con-
gresso Nacional, fui ver Sr. Excmo. no
leito. O nobre colega está em absoluto.
Tinha de atender às maiores surpres-
sas que podem estar reservadas numa
mudança coletiva, em que verdade é
coluna. Verdadeiro avanço sobre o
mesmo setor se devia desdobrar para
que as previsões não falhassem total-
mente, porque falhar era natural.

A atividade do Sr. Secretário é de
todos e imediata. Desde que aqui che-
gou, seu trabalho foi ininterrupto, no
sentido de aparelhar a Casa para os
trabalhos do Legislativo.

O Deputado José Bonifácio, mais
uma vez, nas situações que tomou esse
ilustre nome, pode estar certo de que
continua prestando serviços ao Brasil
e à República. (Palmas).

O Presidente desta Casa, à propor-
ção que era informado pelos eminen-
tes colegas chefes de setores, das pro-
vidências do Governo Federal de quem
quer que fosse que tivesse uma par-
cela de autoridade, para as indispensá-
veis condições de habitabilidade que
aqui deviam ser encontradas, por par-
te dos Srs. Deputados e funcionários,
se entendia diretamente com o Senhor
Presidente da República e, diga-se, as
providências as determinava pronun-
ciadamente, sem alarde, mas com a nítida
compreensão das suas obrigações, deu
toda a cobertura aos agentes execu-
tivos da mudança, entenda-se, com a
Presidência da República, com o Sr.
Novacup, com os setores de empresas

incumbidas de levar adiante as obras,
fosse nesta Casa, fosse nas edifica-
ções onde se deveriam instalar os Se-
nhores Deputados. Cumpre dizer:
muitas dessas providências tiveram de
ser tomadas à undécima hora e, po-
sso afirmar, a Presidência teve contac-
tos diurnos, extenuantes, mas dete-
civos, com todos os chefes de em-
presas que têm a seu cargo trabalhos
de obra nesta Casa do Congresso Na-
cional.

Como vêem os colegas, ainda há
muito demonstração da paciência com
que tiveram de se unir nestas horas
mais difíceis. A Mesa não substituiu
um só momento o problema. Ao con-
trário; sabia das frentidas dificul-
dades que, em parte, teria de enfren-
tar, reagiu pela qual tudo quanto lhe
foi possível para prosseguir fazer para
que a execução fosse a menos incom-
pleta possível.

Algumas condições materiais, certas
graves limitações neste setor e a cir-
cunstância — o que é muito imper-
cuntable — de a Câmara ter trabalhado
no Rio até as vésperas da inaugura-
ção desta Casa, superaram em muitos
pontos a vontade de realizar. Daí o
desconforto que sofreram, Deputados
e funcionários, desde o Presidente ao
mais modesto servidor da Secretaria,
na semana da inauguração.

A medida preterida de um recurso
de quinze dias, que infelizmente não
pôde ser concedido, tendo em vista a
importância das leis que deviam ser
votadas ainda à última hora, a res-
peito da organização administrativa e
judiciária de Brasília e da organiza-
ção do novo Estado da Guanabara,
nos fez uma falta muito séria.

A Mesa da Câmara dos Deputados,
a partir do dia 21, continuou em ati-
vidade extraordinária, indomidamente,
para regularizar os trabalhos legi-
slativos, e teve de pedir, ainda nessa
fase, o concurso de mais colegas para
diretamente, se incumbiram de alguns
setores que não puderam contar de
pronto com as soluções que estavam
no esquema — sugestão do próprio
Deputado Nival Moreira. Tivemos de
enfrentar esse problema e, imediata-
mente após a sessão solene, o Presi-
dente desta Casa convocou os seus pa-
res e a Mesa para que fossem tomadas
medidas urgentes a fim de regula-
rizar alguns aspectos que efetivamen-
te estavam gravemente perturbados.

Assim foi que os nobres colegas:
Deputados Clémens Sampaio, Nilo
Coelho, Adalberto Vale, Fernando
Santana, Armando Rollemberg — não
dejeio prosseguir na enumeração por-
que posso cometer a injustiça da omis-
são — tiveram contacto direto com o
Presidente a fim de solucionarem as
dificuldades que surgiram em vários
setores: mobiliário para as futuras
sessões dos Srs. Deputados, habitabi-
lidade, a fim de se criarem condições
mínimas de circulação, funcionamento
de elevadores, limpeza das entradas e
das dependências comuns, e também
para que os Srs. Deputados, nossos
colegas, que aqui chegassem, e não pu-
dessem contar de pronto com a chave
de seus apartamentos, fossem enca-
minhados para uma hospedagem tem-
porária no Palace Hotel, onde reser-
vamos o máximo possível de apoia-
mentos a fim de não haver a repetição
daquelas penosos momentos da pri-
meira chegada.

Dificuldades existem, sei bem, por-
que tenho estado em contacto direto e
permanente com todos esses setores,
com os prezados colegas que deles se
incumbiram mais especialmente. Mas
essas dificuldades decorrem principal-
mente da convergência da obra entre-
gá à administração desta Casa, que
teve de superar-se muitas vezes para
que, sobretudo num ponto, não pu-
desse sofrer qualquer equívoco ou
qualquer suspensamento — o referen-
te à responsabilidade desta Casa e dos
seus ilustres integrantes.

Aos funcionários da Secretaria da
Câmara que aqui se encontram, sem
distinção de classes ou de categoria,
como uma referência também especial
pelo modo por que se distinguiram
das variadas tarefas, com dedicação
exemplar, que mereço ser registrada
nos assentamentos desses dignos ser-
vidores.

Ao dar início às nossas atividades,
quero deixar bem patente que, com a
graça de Deus, chegamos a estas re-
sultados pelas providências da Mesa e
pela dedicação e compreensão de to-
dos os ilustres Deputados que, muitas
vezes, não de ter sido tantas graças
para se sentirem efetivamente em
condições não correspondentes àquelas
que a Mesa quis, com afincio, criar
para todos os integrantes desta Casa.

A Mesa agradece a colaboração e a
compreensão dos Srs. Deputados e,
neste momento, ao declarar abertos os
trabalhos da Câmara dos Deputados
em sua nova sede, que pretendemos
ter também a nome tutelar que
emprestou ao Palácio que hoje se en-
contra no território do Estado da
Guanabara, externamos os votos de
que possa continuar a nos guiar nos
sacrifícios, na luta e no bom combate.
Por isso a Mesa já tem proposta
para submeter a plenário, dando a
denominação de Palácio Tiradentes a
esta nova sede do Congresso Nacional.
(Palmas).

Está presente o nobre suplente do
Deputado Batista Ramos, nomeado
pelo cargo de Ministro do Traba-
lho. O suplente o Sr. Menotti del
Picchia, que convidado a vir à Mesa para
prestar o compromisso regimental.
(Palmas).

O SR. PRESIDENTE:
Achando-se na ante-sala o Sr. Me-
notti del Picchia, representante do
P. T. E. pelo Estado de São Paulo,
na vaga do Sr. Batista Ramos, con-
vidado os Srs. Sr. e Sr. Secretários para
o Conselho, introduzirem no recin-
to S. Exa., a fim de prestar o com-
promisso regimental.

(Comparece S. Exa. accom-
panhado da respectiva Comissão e,
junto à Mesa, presta o compro-
misso regimental, tomando em se-
guida assento no recinto).

O SR. ENIVAL CAIADO:
Sr. Presidente, peço a palavra pelo
ordem.

O SR. PRESIDENTE:
Tenha a palavra o nobre Deputado.

O SR. ENIVAL CAIADO:
(Sem revisão do orador) — Sr. Presi-
dente, quero lembrar a V. Exa. e
à Casa que a última sessão que a Cá-
mara dos Deputados realizou na ve-
lha Capital foi dedicada a uma ho-
menagem muito justa à Cidade Ma-
ravilhosa do Rio de Janeiro. Assim,
entenda eu que, nesta primeira ses-
são a se realizar em Brasília, pudesse
o plenário também manifestar-se só-
bre o memorável evento da mudança
da Capital. Fezida a V. Exa. prece-
dência para a votação deste requeri-
mento, mesmo porque foi ele apre-
sentado a V. Exa. no próprio dia 21
de abril. Era propósito de V. Exa.
realizar uma sessão especial da Cá-
mara após a reunião do Congresso.
Entretanto, como essa intenção foi
frustrada, afigura-se-me este o mo-
mento oportuno, e cabível, para que
a Casa se pronuncie sobre o histó-
rico acontecimento da interiorização
da Capital da República. (Muito
bem).

O SR. ADAUTO CARDOSO:
Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:
(Ranieri Mazzilli) — A Presidência
está examinando as inscrições feitas
para o pequeno e o grande expedien-

(tes. Acha-se inscrito, em primeiro lu-
gar, para falar no Pequeno Expedien-
te, o nobre Deputado Rui Ramos. O
nobre Deputado Adauto Cardoso fi-
gura em segundo lugar.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Sr.
V. Exa. permite, decida-se esclare-
cer que, na certeza de que falará no
grande expediente, cedí minha ins-
crição no pequeno expediente ao co-
lega e Líder Deputado João Agripino.
O meu pedido, ao momento, é para
fazer impugnano o requerimento do
nobre Deputado Enival Caiado.

O SR. PRESIDENTE:
(Ranieri Mazzilli) — O requerimen-
to será pério em votação antes da
matéria da Ordem do Dia. Como sabe
o nobre Deputado, ainda não se or-
ganizou a Ordem do Dia. Foi anun-
ciada a existência do documento só-
bre a Mesa, por isso que o nobre Depu-
tado Enival Caiado deseja assegurar
sua precedência neste momento.

O SR. ADAUTO CARDOSO —
Neste caso, Sr. V. Exa. permite in-
dagar-se, pelo tempo que resta ao
pequeno e ao grande expediente, V.
Exa. atenderá às inscrições feitas, e
se o tempo restante do grande expen-
dente será, como de hábito, dividido
entre os dois primeiros oradores ins-
critos.

O SR. PRESIDENTE:
(Ranieri Mazzilli) — Como inicia-
mos a sessão depois das 14 horas, va-
mos descurtar o tempo para que o
Pequeno Expediente possa conter o
maior número de oradores e, em se-
quência, o Grande Expediente será di-
vidido entre os dois oradores inscri-
tos. Terminado esse período, porque
não há Ordem do Dia, será franquea-
da novamente a palavra aos inscritos
no pequeno expediente.

O SR. ADAUTO CARDOSO —
Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:
(Ranieri Mazzilli) — Informo aos
nobres Deputados que dispõem de 5
minutos para suas comunicações.
Tem a palavra o Sr. Rui Ramos.

O SR. ENIVAL CAIADO:
Tem a palavra o Sr. Rui Ramos.
para uma comunicação.

O SR. RUI RAMOS:
(Para uma comunicação — Sem revi-
são do orador) — Sr. Presidente, es-
tou aqui para rápida comunicação,
mas antes de iniciá-la desejo transmi-
tir ao País em geral e em particular,
ao Rio Grande do Sul e ao Partido
Trabalhista Brasileiro daquele Estado,
minha palavra de saudade, minhas
congratulações por este acontecimento
histórico e, mais do que isso, aos mil-
hões e correligionários sul-rio-grandese-
ses, as meus agradecimentos pela opor-
tunidade que me dáram de, como seu
representante, participar do Congresso
Nacional em Brasília e deste memorá-
vel acontecimento, que reverte o país
para o coraço da nossa pátria.

Estou no tribuna, Sr. Presidente,
para dar conhecimento à Casa e pedir
o apoio dos nobres colegas para dois
projetos de lei que apresentei à Mesa e
tenho o prazer e o orgulho de que se-
jam os dois primeiros a inaugurar as
nossas atividades parlamentares em
Brasília.

**O primeiro diz respeito aos candan-
ços.** Tento, neste projeto, assegurar
prioridade aos candangos e servido-
res da Novacup na concessão de ter-

ras públicas em arrendamento ou venda e dou outras providências.

Está assim redigido:

PROJETO Nº

Assegura prioridade aos Candangos e Servidores da NOVACAP na concessão de terras públicas em arrendamento ou venda, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1. Fica assegurada aos trabalhadores de Brasília, construtores da nova Capital e aos Servidores da NOVACAP, expressos da vida rural, ou que pretendam dedicar-se à atividade agrícola, a prioridade na concessão de terras em arrendamento relativamente às glebas que o Poder Público deverá distribuir no Distrito Federal.

Art. 2.º Dentro os "Candangos" e Servidores serão preferencialmente a concessão de grandes áreas que tenham família e demonstrar experiência nas atividades rurais.

Art. 3.º Além da concessão de terras, os órgãos especializados do Poder Público assegurarão aos trabalhadores e servidores concessionários plena assistência e orientação técnica, de modo a facilitar-lhes êxito econômico e fixação à gleba.

Art. 4.º Os trabalhadores concessionários de terras em arrendamento terão igualmente preferência e prioridade de compra da terra arrendada, em qualquer tempo em que o Poder Público venha a transformar a localização em venda.

Art. 5.º Os "Candangos" e Servidores que pleitearem e obtiverem concessão de terras ao longo da faixa marginal da Estrada Brasília-Belem, terão direito de transporte para suas famílias e a financiamento especial para construção de habitação rural.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 1.º de maio de 1960. — *Ruy Ramos.*

Justificação

A figura do "Candango" tornou-se quase lendária e todo o País comenta e elogia esse tipo de trabalhador indelicado, quem não sabe de onde e aqui se transformou num colaborador exemplar, adquiriu especialização com espantosa rapidez e foi o braço que realizou a obra ideada pelo cérebro da liderança governamental.

Se não foram tomadas agora providências objetivas em favor dessas massas obovres que nos deixam Brasília na data fixada em lei e fecundaram estes desejos com o suor e o entusiasmo, em pouco tempo terão decantado pela imprensa e a tribuna e até pelo teatro, estarão rolando pelos subúrbios e malocas, sem maiores possibilidades de salutar, sem casa e sem terra, como acontece hoje no Brasil com muitos milhares de trabalhadores da cidade e do campo. Trazimos reprodutor a injustiça e a inconsciência que já praticamos com os "Pracinhas", outra figura aureolada, recebida como herói nacional depois da guerra e rejeitada definitivamente ao esquecimento.

Na hora em que a NOVACAP deverá proceder à distribuição das imensas glebas de terra do Distrito Federal para produção agrícola, em torno de Brasília, é de perfeita justiça que se assegure aos Candangos e Servidores da nova Capital preferência e prioridade na concessão das áreas que serão arrendadas a agricultores, numa área enorme da ordem de 350.000 hectares.

O presente projeto visa essa finalidade, de garantir aos Candangos e Servidores uma pequena gleba onde possam fixar-se com a família e produzir com estabilidade e assistência para o abastecimento da Capital que edificaram.

Sala das Sessões, Brasília, em 1.º de maio de 1960. — *Ruy Ramos.*

O segundo projeto está assim redigido:

PROJETO Nº

Torna facultativo o uso de traje e rigor nas solenidades oficiais e o tratamento de "excelência" nas relações oficiais e parlamentares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É tornado facultativo o uso do traje à rigor nas solenidades oficiais.

Art. 2.º É igualmente declarado facultativo o tratamento de "excelência" nas relações oficiais e parlamentares.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1.º de maio de 1960. — *Ruy Ramos.*

Justificação

Entre outros resíduos de velhas praes superadas, como herança anacrônica do regime aristocrático da Colônia e do Império, prevalecem ainda hoje no Brasil as vestimentas de gala e o tratamento pedantesco de "excelência" entre pessoas ditas "iguais perante a lei".

Nesta fase histórica de franca integração social, em que cada vez mais se enfraquecem e anulam as distinções entre os homens, é inconcebível que se imponha a exigência de roupaes especiais para certas solenidades em que o Poder Público cumpre os seus deveres democráticos e constitucionais.

O fato avulso em toda sua extensão e revelou os aspectos ridículos que encerra, por ocasião dos memoráveis festejos da inauguração da nova Capital, em que os verdadeiros heróis da "obra do século" assistiram, boquiabertos, a presença de uma multidão estranha, "uniformizada", ostentando casacas, franjes e outros paramentos anáclitavios, perfeitamente injustificados nos estípiteos indígenas do Brasil Central.

Por outro lado, o tratamento de "excelência" sobre ser contra a índole brasileira, simples e democrática, aberra da tendência em que vive hoje o País, sob o impulso irresistível do desenvolvimento econômico, que é um verdadeiro róllo compressor de igualdade social.

Sob o aspecto político, o projeto ainda mais se justifica, pois os representantes do povo, durante as campanhas eleitorais, se irmanam com as massas, confraternizam, entram sem embaraço nos Sindicatos, nas casas proletárias e nos ranchos rurais, prometem a mais estreita camaradagem e convivência, fazem em suor e mãos calosas...

Após a eleição, porém, prestado o compromisso, empolgam um título novo e passam a ser e a exibir "excelência", desde as Câmaras Municipais até o Senado da República...

O Brasil é dos poucos países do mundo em que o "vós" é substituído por "excelência" no trato oficial, burocrático e parlamentar.

Como estamos marchando com Brasília para o Interior do Continente, onde vivem 40 milhões de brasileiros que não têm "excelência" de nada a não ser de miséria, inclusive 25 milhões de agricultores sem terra, penso chegado o momento de fazer cair pela lei esses abencerragens da indumentária e do tratamento.

Em 1.º-5-60. — *Ruy Ramos.*

São estes, Sr. Presidente, os dois projetos que desejava apresentar. Na primeira oportunidade — estou sus-

crito no Grande Expediente — desenvolverei adequadamente meu ponto de vista. (Muito bem; muito bem). (Palmas).

O SR. MARIO MARTINS:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. MARIO MARTINS:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ao levantar minha primeira questão de ordem neste plenário, peço a V. Ex.ª desculpas pela circunstância de deixar de citar o número do artigo do Regimento, uma vez que, como é óbvio, a Secretaria ainda não está em condições de atender a esta medida parlamentar de fornecer ao Deputado o Regimento da Casa para verificação.

É a seguinte a minha questão de ordem: pretendo inscrever-me há pouco para falar no Pequeno e no Grande Expediente. fui informado pela Mesa de que à direita deste recinto se encontrava um "bureau" (especificamente destinado a recolher as inscrições dos deputados que desejassem falar. Lá deixei o nome.

Soube, entretanto, que igual medida havia sido tomada por outros parlamentares em diferentes locais. De modo que estamos diante de dualidade de inscrições.

Como não pretendo passar sobre o direito de ninguém, e tendo sido informado de que vários colegas, uma hora antes, haviam feito a competente inscrição, venho solicitar a Vossa Ex.ª, Sr. Presidente, o necessário esclarecimento, a fim de que todos os senhores Deputados possam inscrever-se sem prejuízo dos demais colegas. (Muito bem).

O SR. OSCAR CORREIA:

(Para contraditar questão de ordem — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, com a devida vênia do nobre Deputado Mário Martins, obedecendo ao princípio regimental, as 13hs. de hoje, nós, Deputados presentes à Casa, comparecemos à Mesa e ali fizemos as nossas inscrições em papel apropriado, que nos foi apresentado por funcionário de categoria por ela indicado.

Parceiro, pois, que o nobre Deputado Mário Martins obteve e não pôde pleitear seu direito. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli): — Antes de dar a palavra ao orador seguinte, Deputado Adauto Cardoso, vou decidir a questão de ordem suscitada pelo nobre Deputado Mário Martins e prestar os esclarecimentos pedidos.

Com a palavra, por cessão do nobre Deputado Adauto Cardoso, o nobre Deputado João Agripino.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. João Agripino, por cessão do Sr. Adauto Cardoso.

O SR. JOAO AGRIPINO:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — As atividades do meu partido, a União Democrática Nacional, em Brasília, são precisamente ligadas àquelas que construíram a nova Capital.

Testemunha das festividades da inauguração da nova Capital, ouvi decantado em prosa e verso o candango-operário que construiu, com o seu esforço, esta Capital bela, sem dúvida.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, meu partido, através de sua liderança,

houve por bem apresentar à Câmara os seguintes projetos:

Considera efetivos ou estáveis os servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital que contem mais de um ano de serviço, aprovados preferencialmente na Prefeitura de Brasília.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital serão aprovados preferencialmente na Prefeitura de Brasília desde que, a 21 de abril de 1960, contem mais de um ano de serviços prestados a referida Companhia e serão considerados efetivos ou estáveis ao passarem a ocupar cargos ou funções locais ou de carreira ou série funcional, respectivamente.

Art. 2.º A Companhia Urbanizadora da Nova Capital fará apostilar os títulos de nomeação ou admissão dos servidores mencionados pela presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, mediante a sua apresentação pelos interessados.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1960. — *João Agripino, Líder da UDN.*

Institui a cidade-satélite "Candangônia" destinada aos trabalhadores que tenham criado serviços na construção de Brasília.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A Prefeitura de Brasília, através da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, fará reservar uma área do território do Distrito Federal para a construção de uma cidade-satélite, denominada "Candangônia".

Art. 2.º A cada operário que comprovadamente tenha trabalhado no período superior a um ano, até 21 de abril de 1960, na construção de Brasília, em obra a cargo da NOVACAP ou instituições de previdência e assistência social ou por ela fiscalizadas, será doada, na cidade de que trata a presente lei, uma área de 330 (trezentos) metros quadrados para construção de casa própria.

§ 1.º A doação precederá a concessão a título gratuito pelo prazo máximo de cinco anos, prazo em que o interessado deverá construir e habitar a sua casa.

§ 2.º Construída e habitada pelo interessado a respectiva casa, dentro do prazo a que se refere o parágrafo anterior, ser-lhe-á feita a concessão definitiva. No caso contrário, será invalidada a concessão precária.

§ 3.º A Fundação da Casa Popular financiará a construção da casa própria prevista nesta lei, de acordo com as normas adotadas para a espécie.

Art. 3.º Dentro de 100 (cem) e oitenta dias, a contar da publicação desta lei, os interessados encaminharão os pedidos de doação ao Prefeito da Capital Federal, instruídos com a prova de trabalho a que se refere o artigo segundo.

Parágrafo único. Os pedidos serão publicados no Diário Oficial, bem como os despachos de concessão e doação.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S. S. 2 de maio de 1960. — *João Agripino, Líder da UDN.*

Reserva áreas de terras para colônias rurais destinadas aos candangos de Brasília e da outra providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Poder Executivo fará reservar, inclusive mediante desapropriação por interesse social, uma área de terras de margens esquerda e direita das rodovias Brasília-Belem.

Brasília-Belo Horizonte numa extensão de 200 (duzentos) quilômetros, para cada uma, por 2 (dois) de largura, para cada lado, a partir do limite do Distrito Federal, destinada à organização de colônias agrícolas, compostas de pequenas glebas, uniformes e não inferiores a 50 (cinquenta) hectares, preferencialmente para acesso dos camponeses de Brasília.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para execução desta lei.

Art. 3º Dentro de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta lei, o Poder Executivo deverá baixar decreto objetivando a regulamentação completa desta lei cuja execução ficará a cargo do INIC.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1950. — *João Agrippino*, Lido da UDN.

Vê V. Exa., Sr. Presidente, que meu partido deseja dar justo prêmio pelo trabalho e pelo esforço daqueles que são os principais responsáveis pela construção de Brasília. *(Muito bem, muito bem)*.

O SR. GABRIEL HERMES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. GABRIEL HERMES — *(Para uma questão de ordem)* Sr. Presidente, interessa à Câmara e a todos os Srs. Deputados saber porque foi assumido dos meus debates e preocupação constante da Mesa e de V. Exa., se as sessões passarão a ser irradiadas, enfim, se já dispõem do canal que nos havia sido prometido, para que não ficasse a Câmara como se dizia lá fora, enterrada neste recinto. Esta, a informação, que preliminarmente solicito a V. Exa., de interesse de toda a Casa.

O SR. PRESIDENTE *(Ranieri Mazzilli)* — Posso prontamente dar a informação ao nobre Deputado e ao Plenário.

Efetivamente, não depressa se tornou lei o projeto, que interessou a toda a Casa, para que em Brasília o Congresso Nacional tivesse um canal à sua disposição. O nobre Secretário foi incumbido de adquirir providências para que o acervo de bens daquela rádio-emissora fosse ao mesmo incorporado. S. Excia. também outorgou o funcionamento, nesta e na outra Casa do Congresso, inclusive em entendimento com o Sr. Ministro da Educação. Ficou estabelecido que, desde logo, o Congresso disporia de todos os elementos para começar a operar naquela rádio-emissora e isso ocorreu até o primeiro dia da nossa reunião.

A seguir, surgiu medida judicial e o titular da Vara correspondente e adotou a medida liminar, num sentido de segurança que pretende não deixar os bens da Rádio Ministério da Educação em transferência, por meio de que não atendas ao pedido. A Mesa do Congresso tem providências para que essas providências sejam tomadas e a informação necessária a ser dada para esse efeito, o nome representante do Ministério Público. Até o momento, a Mesa não pode dar outras esclarecimentos, que dependam da medida do Judiciário, em atenção, posso declarar que o Sr. Secretário está diligenciando nestes dias para que se restabeleça a funcionamento de canal da Rádio Ministério da Educação.

O SR. GABRIEL HERMES — Sr. Presidente, muito obrigado a V. Exa. e pediria permissão para formular segundo pedido de informação também de interesse do Plenário.

E que, após a sessão s. lene, de instalação, não recebi, como não recebi nenhum dos Srs. Deputados, o Diário do Congresso, nem houve notícia de sua distribuição. Já não temos, lamentavelmente, o rádio, pelos motivos que V. Exa. referiu, e cujas providências a Casa espera de V. Exa. o Diário do Congresso pelo menos, deve registrar o que estamos neste recinto. Daí a nossa consulta. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE *(Ranieri Mazzilli)* — O Diário do Congresso Nacional já tirou algumas cópias correspondentes aos trabalhos desta Casa. A primeira publicação que tenho em mão, referente, precisamente, à instalação dos seus trabalhos, está em composição, segundo acabou de ser informado, inclusive outro número, para efeito de divulgar toda a matéria correspondente às decisões da Mesa da Câmara, incluindo esta sessão.

O SR. ADAUTO CARDOSO *(Para uma questão de ordem)* — Sr. Presidente, eu me atrevo a tomar o lugar que cabia ao ilustre colega, Deputado Coutinho Cavalcanti, a fim de não quebrar a continuidade do assunto versado pelo ilustre Deputado Gabriel Hermes.

Dou V. Exa. notícia à Casa de que o titular de uma das Varas da Fazenda do Estado da Guanabara concedera a medida liminar no sentido de impedir de segurança da família Rôquete Pinto contra a Lei 3.737, que transferiu para o Congresso os canais de ondas curtas e médias da Rádio Ministério da Educação. Ou seja, eu que V. Exa. na disposição em que se encontra de preservar os legítimos interesses do Congresso nesse episódio, entressa que essa liminar é tanto mais crítica, porque anulou que seja o respeito que devemos a aquele ilustre magistrado, é tanto mais crítica, quanto se trata de uma para impedir contra a lei em tese, e não contra ato arbitrário de autoridade coatora. E um momento de segurança contra a lei em tese.

Além disso, Sr. Presidente, é preciso que se anote num momento e num assunto em que a nossa defesa cabe não ao Poder Legislativo, mas a delegados do Poder Executivo, cuja boa vontade na matéria pode ser até mesmo discutida, é preciso que se assinala que aquilo que a Lei 3.737 transferiu ao Congresso foi a titularidade de radiodifusão. Não se trata de bens patrimoniais que tivessem pertencido ou que tivessem sido objeto de doação da família Rôquete ao Governo Federal. As frentes de radiodifusão pertencem ao Poder Público. Não constituem, por forma alguma, propriedade particular, cuja recuperação possa ser feita em nome do Poder Executivo.

Vê V. Exa. neste rápido comentário, o mundo de absurdos com que o Congresso se depara e atenta V. Exa. com a devida veia o faço a exponer, — atente V. Excia. para a delicada situação em que se encontra o Congresso neste episódio, reclamando uma vigilância e toda a capacidade de defesa dos nossos princípios que em boa hora nos fomos às mãos de V. Exa. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo à questão de ordem suscitada pelo Sr. Deputado Gabriel Hermes em respeito ao assunto em termos de mais facilidade a Mesa desincumbir-se de suas atribuições e deveres neste episódio do canal de rádio destinado por lei ao Congresso Nacional, pode estar certo o plenário de que a Mesa defenderá, intransigentemente e ininterruptamente, e ta concessão legal que me foi atribuída, e que não pode, no interesse do povo brasileiro e da defesa institucional desta Casa, sofrer qualquer diminuição.

Esta a declaração que a Mesa faz, pelo seu Presidente, que está tomando todas as providências para que se não torne uma profanação em contrário o plano e imediato conhecimento das coisas que se passam nesta Casa do povo.

Com a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Coutinho Cavalcanti.

O SR. COUTINHO CAVALCANTI: *(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente,

em face das mesmas razões expostas pelo nobre Deputado Mário Martins, não dispondo do Regimento da Casa para citar o dispositivo em que se baseie minha questão de ordem, desajustado, no momento em que nova mentalidade se forma no Brasil, dar tramitação mais rápida ao projeto de Reforma Agrária, aqui apresentado, retorno a agradecer, Sr. Presidente, ao possível, peço a V. Exa. coloque a proposição na Ordem do Dia para as próximas deliberações. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE: *(Ranieri Mazzilli)* — Será considerada a questão de ordem do nobre Deputado Coutinho Cavalcanti, que há de merecer todo o apoio da Mesa Diretora, tendo em vista a alta relevância do assunto.

O SR. ERNANI SATIRO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o Sr. Deputado Ernani Satiro, pela ordem.

O SR. ERNANI SATIRO: *(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente,

venho fazer uma reclamação, cooperando com o esforço da Mesa, no sentido de evitar idênticas causas de adiamento nestes primeiros dias em que, por assim dizer, estamos nos acomodando na Casa.

Ao entrar no edifício da Câmara para esta sessão, fui recebido por um soldado, armado de metralhadora portátil, que só me deixou entrar depois de eu exibir minha identidade. Vinha acompanhado do Dr. Firmino Ramos, funcionário da Mesa. Peço a V. Exa. providências urgentes, porque não é possível ao Deputado, ao entrar em sua Casa, ter a necessidade de exibir sua carteira de identidade. Nesse sentido peço a V. Exa. providências urgentes.

O Sr. Mário Martins — E preciso saber, nobre colega, se a Mesa fez essa requisição, porque o meu nome é feito pelo pessoal do Congresso e não de outro Poder.

O SR. ERNANI SATIRO — Sou cidadão inclusive, fosse destacado um funcionário da Casa para ficar no policiamento, para que beste olhasse o Deputado e saber que realmente é membro desta Casa. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE: *(Ranieri Mazzilli)* — A Mesa acolhe a reclamação do nobre Deputado como colaboração para que nestes primeiros momentos sejam de logo desfeitos equívocos que se possam transformar em abuso e declara que serão tomadas providências imediatas a fim de que fique ao lado das pessoas incumbidas do policiamento externo desta Câmara um funcionário da Casa. Nesse sentido, tendo em vista a necessidade da organização de sua polícia e de seus métodos, vai providenciar no sentido de que sejam mantidas as garantias devidas aos Senhores Deputados.

O SR. ERNANI SATIRO — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE: A Mesa tomará providências imediatas a fim de que seja colocado ao lado dos policiais funcionários que identificam prontamente os Senhores Deputados, para que S. Exas. não tenham qualquer incômodo ao entrarem na sua própria Casa.

O SR. BENJAMIM FARAH — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Há uma lista de inscrição para falar no Pequeno Expediente, e a Mesa, no interesse de todos, deseja dar causal desempenho às suas funções.

O SR. BENJAMIM FARAH: *(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente,

estou inscrito sob o n.º 8. Pergunto se meu nome será atingido e se a Mesa vai respeitar daqui por diante esta lista ou se vai continuar concedendo a palavra pela ordem. Se não fizer, pedirei também a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE: A Mesa vai manter a lista de inscrições.

O SR. BENJAMIM FARAH — Agradeço a V. Exa., e espero para falar, de acordo com a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE: *(Ranieri Mazzilli)* — Havia solicitado a palavra para questão de ordem o nobre Deputado Dyrno Pires.

O Sr. Benjamim Farah fez uma pergunta que a Mesa já respondeu.

O SR. BENJAMIM FARAH — Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Benjamim Farah, para a sua questão de ordem.

O SR. BENJAMIM FARAH: *(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente,

minha questão de ordem é para saber se estamos respeitando a inscrição do Pequeno Expediente em apêndice levantando questões de ordem, que não tem cabimento. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa está exatamente disciplinando os debates para entrar no Pequeno Expediente. *(Muito bem)*.

O SR. DYRNO PIRES — Havia pedido a palavra, Sr. Presidente, para falar sobre a questão de ordem do nobre colega. Preferia que V. Exa. me assegurasse a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE: Com a palavra o nobre Deputado Abel Rafael.

O SR. ABEL RAFAEL: *(Sem revisão do orador)* — Senhor Presidente, o Partido de Representação Popular se faz presente nesta tribuna para proclamar ao Brasil seu fúdo pela transferência da Capital para o interior do País. Devia estar aqui o eminente Deputado Plínio Salgado, a quem represento neste momento. Mas S. Exa. representante do Estado do Paraná, ali se encontra, prescindindo uma convocação regional e tomando parte no Congresso Federal do Nacional, que ali se realiza. Representante, pois, o nobre colega, com muita honra para mim, a fim de, rapidamente, levar a todos os brasileiros a nossa palavra de confiança no Brasil, aos nossos correligionários a nossa satisfação por ter a bandeira integralista tomado parte no evento que marca uma nova era para a nossa Pátria.

Congratulo-me com a Mesa, que me bem trabalhou, e com os dignos deputados que tomam parte neste histórico acontecimento nacional.

Vejo que, num empreendimento desta ordem, não cabem absolutamente as imperfeições materiais, nem as que as nossas questões sobre desconforto pessoal, porque a obra é grande demais e representa o futuro do Brasil.

Dirijo, então, neste instante, minha saudação ao povo brasileiro e, o integralista, idealista, representante do Partido de Representação Popular, grito bem alto: já muito tarde nos mudamos para o Planalto Central! Agora, devemos aqui trabalhar mais ainda para que o Brasil se integre em seu território e se torne uma grande nação pelo trabalho de todos nós, Deputados, em prol dos supremos interesses do Brasil. (Muito bem, Palmeira)

O SR. Dyrno Pires — Senhor Presidente, insisto no meu pedido da palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE: (Ranieri Mazzilli) — Devo informar aos nobres colegas que a Mesa comsultou, inicialmente, em dar a palavra pela ordem no interesse de realmente esclarecer diversos pontos que foram levantados durante os trabalhos desta primeira sessão.

Agora val excepcionalmente a palavra ao Deputado Dyrno Pires, pela ordem, para passar, depois, à normalidade da ordem dos senhores Deputados que fizeram a competente inscrição.

O SR. BENJAMIM FARAH: Sr. Presidente, se V. Exa. vai conceder a palavra para uma questão de ordem, desceria também falar sob esse título.

O SR. Dyrno Pires: (Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, considero de grande oportunidade nesta hora, em que iniciamos nova organização nesta Casa, que se tome atenção para os projetos de relevância ora parados nas gavetas das comissões, que deveriam ser submetidos à plenário. Entre essas proposições, destaco a Emenda Constitucional N.º 6, cuja colocação em Ordem do Dia requerio a V. Exa. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE: (Ranieri Mazzilli) — A Mesa vai providenciar a respeito da reclamação do nobre Deputado.

Vou dar a palavra, aos senhores Deputados inscritos para o Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre Deputado Mário Palmério.

O SR. MARIO PALMERIO: (Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, na qualidade de representante da região mais conhecida como Brasil Central, na parte referente a meu Estado, Minas Gerais, venho testemunhar nosso inenarrável júbilo pela consumação de Brasília.

Todos os problemas fundamentais da minha região, quase todos, no campo e transportes, aproveitamos de potencial hidroelétrico, ligações de ferrovias, rodovias e aéreas, segundo vemos, estão resolvidos. E para isso bastou a realização de Brasília.

Não pretendo estender-me em considerações sobre a valorização de toda essa minha região. Desejo apenas registrar — repito — o inenarrável júbilo da região triangulina pela fundação de Brasília.

Quando aluno da Escola Superior de Guerra, e ali se discutia muitas e muitas vezes esse problema da interiorização da nossa Capital, tive oportunidade de aprender que metade do Brasil é povoado e metade desocupada. E estamos vendo que Brasília

está começando a resolver seu problema fundamental: o da ocupação territorial brasileira.

Sr. Presidente, congratulo-me com V. Exa., com todos os Deputados que o auxiliaram na transferência da Câmara Federal para a nova Capital e, finalmente, com o eminente Presidente da República por ter realizado o difícil problema, o problema fundamental da interiorização da nossa Capital. (Muito bem, muito bem).

O SR. PRESIDENTE: (Ranieri Mazzilli) — Dou a palavra ao nobre Deputado Oscar Correa.

O SR. OSCAR CORREA: (Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e srs. Deputados, sinto ter de interromper as lous à nova Capital para, congratuando-me inicialmente com o Esplendor que temos pela feliz oportunidade desta inauguração, pela realização do sonho centenário, salientar que, não obstante isso, nosso discurso de 22 de abril de 1956, se concretizou por completo no que se refere às condições de habitabilidade em Brasília. E não apenas às condições de habitabilidade daqueles que, por dever de ofício, ou de mandato, aqui deverão montar, como, sobretudo, pela falta de condições políticas para o funcionamento do Congresso e do Poder Judiciário.

A Câmara e o Senado, incapazes e sem condições perfeitas de funcionamento, como V. Exa. mesmo, Sr. Presidente, acaba de declarar; o Supremo Tribunal Federal — cúpula do Poder Judiciário — em recesso forçado; as atividades políticas sem eco, quando a imprensa não tem como fazer valer a sua voz e não chega aos Estados e quando a opinião pública ainda não se faz sentir, ativa e vigilante, nesta nova Capital. Não se pode mesmo trabalhar, nestes primeiros dias, com proveito. E Brasília, Sr. Presidente, o que é pior, parou depois do dia 21 de abril. (Não apoiado). Ao ritmo de trabalho que existia nas obras da Capital, se substituiu a inerte e paralisante dos dias de post-inauguração para um descanso das fadigas anteriores. Não temos ainda a urbs, não temos a polis ou a civitas, porque as próprias condições jurídicas e institucionais da nova Capital não o permitem, nem temos condições morais ou psicológicas para o exercício do nosso mandato. E, agora, temos notícia de que os modestos candangos, que edificaram esta cidade, estão sendo dispensados e reunem-se, ao lado de marginais, para invadir terrenos do Instituto dos Indústriários, naquilo que se chamou "invasão do IAPI", e que mais de mil famílias, em 15 dias, já se apossaram de terrenos entre Brasília e a Cidade Livre, na luta pela sobrevivência e em busca de habitação.

Mudou-se a Capital e assim o possibilitou o Congresso e a opinião pública, pressionados pelo Sr. Presidente da República. E o Presidente mudou-a trazendo todos os vícios e abusos que se haviam apimorado na cidade do Rio de Janeiro. Brasília começa, nesta matéria, por onde se acabou a velha Capital. De nada valeu que nós, mudancistas, lutássemos por que esta nova Capital se efetivasse, nós, que sempre defendemos esta mudança, para que Brasília se edificasse com condições jurídico-institucionais. Queríamos que, mudando a Capital, mudassem os processos e tivessem fim os abusos e absurdos de toda ordem. Mas, o que vemos, é que a organização que se dá a Brasília na própria lei votada pelo Congresso é o cúmulo, é o ápice, e o pior: é a Câmara nesta desorganização.

Deus nos ajude, para que não se confirmem os nossos tristes prognósticos, para que eles se frustrem no futuro, para que Brasília seja, em

verdade, aquilo com que sonharam os que por ela lutaram, isto é, a reedificação, a recuperação e a renovação do Brasil. (Muito bem, muito bem).

O SR. PRESIDENTE: (Ranieri Mazzilli) — Tem a palavra o nobre Deputado Armando Carneiro.

O SR. ARMANDO CARNEIRO: (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo usar da palavra, não no Pequeno Expediente, mas para uma reclamação a Mesa. Hoje, pela manhã, vim à Câmara dos Deputados, mas V. Exa., encontrando-se comigo no corredor, talvez devido à pressa, não me deu muita atenção.

O SR. PRESIDENTE: (Ranieri Mazzilli) — Vou interromper imediatamente V. Exa., para concordar com sua interpleção. Realmente, no particular, este colega de nenhum modo passaria por qualquer outro, sobretudo pelos que lhe são mais próximos, como é o caso de Vossa Exa., sem que lhe estivesse dada a palavra.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Obrigado a V. Exa. Há dois dias, Sr. Presidente, às voltas com problema quase insolúvel no apartamento que me foi destinado, qual o de falta de água, e decidido por isso a tomar banho no lago de Brasília, resolvi inscrever-me para reclamar diretamente do Plenário a V. Exa.

Quando das eleições das Comissões Permanentes e Especiais, este seu modesto colega foi escolhido para presidir a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia. Esse órgão técnico, lá, no velho Palácio Tiradentes, contava com uma sala, depois entregue às Comissões de Inquérito. Aqui, há um mês, tínhamos certeza de dispor de uma sala para as reuniões, mas, para nossa surpresa, cogredno ontem e hoje, as diversas dependências desta Casa, não encontramos qualquer sala destinada a esse fim. Pediria, por isso, a V. Exa. Sr. Presidente, que com o espírito que sempre tem oído para os casos da Amazônia, solucionasse o problema, a fim de que a Comissão possa funcionar de fato e com o mesmo esforço possamos dar à Amazônia nosso primeiro plano quinquenal. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) O nobre colega reclama certamente com razão. Este conjunto leve de arbitrar as Comissões em caráter provisório, por isso que o Anexo, para onde deverão ser transferidas as maiores, ainda não pôde ser colocado à disposição da Câmara. Escribunem-se todos os esforços, e aproveito o ensejo para prestar um esclarecimento ao plenário. O Presidente da Casa teve entendimentos com todos os empreiteiros responsáveis pela obra.

O Anexo teve de ser estruturado em seu esqueleto de cimento armado por uma firma, o trabalho de alvenaria foi feito por outra firma, os elevadores entregues, evidentemente a firma especializada. Esta alega que a velocidade para os elevadores podem dar rendimento nas comunicações entre os dois prédios será uma das maiores já obtidas em toda experiência mundial nesse ramo.

Neste caso, torna-se muito importante completar as casas de máquinas e os poços, que não podem ser os normalmente usados para construções desse tipo.

Quando a resistência do material foram alegadas umas tantas dificuldades, e, por último — mas que poderia ser o primeiro — a maior dificuldade ocorreu nos derradeiros momentos da preparação da inauguração: um técnico da companhia de

elevadores precipitou-se do 15º andar. A morte horrível emocionou de tal modo todo o grupo, que criou condições psicológicas difíceis para o reinício dos trabalhos. Estive pessoalmente em todos os locais acessíveis do conjunto Anexo. Sem que ele nos seja entregues — não podemos contar com ele antes de 60 dias — muito difícil ter-mos salas para todas as comissões. O nobre Deputado José Bonifácio porém tomou medidas para que sejam asseguradas as comissões especiais que não puderam contar com salas, por isso que as permanentes tiveram preferência, horários convenientes e os Sr. Presidentes das Comissões serão prestigiados, no sentido de contarem com todos os seus auxiliares para essa fase de adaptação.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Agradeço a V. Exa. e conto com sua colaboração de amigo da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) — Não tenha dúvida o nobre Deputado. Daremos sua descausado nosso esforço.

O SR. BENJAMIM FARAH: (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ao ocupar esta tribuna, aqui na cidade de Brasília, sejam as minhas primeiras palavras de saudação a todos aqueles que deram o impulso de seus esforços para a construção desta grande cidade, que marca a eficiência, o dinamismo e a capacidade de um governo.

A meu ver, embora não seja pessoa muito lida ao Presidente, a construção desta Capital é bem a prova de que um governo, quando decide realizar alguma coisa em benefício do povo, pode fazê-lo.

Falo na qualidade de representante carioca. Apesar de ser representante do Estado da Guanabara tenho também minha admiração por esta grande obra. Brasília abre novos caminhos e será sem dúvida o trampolim para a conquista de áreas abrangidas, a nova estrada para o desenvolvimento da nossa economia e da integração nacional.

Quero, assim, saudar aqueles que deram seus esforços, aqueles que deram a própria vida, como Bernardino Savio e outros, na realização deste grande empreendimento, sem fazer algum o maior de quantos já se fizeram no País. Minha saudação é toda especial aos nossos irmãos, os mais modestos, aqueles que vieram de todos os recantos do País, separando os que vieram do Norte e Nordeste, os chamados candangos, que, no seu trabalho anônimo, ajudaram a construção de uma obra que vem marcar uma nova etapa no desenvolvimento e na grandeza desta Pátria.

Com estas breves palavras, Sr. Presidente, quero fazer um pedido à Mesa, aos Líderes, às Comissões Reclamam, ao plenário, para que se vote, no mais curto espaço de tempo, o projeto que manda abrir o crédito de 3 bilhões de cruzeiros para o Estado da Guanabara. Nós, daquele Estado que vimos sair, assim, a Capital, a sua transferência para Brasília, estamos enfrentando problemas de maior gravidade. Conflito nesta Casa, erro que os representantes do povo ajudem aquele Estado, que abandonou durante tanto tempo a Capital da República, e onde encontramos esses representantes, em todos os momentos, o melhor carinho e o maior apoio. Esse abraço todos os brasileiros esperam na Cidade do Rio de Janeiro onde a população não tem preconceitos, não faz restrições a ninguém e a todos recebe de coração aberto.

Espero que a Câmara aprove este projeto no mais curto espaço de tempo.

2720 Segunda-feira 2

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Maio de 1960

Sr. Presidente, encontra-se também nesta Casa proposição que dispõe sobre o aumento dos militares. O projeto causou certo mal-estar nas forças Armadas, em consequência da Tabela do Poder Executivo. O Estado-Maior elaborou outra tabela, mais justa e racional.

Não queremos nós a eliminação da tabela oficial, que veio acompanhada do Mensagem do Poder Executivo. Também não devemos acatar na íntegra a tabela apresentada pelo Estado-Maior das Forças Armadas. Depois de longo debate entre várias organizações de classe, não só dos escalões superiores, como dos inferiores, firmamos uma tabela que constitui o equilíbrio entre a do Poder Executivo, a do Estado-Maior das Forças Armadas e aquela que decorreu do estudo de todos os representantes dos órgãos de classe.

As emendas nesta tabela pedimos que a Mesa como verdadeira autoridade no sentido de que os órgãos técnicos dela tomem conhecimento e se manifestem a respeito.

Para terminar, já que meu tempo é curto, desejo recordar a V. Exa. que o projeto sobre classificação de cargos dos funcionários públicos civis da União estava em regime de urgência no âmbito Falcão Tirlentes. Em consequência, porém, da mudança da Capital, vários projetos foram votados às pressas, o mesmo não ocorreu acontecido com o de classificação de cargos, apesar da urgência e de se tratar de propagação da mais alta relevância. Daí a indignação que faço a V. Exa. Sr. Presidente, sobre se esse projeto, na próxima sessão, não pode constituir matéria da Ordem do Dia, em primeiro lugar na pauta. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — O nobre Deputado Benjamim Farah respondeu à sua pergunta, quando declara que a proposição referente à classificação de cargos do funcionalismo público civil do União está em regime de urgência. E nesse regime constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã. (Palmas).

O SR. BENJAMIM FARAH — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — Com a palavra o nobre Deputado Carvalho Sobrinho, último orador do pequeno expediente nesta primeira fase.

Não havendo Ordem do Dia, vamos voltar ao pequeno expediente, depois de falar o nobre Deputado João Agripino, Líder do Partido, que usará da palavra no tempo correspondente ao horário da Ordem do Dia. Há, entretanto, gravados no grande expediente. Com a palavra o nobre Deputado Carvalho Sobrinho.

O SR. CARVALHO SOBRINHO:

Sr. Presidente, não venho bater ao muro das lamentações, em cujas alturas se encontra V. Exa.

Nada tenho a reclamar. Nada tenho a perguntar sendo dizer a V. Exa., Sr. Presidente, que frequentando esta Casa, como deputado, por longos quatorze anos, eu não poderia esquecer o velho Padre que nela me tem acompanhado com seus ensinamentos, que me tem dado coragem e humildade, que me tem ensinado a encontrar caminhos para compreender e interpretar muitas das coisas que, para mim, estavam ou estão erradas. Quero referir-me a um dos grandes precursors da interiorização do Brasil, que foi o Padre Antônio Vieira, na catequese dos índios, ensinando a língua, interpretando e divulgando os textos e, sobretudo, com sua intensa clareza referia ao Vale de Josafá, eu não, ra que haveria de florescer sob o signo da Cruz.

Dizia ele, se não me engano, no Sermão da Terceira Pomba, quando se referia ao Vale de Josafá, que nós, nós os Romanos vixemos, nascemos duas vezes: uma pelas mãos de Deus e outra pela mão de nossos próprios atos.

Sr. Presidente, este hoje consuetudinário, está hoje consuetudinário pelas nossas próprias mãos, pelos nossos atos, pelas nossas deliberações legislativas. E não podemos chegar aqui, apenas, para verberar erros passados, se eles foram também nossos, coletivamente nossos. De mim tenho, apenas, que invocar o espírito do velho Padre Vieira para que ele nos ensine a sermos humildes. A nós e ao Sr. Presidente da República que com humanas razões, deve estar possuído hoje de um orgulho romano, quase cesário, mas que por isso mesmo, dá o desejo para a grandeza da humildade de suas realizações lusesas e a fim de que neste momento possamos, todos, renunciar dos nossos próprios atos, e vivermos com coragem e dignidade um Brasil melhor, um Brasil de maior futuro. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. GURCEL DO AMARAL:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Deputado há cerca de quinze anos tendo ocupado o literato de uma bancada por mais de cinco anos, é honrado com a eleição para a Primeira Secretaria desta Casa, sabendo os meus pares das minhas atitudes equívocas e comedidas. Todavia isto não significa que não defenda os meus direitos, máxime aqueles que, face à Constituição, são impostergáveis e mesmo indelével.

Explica-se, assim, a reclamação que há dias fiz V. Exa. Sr. Presidente, de referência a atitude arbitrária da autoridade pública que, através de um dos seus agentes invadiu-me a residência, em minha ausência. Estava lá somente modesta cozinheira. Mesmo assim, fez ela ciência este agente da autoridade que eu lhe havia dado ordem de não permitir a entrada em meu domicílio, em minha casa, em meu lar, de ninguém, sem minha autorização, ou sem que minha esposa ou eu estivesse presente. Entretanto, Sr. Presidente, esse agente da autoridade invadiu o meu lar, tentou forçar a porta do quarto do casal, ameaçou a empregada para que ela arranjasse, de qualquer maneira, as chaves do meu lar, pois dizia, estava fazendo uma investigação a respeito de móveis que teriam sido saqueados.

Ora, Sr. Presidente, em primeiro lugar, quando vim com a família para Brasília, eu, que pertencio ao Bloco Mudancista, eu, que fiz parte da Comissão Especial de Mudanças, eu, que ainda considero necessidade nacional essa transferência, tive o cuidado de obter o que aqui se chama o OX do Sr. Felinto Elpídio Maia, e este me foi dado verbalmente, e depois por escrito, por intermédio do Sr. Deputado Neiva Moreira. Pois bem: aqui chegando, nada encontrei, e a explicação que me deram foi a de que o meu apartamento havia sido saqueado.

Se eu era vítima, não havia razão para estar sofrendo esse vexame. E mesmo que vítima não fosse, so minha qualidade de cidadão brasileiro — não minhas imunidades parlamentares — eu não poderia ser tratado como parlamentar — não permitia que a autoridade pública, sem estar munida de mandato judicial, penetrasse na minha residência.

Estes fatos todos estão publicados. Publicado foi ainda que o Sr. Deputado Euclides Wicar e sua Exma. esposa foram arrolados em sua destituição. Noticiado foi também que o Sr. Deputado Clovis Pestana foi atropelado e até hoje não se tem notícia da abertura de inquérito.

Em consequência, procurei ontem o Sr. Crede de Polícia, Sr. General Osmar Dutra, que me informou que

até o momento nenhuma providência lhe foi solicitada pela Mesa da Câmara. Se alguma providência tivesse sido pedida, até mesmo no meu caso, teria mandado abrir inquérito, porque julgava inqualificável o procedimento desse agente da autoridade pública.

Sr. Presidente, evidentemente, muitas dessas fatos são de ordem privada e talvez não tenham sido comunicados a V. Exa. Não estou a par disso. Quando, numa demonstração ainda do meu espírito de colaboração, para o meu nome na Câmara dos Deputados, como instituição, solicitar a V. Exa. que essa sessão não se encerre, sem que de as devidas explicações, os direitos e esclarecimentos que opinião pública está a exigir. (Muito bem; Palmas).

O SR. NILO COELHO: (Sobre a questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo prestar esclarecimentos à Casa. Foi designado, por solicitação insistente de V. Exa., do nobre Deputado Neiva Moreira e do nobre Deputado José Bonifácio, para superintender o serviço de mobiliamento dos apartamentos dos Deputados, em virtude dos constantes atropelamentos entre os representantes do Executivo, do Grupo de Trabalho, e colegas desta Casa, que iam ao depósito exigir prioridade para o mobiliamento de seus apartamentos.

O incidente havido com o Deputado Gurcel do Amaral e colegas desta Casa, que iam ao depósito exigir prioridade para o mobiliamento de seus apartamentos. O incidente havido com o Deputado Gurcel do Amaral e colegas desta Casa, que iam ao depósito exigir prioridade para o mobiliamento de seus apartamentos. Foi pronta e particularmente atendida por este colega, porque já naquela altura um incidente se tratava entre a engenharia encarregada do setor de móveis do Grupo de Trabalho do Executivo e o Deputado Gurcel do Amaral. Uma recomendação expressa foi expedida, no sentido de que nenhuma vitória se efetuasse no apartamento de S. Exa., única recomendação encaminhada aos funcionários da Câmara que, naquela altura, realizavam um levantamento completo dos apartamentos de Deputados que haviam deixado chave em Brasília, para que seus apartamentos fossem mobilados.

O reparo que desejo fazer à Casa é que o apartamento do Deputado Gurcel do Amaral não foi vistoriado por nenhum funcionário da Câmara ou do Grupo de Trabalho do Executivo que estivesse obedecendo a determinações do Deputado que ora fala.

Dando estas explicações, já aceitas pelo Deputado Gurcel do Amaral, acredito que estejam devidamente justificadas as atitudes. Funcionários tudo fizeram para que não se repetissem, nesta altura, os tristes episódios que vivemos nos dias 20 e 21 de abril.

Este, Sr. Presidente, o esclarecimento que queria prestar à Mesa e à Câmara dos Srs. Deputados. (Muito bem).

O SR. EUCLIDES WICAR PESSOA:

(Para uma comunicação) Sr. Presidente, Srs. Deputados, não era meu desejo trazer problemas a esta Casa no primeiro dia do seu funcionamento na nova Capital da República, Brasília.

Como é do conhecimento da maioria da Câmara, sou um entusiasta da mudança da Capital pelos benefícios que trará ao Brasil, nos próximos anos.

Entretanto, tendo sido citado nominalmente pelo meu particular

amigo e nobre colega, Deputado Gurcel do Amaral, como vítima de agressão física em incidente ocorrido em virtude da natural bobalândia que impera nesta Cidade, desejo esclarecer o seguinte:

Sr. Presidente, no dia da parada das máquinas e dos caminhões que colaboraram na construção de Brasília, dirigia eu uma camioneta, estando em minha companhia minha mulher, minha mãe e o Engenheiro Joaquim Azeite, quando, de uma fila de máquinas de terraplenagem saiu, subitamente, uma garotinha que quase foi atropelada pela meu veículo. Graças a Deus nada aconteceu, e tudo não passou de um susto meu e de meus parentes e do grupo que, ao longo do Eixo Rodoviário, assistiu à cena. Depois de viajar quase 2 km, voltei pelo mesmo trajeto, quando notei que se formava um grupo no meio da estrada, procurando fazer com que passasse o carro. Diminuí a marcha da camioneta e, em seguida de amigos comuns, atravessei no leito da estrada. Foi imediatamente cercado por cerca de 30 homens, alguns procurando retirar-me da camioneta. Graças a São Francisco de Contenda eu não estava armado. Assim não fiz qualquer disparo. Firmando a porta com a mão esquerda, procurei afastar os agressores com o braço direito, conseguindo afastá-los. Houve, realmente, algum tumulto, mas sem ferimento para ninguém. Não sofri qualquer lesão, nem qualquer dos ocupantes do carro. Desejo que este ponto fique bem claro. Foi informado, naquele mesmo instante, que a minha era filha de um embaixador da NOVA-CAAP, Sr. Sebastião Camargo. Cheixou ao local um engenheiro meu amigo e com a sua interferência, o incidente foi encerrado. No dia seguinte fui procurado em minha casa pelo referido Sr. Sebastião Camargo que, em companhia de amigos comuns, apresentou-me, em seu nome e no da firma a que pertence, desculpas pelo ocorrido. Aliás, conversei sobre o caso com o líder Abelardo Jurema e com o meu particular amigo Senador Ruy Carneiro, dizendo-lhes que o incidente estava encerrado.

Sr. Presidente, não procurei V. Exa. porque, com a visita à minha casa do Sr. Sebastião Camargo e as providências tomadas pela firma a que pertencem os agressores, que os desobedi, no meu entender nada mais havia que tratar. O caso, repito, estava encerrado.

Era o que tinha a esclarecer a V. Exa. e aos meus nobres pares. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Deputado Gurcel do Amaral trouxe uma colaboração à Mesa, porque cumpre ao Presidente da Câmara agir pronta e eficientemente na defesa de uma presença integral, e mesmo protelada, nesta nova sede do Governo, para que nos sintomas agitados da Constituição, para o cumprimento dos deveres árduos do nosso mandato. É certo que S. Exa., procurou o Presidente da Casa no dia seguinte ao incidente, tendo estado à noite em nossa residência, mas lá não nos encontramos porque nos achávamos no acampamento da Metropolitana, que é distante e só regressamos à casa depois da meia noite, em face de dificuldades decorrentes de caminhos não sinalizados. Não depressa o nobre Deputado Gurcel do Amaral trouxe ao nosso conhecimento aquela ocorrência, tomamos providências, solicitando ao nobre Deputado Nilo Coelho que diligenciasse para verificar do que se tratava, in loco, e desde logo tomava medidas junto ao Grupo de Trabalho do Executivo.

Informou-me o nobre Deputado Nilo Coelho que já havia tomado todas as providências e se havia entendi-

Segunda-feira 2

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Maio de 1950 2721

do Amaral e que, embora acorde com S. Ex.^a, — quanto às condições de habitabilidade com a necessidade de evitar-se inclusive que pessoas de má-fé se aproveitassem naquele momento da ausência dos funcionários do Grupo de Transferência e outros que deviam ir à residência dos senhores Deputados para as providências de instalação e habitação. Sua Ex.^a estava também sem poder identificar ou fornecer outros elementos que nos levassem à identificação de algum agente que tivesse entrado abusivamente na ausência do nobre Deputado ou de qualquer família sua, aproveitando-se da menor resistência de uma doméstica.

Frestet, ao nobre Deputado Gurgel do Amaral, esses esclarecimentos entendido realmente que devia tomar as providências de conjunto, providências gerais, a respeito do assunto, e tenho encontrado, de parte do nobre Chefe de Polícia desta Capital Federal, meu velho conhecido e amigo de longa data, todo o apoio para as medidas de ordem geral e, neste particular, do nobre Deputado Gurgel do Amaral, efetivamente a Mesa não levou ao conhecimento da Casa. Sua Ex.^a teve todos os esclarecimentos sobre o assunto da parte do Deputado Nilo Coelho. Mais ainda: o esclarecimento de que tinha dado ordem terminante para que nenhum funcionário da Câmara ou de qualquer Grupo de Trabalho fosse à residência do nobre Deputado e ainda de que qualquer contato com S. Ex.^a fosse por seu intermédio e a S. Ex.^a comunicada. Assim, por intermédio de S. Ex.^a, e só de S. Ex.^a seria estabelecido contato com o Deputado Gurgel do Amaral.

Quando ao Ilustre Deputado Euclydes Wicar, devo confessar a S. Ex.^a que, embora tenha sido o fato amplamente anunciado à Mesa, não foi realmente o li no recorte que me foi trazido, e no qual se aludia ao incidente. Procurei saber de outro Deputado detalhes sobre o ocorrido. Penso que a Casa terá lido esse noticiário. Conto de que o outro parlamentar havia viajado. Por sinal que me encontrava com ele no Aeroporto, acompanhado de sua senhora e ele me informou ao Aeroporto que não se referiu a nenhum acidente.

Quando fui à Câmara, tive conhecimento de recorte sobre este acidente. Soube, por intermédio do Deputado Gurgel do Amaral, que outro jornal noticiara o fato comunicado pelo Deputado.

Quando ao nobre Deputado Clóvis Pestana, também meu velho amigo, vítima de acidente que poderia ter sido fatal, pois um caminhão o atropelou quando se dirigia a pé, ao sair do Grupo de Trabalho da Câmara, em direção ao trevo mais próximo, posso informar que o primeiro socorro foi prestado pelo nobre Deputado Nicolau Tuma, que se encontrava tomando refeição nas imediações.

Informado de que um Deputado Pestana, Ministro do Trabalho havia sido atropelado, procurei S. Ex.^a esclarecer o que ocorria e verifiquei que se tratava do nobre colega Clóvis Pestana, ex-Ministro da Viação. Foi o Ilustre representante paulista imediatamente ao encontro do colega acidentado, e em contato com o nobre Deputado José Bonifácio, com quem se comunicou imediatamente, transferiu o Deputado Clóvis Pestana para o Hospital do IAP, onde fui encontrar S. Ex.^a efetivamente bastante ferido, com equimoses e ameaça de comecção.

Seu acompanhante era um sobrinho, com quem procurei ter entendimento, pessoa que também já conhecia anteriormente, que fez secretário do nobre Deputado Clóvis Pestana quando Ministro da Viação. Esse meu parente expressou-se precisamente nos termos da notícia do nobre

Deputado Nicolau Tuma e disse que o próprio motorista do caminhão havia tomado as primeiras providências no sentido de prestar socorros ao Deputado Clóvis Pestana e que não havia necessidade de nenhuma outra providência, pois parecia que realmente o Deputado Clóvis Pestana estava um pouco desprotegido quando do atropelamento.

Entendi-me com os médicos de Sua Ex.^a imediatamente. Eles não tinham prognósticos, mas desaconselhavam qualquer remoção do nosso colega, que devia ficar em absoluto repouso no Hospital. Apenas desejavam, na forma solicitada pelo sobrinho do Deputado Clóvis Pestana, que fosse comunicado o acidente a sua senhora, no Rio de Janeiro, a fim de que ela se decidisse sobre sua viagem para cá, se desviasse.

Havia muita dificuldade de transporte no momento. Isto foi no dia 19, ou 20, à noite. A minha noção de tempo está um pouco prejudicada, pelas noites insonânicas que tenho passado em função de desconhecimento dos Ilustres colegas.

Nesse sentido tomei imediatamente providências junto ao Presidente da República, e S. Ex.^a mandou reservar um avião para as oito horas da manhã, à disposição do Deputado Clóvis Pestana, em caso de ser necessária a sua remoção para o Rio de Janeiro. Esse avião permaneceu à ordem da Presidência da Câmara até às nove horas da manhã, quando os médicos esclareceram que não havia necessidade da remoção daquele Ilustre parlamentar e apenas aguardavam a chegada de sua senhora. Esta só pôde chegar a Brasília num avião militar, pois não havia outra possibilidade. Dirigi-me ao hospital, a fim de ter com a senhora Clóvis Pestana os primeiros entendimentos sobre o que se fizesse necessário para a remoção do casal ao Rio de Janeiro.

São estas as informações que deveria prestar ao Deputado Gurgel do Amaral sobre assuntos que realmente precisam e dever ser elucidados, porque o objetivo da Presidência, e por ela o da Mesa, é o de dar o máximo de apoio e cobertura à presença dos nobres Deputados nesta cidade.

O SR. GURGEL DO AMARAL — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.^a os esclarecimentos e quero comunicar à Casa que, depois das providências tomadas por V. Ex.^a, efetivamente ninguém mais procurou minha residência, fosse para nela entrar pela violência, fosse procurando entendimento comigo, de modo que, neste particular, considero o assunto encerrado. E aguardo que isso não mais se repita no Brasil. (Muito bem).

O SR. CARMELO DAGOSTINO — (Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente, minha questão de ordem é para dirigir a V. Ex.^a uma reclamação de caráter pessoal, reclamação que faço para que se ajustem as situações dos deputados, daqueles que se encontram nas mesmas condições em que me encontro.

Estive aqui no sábado anterior, no dia da instalação do Congresso e fui ver meu apartamento. Intelentemente, encontrei-o ainda por terminar — janelas sem vidros, sem serem raspadas, não havia água, torneiras nem mesmo banheira ou chuveiro, nem elevadores. Entim, nada que pudesse possibilitar a permanência de uma família.

O homem precisa da residência para o abrigo contra as intempéries, precisa dela para a mesa da alimentação, para seu recato íntimo. Nada disso possuía o apartamento do prédio a que me dirigi, que pudesse dar a este homem os mínimos confortos humanos necessários como moradia.

Procurei o construtor, sócio da firma Junqueira Cavalcanti. Prometia-me esse senhor que, no próximo dia 21, na quinta-feira, eu teria o apar-

tamento pronto ao menos em condições de dormir nele.

Sr. Presidente, resumindo minha reclamação: — até hoje o apartamento não está pronto. Não posso habitá-lo. Fui convidado a ser hóspede da Câmara no hotel de Brasília. Não aceito esse convite, não posso pretender, tendo eu um apartamento alugado, e às minhas expensas, não da Câmara que seriam as do povo, para que cumpra o meu dever público em Brasília. Exerço um mandato conferido pelo povo de São Paulo, e que para exercê-lo deve esse povo pagar à minha estada nesta Capital.

Feco a V. Ex.^a, Sr. Presidente, providências, reclame das firmas construtoras para que terminem os apartamentos dos Deputados, entregando-os em condições de serem habitados, para que não continuem os representantes da Casa à custa da Câmara, morando em hotéis à custa da Nação.

Sr. Presidente, minha reclamação eu a deixo exarada nesta primeira sessão da Câmara dos Deputados para que se compreenda o meu dever, ante expensas extraordinárias do País. Que se exija dos construtores o apressamento das obras e que cesse assim a lacuna que venho de expor a V. Ex.^a (Muito bem; muito bem).

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. RESIDENTE (Ranieri Mazzilli) — Pergunto ao nobre Deputado se é sobre a mesma matéria suscitada pelo Deputado Carmelo D'Agostino.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tendo em vista a reclamação do Deputado Carmelo D'Agostino, a Mesa informa ao plenário que foram tomadas todas as providências a seu alcance no sentido de que os Srs. Deputados e funcionários pudessem ocupar seus apartamentos.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — E' sobre este assunto que eu queria propor a V. Ex.^a uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) — Vou conduzir para prestar os esclarecimentos a que tem direito o nobre Deputado Carmelo D'Agostino. Depois darei a palavra a V. Ex.^a.

O nobre Deputado Clemens Sampaio tem-se estorçado, da maneira mais ativa, para que cessem as dificuldades de acabamento de alguns desses imóveis que precisam ser prontamente entregues. Estou apenas precisando que a colaboração do nobre Deputado Carmelo D'Agostino também vá ao ponto de permitir que a Mesa da Câmara, responsável também em parte pela presença dos Senhores Deputados nesta nova sede, promova os meios ao seu alcance para que aqui permaneçam os Srs. Deputados, nas condições de dignidade a que têm direito. Foi por isto que a Mesa reservou apartamento para os Srs. Deputados, pois nem ela nem os Senhores Deputados têm qualquer responsabilidade pelo atraso destas entregas e não se pode comprometer a normalidade dos trabalhos da Câmara dos Deputados.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro, pela minha voz, vem propor a V. Ex.^a uma questão de ordem concernente aos interesses do funcionamento do Poder Legislativo que se transferiu para a Nova Capital, não para aqui se estabelecer um muro de lamentações em torno de alacutias ou de conforto de parlamentares (pai-

mas), mas com a alta nobre missão de enfrentar, dentro da larga perspectiva histórica que se apresenta ao País e emocionada ao mais humilde homem no mais longínquo recanto do Brasil, a necessidade imperiosa de enfrentar, agora, a larga responsabilidade que nos cabe na elaboração legislativa de matérias urgentes e da maior importância que estão sendo submetidas ao Congresso Nacional (muito bem), como o Plano de Classificação, a Lei da Previdência, a Regulamentação do Direito de Greve, a Revitalização dos Ativos das Empresas Concessionárias de Serviço Público, o problema da Reforma Agrária (palmos), os projetos que disciplinam a remessa de lucros do capital estrangeiro, enfim, a responsabilidade que recai, agora, como nunca, no Congresso, de dentro dos novos horizontes e das perspectivas que se abrem hoje nesta Casa, enfrentar, com ousadia, com coragem, com inteligência, com lucidez, os grandes problemas nacionais, para oferecer soluções através de diplomas legais definitivos.

Dentro deste pensamento é que o Partido Trabalhista Brasileiro propõe a V. Ex.^a, Sr. Presidente, a sua primeira questão de ordem. E', sobre o processamento do projeto de lei que está sendo examinado através de emendas do Senado, do Plano de Classificação. Propunha a V. Ex.^a, se não convier o nobre Líder da Maioria, como o nobre Líder da Oposição, que se realizasse o prazo à Comissão de Orçamento para que a ela fosse assegurado também oferecer o seu parecer, embora dentro do prazo limitado que a urgência impõe, nos termos regimentais.

Esta era a questão de ordem, Senhor Presidente. E aproveito a ocasião para deixar um apelo aos companheiros, a fim de que se dirijam à Secretaria da Casa e, em particular, lá apresentem os problemas pessoais que tenham, mas que esta tribuna do povo fique reservada para os grandes problemas do País. (Câmaras, muito bem).

O SR. JOÃO AGRIPINO — (Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, ouvi as palavras do nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, Líder do P.T.B., com as quais estou inteiramente de acordo. (Palmos) Não tenho um só Deputado que esteja em condições diferentes daquelas mencionadas pelos oradores da Câmara, inclusive V. Ex.^a, que, até a data de hoje, não tem ainda instalado, no seu apartamento, nem telefone, nem os móveis necessários à sua família. Mas nesta tribuna nenhum homem da Oposição reclamou qualquer coisa. Os oradores que aqui estiveram reclamando as condições de vida de Brasília foram da Maioria, entre eles se destacando muitos mudancistas. Nos outros, que tinhamos restrições à data da mudança, porque sabíamos fazê-las condições para tal, nos dispomos a arcar com o sacrifício necessário, desde que a Maioria resolvesse mudar. O que não me parece certo é que, depois de instalar o Congresso em Brasília, nós próprios estejamos aqui a demoralizar este Congresso (palmos), reclamando contra aquilo que nós homens humildes, estamos habituados a sofrer na vida do interior do País.

Por outro lado, não nos parece certo que estejamos a perturbar a vida normal da Câmara dos Deputados. A hora é de que todos se unam, Maioria e Minoria, Governo e Oposição, para colocar bem alto o Poder Legislativo sob pena de falirem as instituições democráticas. É indispensável que todos se comprometam nestas responsabilidades e dêem, em Brasília, ao Brasil, o exemplo que o povo brasileiro espera. (Muito bem).

Sr. Presidente, assistimos à inauguração, testemunhamos todos estes atos e, até certo ponto, compreendemos a

falta de organização e de planejamento, tanto da Câmara, como da AVULVACAP, como do Grupo de Trabalho do Executivo, de transferência de milhares de pastos para uma cidade inabitada, mas o certo é que o Congresso não pode parar. Porque quando o Congresso para, Sr. Presidente, param também as instituições democráticas, ficando a mais solene e nobre das tribunas democráticas, que é a da Câmara ou do Senado.

Na parte relativa ao apelo que fez o Lide do P. T. B. para que seja reaberto o prazo à Comissão de Organização e de Finanças, a fim de fazerem novamente sobre o projeto de classificação dos funcionários públicos, devo declarar que os passivos do meu ilustre ongo e colega Oswaldo Lima Filho chegaram profundamente no meu espírito. Mas, não quero concordar sem saber de V. Exa. se há renúncia à nossa Lei Interna, porque nossa disposição é não permitir em Brasília possa o Regimento ser abrogado, seja por uma forma ou outra, seja no presente Casa, Sr. Presidente, e seja na Constituição, as leis do país, o Regimento Interno. *(Muito bem.)*

O Sr. Rui Ramos — Como o de todos nós.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Se parem não há defesa no argumento, não tem a por que não acudir ao apelo do Lide do P. T. B., que ouvi certo, foi feito na melhor das intenções, sem a manifestação mais leve de atender contra a Lei desta Casa. *(Muito bem.)*

O SR. SÉRGIO MAGALHÃES: *(Para uma comunicação) — Sem renúncia da palavra para uma reclamação, lido em vista justamente desta a primeira sessão regular da Câmara dos Deputados aqui na nova Capital da República.*

Apresentei, no início da atual legislatura, uma série de projetos de lei com duplo objetivo. Em primeiro lugar, de trazer a apreciação do Congresso aquela matéria de natureza econômica e que foram praticamente abandonadas pelo Poder Executivo. E, em segundo, fazer com que o País seguisse uma política econômica unificada, de caráter nacionalista, de modo a reduzir ao mínimo o sofrimento do povo brasileiro com a aplicação do grande plano de desenvolvimento econômico. Nessa ordem me julias, Sr. Presidente, e que vou trazer à Mesa a primeira reclamação referente ao Projeto nº 30, de 60, que faculte a realização a importação de equipamentos pelo mercado de taxas livres.

Naquela ocasião já era visível a tendência a transformação do caráter do mercado livre, que havia sido criado como mercado financeiro. As atividades mercantis vinham lançando produtos da exportação no mercado livre, para facilitar aos investidores estrangeiros uma taxa favorável à remessa de lucros para o exterior. Votava-se com o Projeto nº 30-60 que a indústria nacional pudesse se beneficiar da nova situação criada em relação ao mercado livre, pelo menos no que se refere à importação de equipamentos. Reunião em Congresso na 2ª quinzena de março do ano passado, a Associação dos Diretores de Venda aprovou unanimemente um voto de confiança ao Projeto 30-60, por considerar que a providência não encetada criaria uma situação de equidade entre investidores nacionais e estrangeiros. Como se sabe, estes últimos gozavam do benefício de importar equipamentos sem qualquer cambial.

Dezesseis e ano de 1959 e até o presente, a Câmara de lançar produtos de mercado livre foi mantida e ampliada, a ponto de se haver estabelecido no mercado al-

cial: o café, o cacau e a mamona. O mais justo seria o estabelecimento de categorias de exportação atendendo à formação dos custos de cada produto, segundo o Projeto nº 337-59, de nossa autoria. Entretanto, atendendo à unilateralidade da política cambial do governo, tendente a beneficiar exclusivamente o setor estrangeiro da economia, reputo de primeira prioridade faculte a Câmara, aos investidores nacionais, o acesso ao mercado livre.

Para que não se suponha haver exagero de nossa parte, transmito à Casa a seguinte informação: No ano passado a oferta de divisas na categoria geral balxou em cerca de 80 milhões de dólares, passando de pouco menos de 420 milhões para 339 milhões. Houve portanto um agravamento da situação dos investidores nacionais, que são levados à associação com empresas estrangeiras em face do regime instaurado pela 113. Acrescentem-se que a Câmara continua até o presente obtendo em favor da SUMOC a poder de legislar em matéria cambial.

O Ilustre presidente da Comissão de Economia da Câmara, Deputado Daniel Fares, considera que não apenas os equipamentos como também todos os produtos da categoria geral deverão ser importados com tarifas aduaneiras no mercado livre, tendo em vista a amplitude adquirida por este mercado nos últimos tempos. Com tal objetivo apresentou o Projeto nº 399-59. Reputo altamente louvável o empenho do nobre Deputado. Desejo instentando chamar a atenção da Casa para a necessidade de ser acelerada a tramitação das propostas que visam equilibrar investidores nacionais e estrangeiros no que toca à importação de bens de produção, sob pena de que tais providências legislativas não sejam aprovadas a tempo de dar a completa desnationalização da indústria brasileira.

Por todos estes motivos, solicito as providências de V. Exa., Sr. Presidente, junto às Comissões da Casa, para que se inicie, o trabalho legislativo na esfera Capital da República se tenha a tranquilidade, se possa dar andamento a este projeto, que reputo de mais fundamental interesse do nosso País. *(Muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE: *(Ranieri Mazzilli) — Tem a palavra o Sr. Rui Ramos, primeiro orador do Expediente.*

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Senhor Presidente, pergunto à Vossa Excelência, se vai responder à questão de ordem do Senhor Deputado Oswaldo Lima Filho, Sr. Excia., levantada em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, uma questão de ordem e eu assista que V. Excia., respondesse.

O SENHOR PRESIDENTE — Estou reunindo os elementos para resolver a questão de ordem formulada, tendo em vista prazos. Mandei verificar quais os prazos atingidos e aqueles por atingir.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Então, se V. Excia., me permite, querit ofarcer um adendo à questão de ordem do Senhor Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SENHOR PRESIDENTE *(Ranieri Mazzilli) — V. Excia., deve solicitar licença ao orador.*

Alás, no interesse de toda a Casa e das nobres colegas, por isso que cada um terá sua oportunidade para falar. A Mesa vai fazer a contagem do tempo, já que agora está na tribuna o orador do Grande Expediente. O nobre Deputado Senhor Rui Ramos dispõe de 40 minutos para fazer sua oração e o tempo tomado para levantar a questão de ordem não será computado. Portanto, só o nobre orador

pode dizer se concede ou não permissão para que o Ilustre Deputado Senhor Bocayuva Cunha suscite sua questão de ordem.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Se me permite o nobre orador, em poucos segundos acrescentarei um adendo à questão de ordem do Senhor Cavaldo Lima Filho.

O SR. RUY RAMOS — Pois não. O SENHOR PRESIDENTE — Vossa Excelência tem a palavra, com o consentimento do orador.

O SR. BOCAYUVA CUNHA: *Para uma questão de ordem — Sem renúncia do orador — Senhor Presidente, estou muito preocupado com a má repercussão que adviriu certamente em todo o País dos resultados desta primeira sessão histórica do Congresso em Brasília.*

Há poucos dias, em reunião com os líderes sindicais no meu Estado, quando estudávamos os problemas que seriam resolvidos pelo Senhor Governador Roberto Silveira, ontem 1.º de maio, nas mensagens enviadas à Assembleia Legislativa, tive oportunidade de sentir a péssima repercussão que causaram, em todo o meio trabalhador, reclamações de desconforto, adunho que justificadas, feitas por milhares colegas nossos.

Quil mesmo de um líder sindical do meu Estado que se admirava muito de que deputados que haviam recebido 315 mil cruzeiros de ajuda de custo para se mudarem para Brasília, tenham chegado aqui e reclamado por não encontrarem colchões de madeira e colchões, como noticiou a imprensa. Dizia ele que o povo brasileiro sabia muito bem que Brasília tinha sido construída à custa dos trabalhadores que se tinham sacrificado para essa construção; que estava satisfeito e orgulhoso como patriota e brasileiro, mas que não admitia que representantes do povo, que já sabiam que tinham de ir para lá vissem, agora, fazer reclamações sobre desconforto, quando o país inteiro tinha sofrido para que conseguisse esta obra.

Por isso, Senhor Presidente, o adendo que faço é no sentido de que todas as reclamações sejam dirigidas por escrito à Mesa para que possam ser resolvidas como devem e assim não se dê ao público a impressão de que no Congresso só se trata de conforto dos melhores Deputados, no primeiro dia de sessão.

O SR. CLEMENS SAMPAIO — Não porque esta é uma Casa de homens responsáveis e a Mesa já tomou providências para que todos os embaixadores sejam devidamente atendidos. *(Muito bem.)*

O SR. HERBERT LEVY:

(Sem renúncia do orador) — Senhor Presidente, com o consentimento do nobre orador, Deputado Rui Ramos, vou está ocupando a tribuna, desejando a comunicar à V. Exa., que não trago qualquer reclamação, pois creio que os vícios para Brasília com o espírito de enfrentar todas as dificuldades e cumprir nosso dever de legisladores. O que venho fazer é uma interpelação à Mesa, e especialmente a V. Exa., porquanto cabe à Mesa preservar as prerrogativas desta Casa, e o que desejava fazer de V. Exa., era só tinha tomado qualquer iniciativa, por si próprio, ou em conjunto, com a presidência do Senado, a fim de não apenas preservar as prerrogativas do legislativo como a integridade da Constituição, ambas violadas pelo ato do Executivo, do Sr. Presidente da República, que tomou o número de Decreto nº 48.124, de abril último.

Por este decreto executivo, o Senhor Presidente da República me a alterar a bandeira da República,

Ora, Sr. Presidente, a bandeira nacional foi criada pelo Decreto número 4, do Governo Provisório, baixado em 15 de novembro de 1959 e o artigo 195 da atual Constituição, declara expressamente:

“São símbolos nacionais a bandeira, o hino, o selo e as armas vigorantes na data da promulgação desta Constituição”.

Como vê V. Exa., trata-se, acima de tudo, de um símbolo que o Legislativo, na pessoa de V. Exa., como Presidente desta Casa, precisa combater. Muitas vezes o Executivo tem entrado na esfera do Legislativo nunca de forma tão ostensiva e tão afrontosa para os termos expressos da Constituição. Se é entendimento do Executivo que uma alteração da bandeira nacional se faz necessário, tenho a certeza de que V. Exa. recomendará ao Presidente da República a revogação do seu ato infringente da Constituição brasileira e a remessa da respectiva mensagem ao legislativo para que se processa a indispensável reforma constitucional, tornando possível a mudança da bandeira nacional.

Era a interpelação que desejava fazer a V. Exa., Sr. Presidente. *(Muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Deputado Herbert Levy coloca sua questão de ordem em termos de interpelação à Mesa sobre se um ato do Sr. Presidente da República que altera símbolos da Bandeira Nacional, importa em transgressão constitucional, tendo em vista a competência expressa desta Casa e da outra Casa do Congresso. A Mesa vai receber a promulgação de V. Exa., como questão de ordem suscitada em presença de preceito constitucional para, na sessão de amanhã, da Mesa, na forma do Regimento desta Casa, decidir sobre a matéria e submetê-la à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. HERBERT LEVY: Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE: Com a palavra o nobre Deputado Rui Ramos, que se encontra na tribuna.

O SR. RUY RAMOS:

(Sem renúncia do orador) — Senhor Presidente, Sr. Deputados, imensamente, antes de quaisquer outras considerações, desejo confessar a emoção com que falo, pela primeira vez, no Grande Expediente do Congresso do Brasil em Brasília.

E, que Senhor Presidente, dirigido-me ao Brasil de Brasília, com o teto do Congresso Nacional aberto, tenho a impressão de que falo realmente ao meu País. Sintomático, neste momento, em Brasília, no Congresso, com o nobre teto em âfora aberta para receber as manifestações do nosso País, como se eu fora, mais representante do povo aqui em Brasília. Esta, o minha primeira impressão. Eu, pessoalmente, me sinto mais representante do povo do Estado que represento, o Rio Grande do Sul. Nunca antes me senti tão Deputado como hoje, mais autêntico delegado de quase quarenta milhares de gaúchos, que tiveram a boa vontade e confiança de me enviar à Câmara dos Deputados. O primeiro sentimento que posso fazer sobre Brasília é este: aqui um Deputado é mais Deputado, pois sente-se mais radicado na realidade nacional. É mais parte da geografia humana política e econômica do meu País. Esta a primeira impressão.

A segunda impressão que tenho na tribuna da Câmara dos Deputados, com o seu teto simbólico voltado para receber os anseios nacionais, é de que o meu País é maior em Brasília. Tenho a impressão de que vivo realmente

to a grandeza geográfica do Brasil. (Muito bem). Não sei se me engano, se é apenas impressão pessoal minha, mas nas grandes metrópoles brasileiras se tem completa consciência e sensibilidade da grandeza do meu País. Aqui, não! Em Brasília, no coração do sertão brasileiro, sinto ao vivo o que é o meu País, esta extensão imensa aberta a possibilidades verdadeiramente infinitas na América Latina.

Em toda a História, a grande preocupação dos governantes foi ampliar e normalizar o que os governantes mobilizassem forças armadas para dilatar as lindas geográficas dos seus países. Nas épocas em que a violência era permitida nas relações oficiais e políticas, todos os governantes tinham essa tendência, que lá ao encontro inevitável do desejo dos povos que eles governavam, quer fossem imperios, quer repúblicas ou quaisquer outros tipos de governo. O povo exigia conquistas, e as guerras então eram queridas ou presenças, sentia-se não realizado, se, no período de governo, não pudesse mobilizar tropas e invadir a vizinhança para ampliar as fronteiras geográficas do seu país. Glorioso eram aqueles que podiam fazer isso, enquanto áreas geográficas ficavam aumentadas a grandeza, o poderio militar e econômico de sua nação.

Hoje, há outras formas de extensão de fronteiras, como a conquista dos imensos desertos, de áreas inóspitas e impenetráveis, é uma prova autêntica e moderna.

Brasília fez mais do que isto em matéria de extensão geográfica. Além de anexar novas fronteiras à economia do Brasil, trouxe alguma coisa nova, porque efetivamente, ampliou as fronteiras mentais deste País. Foi uma vitória a maior obra sociológica de Brasília é a ampliação das nossas fronteiras mentais. O Brasil, pelos seus governos, se habituou a um determinado espírito geográfico e econômico. E hoje muita gente que entendeu que não dá desse garbado era impossível construir. Também o nosso povo, existiu mental dos governos, se acostumara a ver e receber o Brasil como era, dentro de possibilidades mais ou menos estreitas, submisso...

O Sr. Fernando Santana — Substituto!

O SR. RUY RAMOS — ... e incapaz de compreender as possibilidades deste País e do seu povo, na existência da América Latina.

Para mim, a maior função de Brasília é esta: amplia os horizontes mentais deste País.

Agora já sabemos que podemos fazer algumas coisas muito grandes. O governo resolveu tentar essa experiência e entrar nessa rixa. E o povo espere, colaborou e aplaudiu. Neste momento a ampliação das fronteiras mentais brasileiras não é apenas um privilégio de governo. É também uma conquista do povo, que anexa ao seu patrimônio moral essa atitude de consciência de que pode realmente vencer determinadas etapas no seu desenvolvimento.

A minha terceira impressão do fenômeno da mudança é o que diz respeito ao sacrifício que o Brasil realiza nesta hora. Uma das alegações mais fortes que se fizeram contra Brasília era relativamente ao sacrifício que se impunha ao povo brasileiro para saber-se se este povo, na conjuntura em que vivemos, estava em condições de suportar a mudança e os investimentos que a mesma exigia.

Tive o privilégio e a tristeza de ver povos em sacrifício. Visitei a Europa logo após a guerra e vi velhas cidades em estado de total sacrifício. Vi nações destruídas. Vi a Alemanha, esse

modo de trabalho, de disciplina e de produção, reduzida a escombros.

Berlim, além de perder uma grande área urbana, perdeu um milhão de pessoas nos bombardeios aéreos. Desses milhões de alemães de Berlim desaparecidos apenas foram identificados 500 mil pessoas. Os pais não souberam dos filhos. Os filhos, dos pais. Os casais se perderam. A vida da sociedade interrompeu-se pelos bombardeios indiscriminados. E assim construções, universidades, catedrais foram destruídas.

Estive na Catedral de Berlim e vi aquele espetáculo dantesco que nunca antes imaginara. Pensei antes que a destruição de um bombardeio fosse normal, como uma casa que cai. Mas não. A destruição por bombardeio aéreo é alguma coisa diferente, dantesca, diabólica. Eu diria: é uma bomba que vai aos alicerces de uma casa e alicia a construção toda, formando arte desenhos e arquiteturas macabras. Assim vi a catedral de Berlim.

Além disto, o bombardeio aéreo incendeia os vegetais e destrói os arvores. E Berlim, que era famosa pelos seus grandes parques, estava incendiada pelos bombardeios aéreos.

Vi ainda a Itália destruída. Vi a França bombardeada. Vi a Inglaterra destruída em riquezas formidáveis do seu patrimônio arquitetônico e econômico.

Mas a impressão do que observei lá, no meio daquele sacrifício e que não se pode narrar, foi a inutilidade do sacrifício. Aquelas destruições, aquele sacrifício de povos era coisas mortas, porque não produziu nenhum juro. Era um sacrifício completamente desaproveitado, porque não tinha repercussão.

De modo que, para os que se impressionaram e se impressionam com o sacrifício que o povo brasileiro está fazendo com a interiorização do seu governo, quero dizer desta tribuna que a mudança e o sacrifício são para viver. (Palmas).

O nosso sacrifício aqui repercutirá em vida, em desenvolvimento, em estímulo, em afirmação de um povo que cansou de ser escravo na sua história e agora quer caminhar entre os grandes povos do mundo.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — V. Exa. salientou com absoluta propriedade e oportunidade esse aspecto fundamental da construção de Brasília: da utilidade do sacrifício que poderia ter sido imposto ao povo brasileiro para a construção do Planalto Central do novo centro administrativo do país e a interiorização da nossa Capital. V. Exa. também falou com muita felicidade nas despesas militares, nas lutas da Europa, porque, quando vemos os povos mais adiantados da civilização com responsabilidades hegemônicas quase inutilizadas grande parte da sua riqueza numa corrida armamentista...

O SR. RUI RAMOS:

Esse o grande argumento que eu iria acrescentar e que V. Exa. me honrou em antecipar. Esse é um grande argumento.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Estou vendo que coincidimos perfeitamente em nossos pontos de vista.

O SR. RUI RAMOS:

Permito que V. Exa. o use totalmente. Se V. Exa. desejar, não o usará.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — O argumento é de V. Exa. Lamento ter-me adiantado. Mas é tal a coincidência de pontos de vista que chegam a encontrar esse mesmo denominador. Quando essas nações com res-

ponsabilidades hegemônicas entram em duelo armamentista, sabendo nós que um simples míssil, um mero foguete custa mais que o Orçamento de toda a Nação brasileira. Verificamos quanto sacrifício que poderá ter realizado o povo brasileiro é útil, é benéfico, é grandioso, é patriótico. Mas há ainda um aspecto que me permito ressaltar e que surge também da comparação feita por V. Exa. de que toda essa realização aqui feita, todo o trabalho interno dos candangos, da administração do Congresso que não negou nenhuma providência para a interiorização da Capital, terá sido realizada dentro do absoluto respeito ao regime democrático. (Muito bem. Palmas). Não precisamos adotar o regime totalitário da eficiência, com sacrifício da liberdade, porque estamos realizando com eficiência dentro da liberdade.

Outra impressão que tenho, decorrente destas, e a da integração nacional, que afinal eu vi em Brasília. Na luta do meu partido, na ideologia trabalhista que procuramos traduzir em realidade a nossa grande preocupação é a integração social. E se pudéssemos resumir e conciliar o Partido Trabalhista Brasileiro como ideologia, diríamos que o trabalhismo é um movimento de integração social.

Aqui assistimos a esse espetáculo novo de harmonia, de integração entre a mais completa e perfeita competência técnica e científica, de um lado, e o braço trabalhador, esportivo, de outro lado. Aqui nos assistimos à realização desses dois notáveis aspectos, nos quais eu chamaria artistas nacionais. O Sr. Oscar Niemeyer e o Sr. Lúcio Costa. Estes homens — e ainda hoje de manhã comemorávamos com o meu ilustre companheiro e amigo, Deputado Leite Neto — tiveram essa oportunidade para na vida de um técnico ou de um artista, porque, por maiores que sejam os técnicos e os artistas, é difícil que os dois aspectos lhes permitam concretizar, tão completamente, os seus objetivos nesse campo. Aqui eles tiveram a mais plena liberdade. Foi a Arte brasileira que se pronunciou em Brasília, foi a Técnica de Engenharia e de Arquitetura brasileira que já assombravam o mundo antes de Brasília, que já impressionavam a técnica universal antes de Brasília, que tiveram aqui a sua plenitude. E, por outro lado, o trabalhador braçal, indiscriminado, o homem que veio do Centro, do Sul, do Norte, do Leste e do Oeste — ninguém sabe de onde veio — e que aqui chegando analfabeto, ajudante de pedreiro, egresso da vida rural, se fez técnico especializado e trabalhou em tudo: em eletricidade, em iluminação, em colocação de materiais finíssimos em aparelhos e se mais complicadas, em pintura. E não há lugar, nem casa, nem rua, nem instalação nesta Capital onde não esteja o esforço, a capacidade admirável e a inteligência espontânea, exemplar do trabalhador nacional.

Li recentemente um dos grandes livros de um escritor norte-americano, de todos nós conhecido, Lutz Bronfied, grande agricultor, notável técnico da terra, lá e aqui, que deixou, nas vésperas de sua morte no livro de sua autoria "Eu e a Terra", a afirmativa de um fato que me deixou suprendido. Refi para ver se eu não estava enganado. Diz que, com 15 anos de atividade agrícola nos Estados Unidos da América no Brasil, a sua experiência e o seu testemunho é de que três trabalhadores norte-americanos compõem um trabalhador brasileiro ou seja, um trabalhador brasileiro vale três trabalhadores norte-americanos.

Muito gente poderá pensar que isto seja uma impropriedade, mas Lutz Bronfied, com toda a sua autoridade de pensador, escritor e técnico

em agricultura justifica, em três páginas, por que motivo o trabalhador brasileiro, cada um vale por três trabalhadores norte-americanos.

Homem brasileiro sem máquinas, homem brasileiro sem técnicos, lutando com competente armado de máquinas, para tudo...

O Sr. Fernando Santana — Permite V. Exa. um depoimento sobre esse assunto?

O SR. RUY RAMOS — Nos Estados Unidos há determinação legal para cada detalhe da atividade humana e, no Brasil, não há lugar a não ser a inteligência espontânea do trabalhador nacional.

O Sr. Miguel Bahury — O trabalhador brasileiro equivale a uma enciclopédia. Isso honra o solo e a Pátria.

O SR. RUY RAMOS — Perfeito. Essa honra que atribuído aqui se integrou, afinal, na realidade brasileira, ao lado dos maiores técnicos e construiu isso que está sendo chamado a obra do século.

O Sr. Deputado Miguel Bahury e o Deputado Fernando Santana, pedindo que sejam revividos.

O Sr. Miguel Bahury — Agradeço a V. Exa. a honra ou aparte, Vossa Exa. souou muito bem a sua posição ao declarar sentença mais legítima representante do povo aqui em Brasília, do que em qualquer outro parte do território nacional, porque Brasília, conforme V. Exa. bem o disse, penetra o coração desta Pátria esmeralda, ligando que está por essas artérias vitais, as estradas, que nos dão comunicação de Norte a Sul e de Leste a Oeste, assim permitindo, não só ao Governo, como a V. Exa. e a todos nós, principalmente de outros Estados, sentirem melhor não apenas as necessidades dos homens do Norte e do Nordeste brasileiro, mas também realmente oferecer ao País inteiro, através de sua capacidade produtiva e da fertilidade de seu solo, que só pode ser explorado e bem conhecido pelos Poderes competentes da República. Não tendo a honra de pertencer a um partido trabalhista, partido um dos que melhor entenda o valor do trabalhador brasileiro, posso render uma homenagem a esses homens, aos quais, tanto quanto a Lúcio Costa, como a Oscar Niemeyer, devemos essa obra monumental que é Brasília, a qual nos dará fatalmente, em futuro próximo, a certeza de que o sacrifício desses mesmos trabalhadores foi bem empregado, homenagem que devemos entender aos Institutos, dos quais são associados, que nos proporcionaram habitações para o nosso bem-estar sem entrar em detalhes comensais de falta de conforto, pois nós, do Norte e do Nordeste, não conhecemos conforto, se não as necessidades do povo, que não tem tido até hoje um mínimo daquilo que os colegas reclamam sem razão, porquanto se tivessem vindo antes levaram a mesma condição de conforto que eu, tal qual outros companheiros mais privilegiados, agora dispomos.

O SR. RUY RAMOS — Quero acrescentar mais um comentário, para não perder a ordem do raciocínio desenvolvido por V. Exa. É o que diz respeito...

O Sr. Fernando Santana — Gostaria de apartar V. Exa. justamente na oportunidade em que se referia ao testemunho de Lutz Bronfied, pois desejaria inculpar, ao do referido escritor, o de um técnico de alta qualidade, o Sr. Lewis, que chefiava na Bahia a Drilling and Exploration, companhia americana especializada em petróleo. Esse homem, perito na matéria no mundo inteiro, escreveu no segundo relatório dirigido à companhia, sobre as possibilidades

do homem brasileiro, que jamais, em parte alguma do mundo, tivesse sido explorado por técnicas, encontrou elemento com capacidade de compreender diferentes assuntos. Citou o exemplo, que classificou assombroso, de um negro analfabeto, que com apenas 6 meses de experiência no atacadado da Drillind conseguiu aprender 15.000 termos em inglês, pontos havia nos livros do almoxarifado. Este testemunho soma-se ao de Louis Braille.

O SR. RUY RAMOS — Abordarei neste instante, um aspecto, qual seja o que diz respeito a investimentos. Entendo que o Brasil é hoje o País dos investimentos. E aquela área de economia que permite e oferece melhores condições para o investimento.

Nós, nacionalistas, temos conhecido o uso e o aproveitamento do capital estrangeiro a dependência de que ele venha e fique. Para nós, capital estrangeiro aceitável e aquele que venha e permaneça, que venha com a intenção de ficar, e não com o objetivo de lucrar e voltar. Mas a verdade é que nós nacionalistas assistimos neste País a uma tremenda contradição entre as forças dominantes, que querem também use o capital venha e fique, e a atitude que até então mantínhamos, nós, nacionalistas, de não irmos. Não dávamos o exemplo de ir e permanecer, porque os capitais brasileiros não estavam dispostos a grandes inversões nestas formidáveis áreas rurais abandonadas do País. Se era para investimentos imobiliários, urbanas, metropolitanas, aí sim, o capital nacional estava muito disposto a contribuir e investir-se, porque a renda e imediata, mas, cada vez se falava em inversões agrícolas para despertar a grandeza paranaense, urubaité que dormia, não havia muitos capitais nacionais dispostos a tomar esta decisão. Agora, é diferente. Agora podemos oferecer condições ao estrangeiro e ao nacional, porque estas áreas estão fecundas, valem alguma coisa, são valor econômico que o Brasil pode oferecer ao capital indígena e externo.

Vistou-nos, na solenidade de inauguração de Brasília, o Presidente do EXCELSIVO. Esse nobre homem de meu do Rio Grande do Sul, afirmou: "Um país, como o dos Senhores, que em três anos realiza esta obra, transfere estes recursos para a terra dos senhores, deve passar agora a merecer maiores considerações de nós, que estamos lá fora, e temos recursos para investir no Brasil".

O Sr. Tristão da Cunha — V. Ex.ª falou em sacrifício, queria apenas lamentar que o sacrifício tenha sido feito apenas pelos pobres, pelos assalariados.

O SR. RUY RAMOS — Estou certo de que o sacrifício, como disse o Presidente Getúlio Vargas, nos manterá unidos. O sacrifício que vamos fazer terá o mérito de nos manter unidos pela grandeza do nosso País.

O Sr. Pedro Vidal — Meu prezado amigo, Deputado Ruy Ramos, Vossa Excelência bem sabe que a verdade, quando não é total, não é verdade. Uma verdade diminuída é uma verdade especificada, e uma verdade exagerada é uma caricatura da verdade. A verdade é aquela adequação da inteligência à realidade, segundo a definição de Santo Tomás de Aquino. Tudo quanto V. Ex.ª com os entusiásticos aplausos de todos nós está dizendo do alto dessa tribuna, de maneira belíssima, encantadora e oportuna, é verdade, porém até agora não é a verdade total, Brasília, Sr. Deputado, não é apenas a obra dos operários brasileiros, não é apenas a obra dos técnicos, entre os quais avultam as respeitáveis personalidades de Niemeyer e de Lúcio Costa. O que Vossa Excelência naturalmente sente e irá dizer — e talvez eu me esteja anteci-

ando ao seu pronunciamento — é que Brasília, sonhada pelos inconformes, desejada pelos fundadores da nossa independência política, cogitada por quantos fizeram várias Constituições que nos regeram a vida política, só foi possível tornar-se realidade, — e o Brasil inteiro sabe disso, tanto quanto sabe V. Ex.ª — graças ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) — Quero deixar ao nobre orador que seu tempo estará concluído dentro em 5 minutos.

O SR. RUY RAMOS — O meu argumento relativamente a essa manifestação de ordem pessoal do nobre Deputado, está escrito aqui. E eu ia pronunciá-lo, afirmando que em Brasília não houve propriamente um plano construtor, houve mais do que isto, houve aqui um pensamento construtor. O que há de maior em Brasília, o que há de grandioso neste empreendimento, é que estamos dentro de um pensamento construtor, indiscutivelmente, inevitavelmente comandado por essa figura jovem de estadista do momento histórico do Brasil, que é o Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek (Palmas). Nem poderia cometer semelhante injustiça, o de não fazer esta declaração. Estamos dentro de um pensamento construtor, que se acha agora no estágio do começo. Relativamente a Brasília, não estamos no princípio do fim, estamos no princípio do princípio. É daqui que vai afinal sair uma grande obra realizada e utópica, — sou daqueles "porque me ufano do meu país", tesc hoje encenada pelos modernos pensadores, mas que ainda adoto — queria dizer que, dentro do estágio do começo, relativamente a Brasília, que agora vai começar daqui para o Brasil e para o futuro, desejava convocar agora o Bloco Mudancista da Câmara, e por sorte está me ouvindo o Juste colega Deputado Emival Castedo, Presidente do nosso Bloco (palmas) porque agora é que vai começar a nossa ação no começo do Brasil. Antes, a nossa luta de cooperação na construção de uma cidade. Agora, nossa colaboração vai ser na condução de um pensamento construtor no Brasil. Por isto, se ontem, devermos organizar definitivamente o Bloco Mudancista em Brasília, para que ele possa ter, efetivamente, uma atuação eficiente e decisiva amanhã, Brasília não é uma cidade — seria ridículo fazer uma nova cidade no Brasil, no sertão construído mais uma metrópole, como metrópole.

Brasília não vale como cidade, mas como coração deste País, com as funções cardíacas que esse órgão tem no organismo animal. Brasília precisa transformar-se num coração, produzindo todas as relações da irrispeção do sangue neste País. Precisamos um coração novo no centro geográfico desta Pátria, para ir a toda a capilaridade econômica deste País e despertar quem estiver dormindo e acender a consciência e extinguir o desajuste que há hoje entre a realidade do Brasil e certos elementos que resistem à aceitação de que somos hoje uma Pátria nova, afirmada e decidida para o futuro desta Nação.

Meus caros colegas e eminente Presidente: tive a grande honra de ocupar a tribuna desta Casa, reatando aquele discurso de madrugada que pronunciei num fim de festa, quando deixamos a velha capital da República. Reato estes argumentos com fé, com segurança, com confiança, para pedir aqueles que brilhantemente combateram esse empreendimento, que nos deem agora um crédito de confiança em Brasília. Enquanto ela não era uma realidade, admita-se o combate, Mas, agora, ela

é. Agora, ela está transformada na nova sede do Governo nacional, e meu apelo é este: Dêem-se um crédito de confiança para Brasília, permitindo que esse coração funcione a todo sangue, e o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, com seus auxiliares, com todos nós do Parlamento, com a alta liderança intelectual e o braço do Brasil, realize efetivamente uma grande revolução econômica, daí que partindo para o futuro novos marcos da nossa civilização! (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. NILO COELHO:

Sr. Presidente, as Classes Produtoras de Pernambuco — é fora da dívida de todo Norte e Nordeste, receberam com entusiasmo e alegria a indicação do nome do Engenheiro José Farani Pedreira de Freitas para continuar dirigindo no próximo quadriênio a Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, com jurisdição

da Bahia ao Acre. Foi uma acertada escolha da Magna Assembleia de nosso principal estabelecimento de Crédito e do Sr. Presidente da República, convocar novamente um homem público com as qualidades do eminente Diretor Pedreira de Freitas, para prestar mais uma vez relevantes serviços ao Norte, ao Nordeste e ao País.

Um observador cuidadoso que analise as cifras aplicadas na Carteira de Crédito Geral, durante o último quadriênio, compreenderá as razões de se proclamar nesta Casa, os méritos incontestáveis de um administrador esclarecido que se arduamente pelo esforço e pela ação efetiva conclamados dinamizador da economia do Norte e do Nordeste.

Aplicações (saldos, em milhões de cruzeiros, no último dia útil de cada ano)

	1955	1956	1957	1958	1959
Empréstimos	2.666	3.250	3.550	3.446	3.849
Títulos descontados	3.214	5.103	5.382	6.555	9.472
Total	5.880	8.353	8.932	10.001	13.321

Os números assim dispostos talvez não bastem para o esclarecimento definitivo. Como todos sabemos, apesar de existir um movimento no sentido de industrializar o Norte e Nordeste, ainda é a produção agrícola, inclusive a de natureza extrativa vegetal, a que constitui a base da fraca economia das Unidades Federadas compreendidas na extensa área em que atua a Carteira de Crédito Geral da 4ª Zona do Banco do Brasil.

O Diretor Pedreira de Freitas, desejo de concorrer para uma afirmação cada vez maior das possibilidades econômicas das áreas Norte e Nordeste, verificou que o melhor aproveitamento das várias atividades econômicas ante a precariedade da rede bancária da região, seria estender o financiamento à fase do plantio, complementando dentro do permitido por um regulamento obsoleto e pouco flexível da Carteira Comercial do Banco do Brasil, o crédito distribuído pela Carteira Agrícola, o qual infelizmente é disciplinado por normas rígidas e longe da realidade da zona subdesenvolvida do País. Fazendo-se presente o Banco na época do plantio, mister se tornava que não houvesse omissão quanto à época da colheita e muito particularmente na fase da comercialização dos produtos beneficiados. É isto porque de par com a reconhecida carência do crédito bancário, os poucos recursos financeiros dos exportadores regionais, dos maquinistas, e de quaisquer outros que intervêm no complexo das atividades econômicas norte-nordestinas, não raro antes mesmo do início das culturas já se acham esauridos financeiramente, como acontece anualmente com os produtores primários que se dedicam a simples coleta ou extração de matéria prima. Não fosse essa acertada política conduzida pelo Dr. Pedreira de Freitas, toda a considerada dentro da realidade atual, uma grama de juta; para a malva e ou acima quase vale a mesma assertiva. O agitado por seu turno jamais poderia apresentar o índice de crescimento de sua produção; e as indústrias de fiação e tecelagem por certo estariam agora enfrentando problemas ainda mais graves, se tivessem falhado recursos especiais

para o escoamento dos seus produtos manufaturados. Vale ressaltar a assistência prestada, notadamente no último biênio aos industriais de terrenos de Pernambuco e de todo Nordeste.

Sobre a agro-indústria do açúcar foi ainda a clarividência do Doutor Pedreira de Freitas que pôde preservar a tranquilidade de trabalho dessas empresas. Medidas altamente benéficas foram tomadas também nos casos das culturas de arroz do Maranhão, do babaçu, e da castanha do Pará. Por tudo isto, Sr. Presidente, atendendo solicitação de vários órgãos das classes produtoras do meu Estado, resolvi testemunhar um preceito de gratidão a esse homem público notável, financista, economista de reconhecida competência, que tão otiosamente tem sabido defender os interesses da combatida economia norte-nordeste elevando o nível de vida dessas áreas e realizando o paralelo engrandecimento da própria Nação. Aqui em Brasília encontramos o Dr. Pedreira de Freitas integrando o grupo de trabalho da FEBRA, ao lado de engenheiros notáveis como Ary Garcia Rosa, e neste Lúlio Greve, Samir Kury, e outros, executando uma obra séria e grandiosa, que é a construção do Edifício Sede do Banco do Brasil, e o maior edifício de Brasília — e os conjuntos residenciais de quase dois mil funcionários. Mais uma vez aceito o encargo com esplêndida sedução e está executando apaixonadamente um programa de trabalho com uma vocação corajosa de servir e honrar o nome do profissional de engenharia emérito. É mais uma afirmação da capacidade do Diretor Pedreira de Freitas e a certeza da conquista de uma nova e brilhante vitória. Por tudo isto desejo congratular-me com o Sr. Presidente da República pela acertada escolha do nome do Dr. José Farani Pedreira de Freitas para a Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil. (Muito bem).

O SR. JOAO MENEZES:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nas últimas sessões do Palácio Tupacatiuba, diversos compromissos e promessas foram feitas para que se tivesse de imediato, nas primeiras reuniões

Segunda-feira 2

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Maio de 1960 2725

lhões da Câmara, em Brasília, de vários projetos de relevante interesse público.

Também tenho um compromisso com o povo brasileiro; dar andamento ao projeto 813-65, que altera a lei de imposto sobre vendas e consignações.

Sabe V. Exa., Sr. Presidente, que esse projeto, nas últimas sessões ordinárias da Câmara, esteve em regime de urgência na pauta dos nossos trabalhos.

Terminado aquele período ordinário de funcionamento, e entrando a Câmara em uma convocação extraordinária, não quisemos, de forma alguma, criar dificuldades aos trabalhos desta Casa. Uma vez que a discussão daquele projeto de lei vinha suscitando os debates mais acalorados, procurando cada grupo de Deputados defender aquilo ponto de vista que lhes parecia mais correto, mais exato.

Sr. Presidente, agora estamos em Brasília, numa nova fase de trabalho do Congresso Nacional. Quero, nesta oportunidade, contanto com o alto e esclarecido espírito de V. Exa., encaminhar a condução dos trabalhos desta Casa, pedir a V. Exa. que se incline na Ordem do Dia dos nossos trabalhos o Projeto nº 813-65, cuja discussão está sendo aguardada por grande maioria dos Srs. Deputados. Creio neste momento interpretar o pensamento dos mesmos, com esta solicitação, tendo a certeza de que Vossa Excelência irá ao encontro desse desejo e colocará em debate a matéria que vem suscitando as discussões mais interessantes.

Fica, portanto, aqui o nosso apelo a V. Exa.

Sr. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — Efetivamente, o Projeto de Lei nº 813, que suscita tanto interesse neste Plenário, deverá vir com toda a urgência para a Ordem do Dia, porque também é este um compromisso da Mesa desta Casa.

O SR. JOÃO MENDEZES — Muito obrigado a V. Exa. (Muito bem)

O SR. ADAUTO CARDOSO:

(Para uma comunicação) — Sem verbas do oratório, Sr. Presidente, o ilustre representante trabalhista do Rio Grande do Sul, afirmou que a Enfase que lhe é peculiar, que Brasília "é" e que, portanto, já agora seriam desnecessárias, as discussões sobre esse tema, que transpôs o terreno do debate e se transformou numa realidade.

O Sr. Gustavo Corção — Ilustre pensador, escritor e jornalista, que tanto se distinguira na primeira linha das que temaram a sério o enojo de advertir a Nação contra aquilo que nós nos obstinamos em chamar "a loucura mudancista", afirmou, certa vez, depois que vimos transpostas todas as etapas da realidade do chamado sonho mudancista, que a História acabaria por digerir Brasília. Realmente é natural que esse levial, que assimila império, que assimila catástrofes, acabou por moer, nas entranhas do tempo, até mesmo essa crime que denunciamos e que se praticou contra a Nação e que se chama Brasília.

Ainda há pouco, alguém me advertia também que era chegado o momento de se ouvir alguma voz que restaurasse a harmonia orquestral rompida neste Plenário, desde inultra, desde o Palácio Tiradentes e aqui mesmo com o eloquio monodíctico de Brasília. Esse brilhante Deputado, cujo nome cito para não ferir sua modestia de representante da Maioria, acentuava a necessidade de que alguém da Cúrcula viesse a tatear alguma para dizer alguma coisa contra

Brasília, nem que fosse para restaurar aquilo que S. Exa. chamava, com muita graça, o equilíbrio político rompido desde muito diante do fato consumado como acentuou o nobre Deputado Ruy Ramos. A mudança foi feita, e hoje iniciamos um balanço de lucros e perdas do empreendimento com que o Presidente da República se glorificou no poder, antes que a posteridade o julgasse fora do poder.

O Sr. Ruy Ramos — Apenas solitaria, nesta altura, oportunidade para fazer uma ratificação...

O SR. ADAUTO CARDOSO — Se V. Exa. vai renovar seu discurso de otimismo sobre Brasília, agradecerá o seu aparte; mas, se for alguma correção ou justificação às minhas próprias palavras, agradecerá como as diz nos almanaque, de alma ajoelhada.

O Sr. Ruy Ramos — Então V. Exa. admite que seu modesto colega fosse tão primário...

O SR. ADAUTO CARDOSO — De maneira alguma, nobre colega.

O Sr. Ruy Ramos — ... para não dizer imbecil, que solicitasse ao nobre colega um aparte para readitar um discurso de quarenta minutos?

O SR. ADAUTO CARDOSO — Agradeço e deslacio seus temores, Dê V. Exa. seu aparte.

O Sr. Ruy Ramos — Meu comentário, já prejudicado pela forma por que V. Exa. colocou o problema, é de que me parece perfeitamente impróprio fazer cálculos de lucros e perdas de Brasília, no momento em que estamos concluindo sua construção.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Estamos abrindo a escrita.

O Sr. Ruy Ramos — Estamos fazendo as transcrições em torno do grande empreendimento e o eminente colega já quer lucros, juros contábeis. Está o comentário que desajaz fazer e que não levou um minuto.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Senhor Deputado, V. Exa. se enganou a respeito e a respeito de minhas palavras e no decorrer do meu discurso verificaria como foi injusto na sua suposição e muito mais em relação a mim, do que fui eu em relação a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, cabe-nos a nós, da Oposição, tarefa mais humilde que não nos permite cunhar medalhas nem sequer estatuetas de auto-homenagem nem permite que a nós mesmos escrevamos nossos nomes, o de nossas mães, de nossas esposas, o de nossas filhas no frontão de hospitais e escolas construídas com o dinheiro do povo e como favor ao povo, e não como singular dever do Governo.

Depois da apoteose, Srs. Deputados, dos fogos de artifício, de aplausos do povo ludido pela propaganda ou embriagado pela esperança, chegou a vez das que escolheram a tarefa mais dura para dos que cumprem o dever: de denunciar a corrupção empreendedora, e gloriosa, e desonestidade benemerita e dinâmica, que quer a um só tempo monumentos e porcentagens, estatuetas e comissões, aplausos e bons negócios para amigos e parentes, para amigos dos parentes e para parentes dos amigos numa rede intrincada de favores que se trocam, de trocas e barganhas, de participações que se compensa em apartamentos, em terras, e mautomóveis, em jóias, em ações ao portador e até no dinheiro em contato que não deixa rasto nem nome nas contas bancárias internacionais.

Estes dias, Srs. Deputados, são, pois, de contas, de contas boas e bem prestadas, como as contas da Lei Processual, Sr. Advogado, sem cartelas de mágoas que multiplicam, sem passões de ilusionismo que sub-

traem e, sobretudo, de contas que tenham consequências no patrimônio dos responsáveis pela malversação, de contas que se projetem como exemplos, erradicando do País esta mentalidade que propugna possa o desenvolvimento de uma nação ser feito à margem das suas leis penais.

Estamos certos, Sr. Presidente, de que os honrados membros da Maioria, tranquilizados agora quanto à mudança da Capital do País, que quiseram e fizeram a todo transe, postos no sossego do Planalto, nestes ermos tão fecundos em inspirações cívicas, se dispõem agora a lavar a honra do Governo, por tanto tempo afrontada e até agora não resgatada. E não só a honra, Sr. Presidente, pois que os créditos à administração pública são oníscia complexa, que não só de probidade se constituem. Países há de certo, mais afortunados do que este, nos quais os desercotes dos governantes repercutem em crises que os corrigem ou lhes reduzem a necessidade.

Vivendo em Brasília e não sómente visitando Brasília, como nos aconteceu de vezes anteriores, podemos ajustar, adicionar às três conselheiras da sua apressada construção — obra detestosa, cara cara e obra desonesta — uma que nos parece hoje, depois de vista, de sentida, a mais grave, e mais odiosa de todas, pelo monstruoso conteúdo da injustícia que a construção de Brasília encerra contra as massas sofredores e humildes, esses mesmos cujas faces sujas de poeira, cujos andrajos e cuja inansidiosa resignação vemos a todo momento, como as imagens dos milhões de famílias cujas contribuições foram desviadas dos cofres dos Institutos de Previdência, por um desmedido arbítrio do Sr. Presidente da República para construir os blocos residenciais onde vierão os congressistas e os funcionários.

O Sr. Fernando Santana — Permite um aparte?

O SR. ADAUTO CARDOSO — V. Exa. honra-me com seu aparte.

O Sr. Ruy Ramos — S. Exa. foi um privilegiado.

O Sr. Fernando Santana — Sou um privilegiado... (Risos).

O SR. ADAUTO CARDOSO — Não há privilégio. V. Exa. está sendo injusto. Há apenas a consideração de que V. Exa. não falou por duas vezes hoje sobre Brasília, uma no Pequeno Expediente, outra no Grande Expediente. Sendo assim, o mais elementar sentimento de justiça distributiva faria com que lhe concedesse o aparte.

O Sr. Fernando Santana — Agradeço o sentimento de justiça distributiva de V. Exa. Mas não vou falar sobre Brasília. Gostaria de lembrar ao ilustre Deputado que não conheço nenhum povo no mundo, feliz, bem vestido, bem educado, que não tenha nascido em países realmente desenvolvidos, em países de economia emancipada. Assim, a infelicidade do povo brasileiro, a miséria do povo brasileiro, a fome do povo brasileiro, a tuberculose do povo brasileiro...

O SR. ADAUTO CARDOSO — É a falta de Brasília.

O Sr. Fernando Santana — ... é que nós até hoje temos sido, como nação, muito mais explorados pelas forças estranhas do que pelos nossos próprios forças. Então a grande batalha que se abre para todos nós, para V. Exa. e para todo o Congresso, é dar ao País leis que realmente o tornem economicamente livre, independente, porque, ou nós faremos isso, ou seremos tragados pela miséria,

pela fome, a despeito da própria Brasília.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Louvo e admiro a fe e a esperança com que V. Exa., jovem representante da Nação, acredita que estes ermos do Planalto possam substituir nesta Câmara e no Senado as pressões poderosas dos grupos econômicos que fazem as nossas leis — não se engane V. Exa. — dos banqueiros, dos grandes proprietários de terras, dos grandes industriais interessados no País em protecionismo do que era nacionalismo, e que tudo isso, afinal de contas, desapareça, que tudo isso se desfaga no ar puro, no ar respirável do Planalto, por um simples passe de mágica de cinema.

V. Exa. é homem de fé. É homem de otimismo, é homem de ilusão. Antes de nos mudarmos para Brasília, deveríamos mudar o nosso sistema representativo que faz com que vivamos em Casas Legislativas que repletam, não os interesses do povo, mas os interesses de grupos econômicos poderosos. (Palmas) E Brasília não corrigirá jamais isso, e não será V. Exa., homem digno, autêntico representante de trabalhadores, que virá fazer-se nesta Casa arauto de uma ilusão, de um ópio como este que se tem propagado à Nação.

O Sr. Fernando Santana — Permite-me ainda?

O SR. ADAUTO CARDOSO — Se V. Exa. me perdoar — já agora o tempo não me permite ser tão generoso — só se seu aparte for outro.

O Sr. Fernando Santana — É curtiíssimo, Confio, nobre Deputado, no voto brasileiro, e confio porque verificamos que ele tem uma consciência tão alta que muitos daqueles problemas que julgávamos impossíveis foram resolvidos como o monopólio estatal do petróleo, através da aquisição pública brasileira, nos o conquistamos. Isto fala bem alto e é um exemplo de como pode um povo realmente marchar na sua luta pela liberdade econômica.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Agradeço a V. Exa., Sr. Deputado, e espero que o tempo e melhores oportunidades de entendimento me permitam compreender a relação dessa sua afinidade com o problema dos desercotes e do esbulho das massas trabalhadoras que V. Exa. aqui representa, no que concerne às suas contribuições para a previdência social previdência social que lhes é negada.

O Sr. Ovídio Medeiros — Permite-me o privilégio de um aparte, nobre Deputado?

O SR. ADAUTO CARDOSO — Desde que seja curto.

O Sr. Ovídio Medeiros — Muito obrigado. Não vou defender Brasília, porque todos nossos colegas já o fizeram com brilhantismo na sua maioria. Uma das vantagens recorrente que V. Exa. pode sentir da mudança da Capital é que o brilhante discurso de V. Exa. está sendo neste momento transmitido pela televisão para o Rio de Janeiro, Uberlândia e Belo Horizonte. Mas, nobre Deputado, quando V. Exa. mostrou no seu discurso uma situação de dificuldades, de corrupção existente, roubalheiras, falcatruas, fosse o que fosse, quero recordar que, quando V. Exa. falou sobre o mesmo tema no Palácio Tiradentes, eu havia dito a V. Exa. que mesmo nas pequenas obras participativas era difícil evitar-se o roubo, a corrupção, a falcatrua, a negociação. Imagine V. Exa. numa construção monumental como esta... Este é certo, entretanto, de que aqueles que apóiam Brasília, aqueles que apóiam a mudança da Capital, aqueles que apóiam a interiorização, não apóiam essa irregularidade que V. Exa. está justamente invocando, tanto assim que o próprio Líder da

Majoria em discurso proferido no Palácio Tiradentes, bem como o Líder do Bloco Madanista, haviam decidido que a maioria apoiaria qualquer medida de apuração das irregularidades a que V. Exa. se está referindo. (Palmas).

O Sr. Ernani Sattiro — Boa oportunidade!...

O SR. ADAUTO CARDOSO — Agradeço muito ao nobre Deputado Océlio Medeiros na qualidade de membro da Maioria, que reafirme aquilo que o Líder Abelardo Jurema declarou com tanta ênfase em dias passados: que a Maioria estava pronta a formar comício, após a mudança, no sentido de desfastinar a honra do Governo, permitindo se instalasse a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Brasília.

O Sr. João Agripino — Como Líder da UDN, aprovo a palavra do Deputado Adauto Cardoso, Madanista, que reafirme neste instante as palavras do seu Líder, proferidas no Palácio Tiradentes. De modo que apresento a V. Exa. neste instante pedido de inquirição de Brasília, para que V. Exa. aporia sua assinatura, se mantém ainda sua palavra (Palmas).

O Sr. Abelardo Jurema — Nobre Deputado Adauto Cardoso, não quero perturbar o discurso de V. Exa. Logo que V. Exa. termine ocupará a tribuna.

O SR. ADAUTO CARDOSO — O Sr. Presidente, que o Líder da Maioria na oportunidade em que sua palavra foi recordada e diante do oferecimento que lhe faz o Líder da Bancada udenista, Deputado João Agripino, para assinar incontinenti o requerimento de formação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre Brasília, se dispôs a honrar os compromissos assumidos pelas forças parlamentares que apóiam o Governo. Coire, porém, Sr. Presidente — e agora caminho para a final deste discurso, que eu descelava fosse o mais breve, a fim de, com isso, reservar compromissos que assumi de dividir o tempo que me estava reservado com outros companheiros igualmente necessitados de ocupar a tribuna — ocorre que esse desacerto irreparável no saque das constituições da massa abreira para os institutos de previdência, o saque desse dinheiro sagrado para construir apartamentos para os congressistas e funcionários, esse desacerto infelizmente irreparável e esta asserção não podem ser contestadas em boa-fé por pessoa alguma. Aos bilhões préteritos das cifras estancadas do dinheiro que o Governo Federal deve desde longos anos aos institutos de previdência, adicionaram-se os bilhões de hoje os militares de apartamentos construídos em tempo recorde, isto é, em tempo rufano e a essa dívida gigantesca. Sr. Deputado, comecem a ser mencionados os milhões futuros da parcela de aluguel que congressistas e funcionários tiveram de deixar a cargo do Governo pela impossibilidade de pagá-los dentro das forças dos seus subsídios e vencimentos. E o curioso é que quase todo mundo neste País ignora que no altíssimo mínimo dos milhares de apartamentos que ocupamos, congressistas e funcionários, que do altíssimo mínimo capaz de remunerar o capital investido nas caríssimas construções do planoalto, o inquilino só paga metade. O resto é encargo que o Governo tomou para ele, com a proverbial intenção de calornar. Arre, anos de calote às instituições de previdência que a Opostão, sem cessar, tem denunciado, fazem prever que, aos milhões préteritos se somarão os bilhões de hoje e se somarão ainda os bilhões de amanhã para ruína, para falência da previdência social. Construtores criminosos, Srs. Deputados, construtores defraudados e não de obra loucamente desperdiçada,

dinheiro malbaratado e que ainda não basta, pois novos encargos brotam do pandemônio da cidade inacabada à sua miséria e que étes nunca ou retardadas; dinheiro desviado de hospitais, a cuja porta os doentes fazem fila e esperam meses; dinheiro de aposentadorias e pensões negadas ou retardadas; dinheiro de benefícios que a inflação e a máquina do parasitarismo oficial reduziram a níveis de esmolas. O dinheiro chamado "sangue do povo" ergueu na solidão do Planoalto Central este faraônico monumento da propaganda sr. organizada e poderosa faz crescer que a porta do futuro, a chave de abóboda da integração nacional, e outras prezações que seriam apenas inócuas se não fossem criminosas. (Muito bem).

O Sr. João Agripino — Quero declarar que recusei de volta o requerimento constituindo a comissão de inquérito, sem assinatura do Líder da Maioria. Contudo, já colhi a assinatura do presidente do Bloco Madanista, Deputado Emival Caiado (Palmas). De modo que, fique a Câmara tranqüila, dentro de poucos dias darei entrada na Mesa a esse requerimento, com o número legal de assinaturas, a despeito da recusa da Maioria.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Compreendo, meu caro colega, meu eminente líder e prezado amigo, a decepção de V. Exa., após longos meses, em que todo País se tornou testemunha do compromisso de honra das forças governamentais, de que a partir do dia 21 de abril, afastados os temores de que o inquérito parlamentar constituísse manobra impediente ou retardadora da mudança do Governo, ciso dos seus brios, ciso da sua honra, faria com que os seus Deputados subterivessem o requerimento da comissão parlamentar de inquérito. Mas, meu caro colega, o objetivo oposicionista, os interesses da administração pública, os interesses da moralidade, que nenhum Governo pode ignorar, que nenhum governante pode esquecer. Compreendo, Sr. Deputado João Agripino, a sua decepção, a sua vacilação, a sua perolocidade. Mas, para mim, posso afirmar a V. Exa., nenhuma surpresa resta nesta matéria. O episódio das canas de rádio, que é recente e dentro em pouco será desvendado em toda a sua fealdade para esta Câmara e por mim, demonstra que enfrentamos um Governo que não tem nenhum amor aos seus créditos da credibilidade essencial.

O Abelardo Jurema — Permite. Não é a respeito do teor do seu discurso, mas das últimas referências, pois ainda irei ocupar a tribuna esta tarde. Quero apenas acrescentar, quanto aos canais de rádio, pelos quais V. Exa. se bateu nesta Casa, entrando até em entendimento com o comício, franco e aberto, que me comprometi com V. Exa., a desenvolver esforços no sentido de que não fosse vetada e a proposição foi aprovada, com a emenda que V. Exa. idealizou e que teve aprovação também da maioria nas Comissões. V. Exa. está sendo infiel nas acusações que faz ao Governo, porque a idéia de V. Exa. foi aprovada pelo Presidente da República, sancionando integralmente a lei, dentro da jurisdição da proposição de V. Exa.

O SR. ADAUTO CARDOSO — V. Exa. está sendo difícil a mesa de V. Exa. como é difícil a mesa de obra loucamente desperdiçada,

de todo dia nos dão testemunho da coragem pessoal de V. Exa., da lealdade com que V. Exa. se conduz naquilo que entende com seus interesses e com suas relações de colega para colega. Nós, que sabemos da sua impecável elegância...

O Sr. Abelardo Jurema — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. ADAUTO CARDOSO — ... quando o ouvimos falar em nome do Governo, temos de silenciar, reticentes. Sabemos que V. Exa. não tem por parte do Governo, deste Governo, a cobertura que qualquer outro daria a um homem das qualidades morais de V. Exa.

O Sr. Abelardo Jurema — Não apoiado! V. Exa. sabe que, naqueles entendimentos, jamais eu poderia afirmar se o Governo vetaria ou não, uma vez que seria uma intervenção minha nas prerrogativas do Executivo. O meu compromisso com V. Exa. e toda a Maioria, inclusive o Presidente da Mesa, foi desenvolvermos as nossas atividades no sentido do êxito da ideia que tratou a simpatia e os aplausos da Casa.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Vejo a Casa como faz uma coisa e o Líder e contra o Governo. V. Exa. agiu assim. E o Governo? Quando se tratou de liberar os créditos votados pelo Congresso, pela unanimidade da Câmara dos Deputados e do Senado, o Governo reteve os 150 milhões destinados à radiomissão do Congresso. Esta é a conduta do Governo! Este o motivo pelo qual lamentamos que nesta Casa V. Exa. tenha de falar duas vezes, a linguagem honrada do Deputado Abelardo Jurema e a linguagem reticente do Líder do Sr. Juscelino Kubitschek.

O Sr. João Agripino — Quero comunicar a V. Exa., que o Deputado Océlio Medeiros acaba de assinar o requerimento. (Palmas). Esta assinatura completa o número de 125, o número regimental é de 109. Nestas condições, vou passar à Mesa, neste instante, o requerimento constituindo a Comissão de Inquérito sobre Brasília. (Palmas).

O SR. ADAUTO CARDOSO — Eu me felicito por me catar a oportunidade de congratular-me com a Câmara dos Deputados pela maneira, por que esses 125 Deputados entendem de cumprir o seu dever, quaisquer que sejam as suas tendências partidárias. Estou certo de que esta Câmara aqui em Brasília, na solidão do Planoalto ou em qualquer outro lugar do Brasil, proferirá, na investigação dos fatos, na descoberta da verdade, com a maior isenção de ânimo e a maior independência por parte de todos os seus representantes.

Vou concluir Sr. Presidente, por que o meu eminente colega, Deputado Emival Caiado, olha afilto cobrindo o compromisso que assumi de ceder-lhe parte do meu tempo.

E, pois, este desacerto que esbulhou a previdência, que brada aos céus, mais ainda que o trinômio — Insuperável, desonestidade e gesto exagerado — que se gerou com a insensata aceleração das obras de Brasília. E o tremendo esbulho cometido contra a esperança dos humildes da previdência, posta a saque para que tudo fosse feito em compasso desvairado. E este crime que clama por justiça! (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. EMIVAL CAIADO:

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Quis o destino que, ivessamos a grande felicidade de integrar esta Câmara dos Deputados do Brasil no instante festivo em que se oficializou a

interiorização da Capital da República.

Se é verdade que esta asa do Congresso tem iterativamente, dado sobejas provas de defesa da democracia, de amor à causa do povo de alta compreensão e sabedoria na solução dos nossos problemas econômicos e sociais, não é menos verdade que o seu comportamento em face da mudança da Capital, marcou no duplamente histórico 21 de abril um dos pontos mais altos senão o clímax de sua ação pública.

Orgulhamo-nos Sr. Presidente de pertencer a esta geração, de estar ombro a ombro com tão valerosos homens públicos, que surpreendendo e analisando os fenômenos econômicos sociais e políticos do Brasil do nosso tempo, compreendendo-se da grande missão a ser realizada, a causa mudancista que, no passado se despertou tímida e brulocante na conselheção das grandes ideias necessitou do bem mais de um século para se afirmar e cristalizar com a força de reivindicação premente e inadiável para solução dos anárquicos problemas da nacionalidade.

O Sr. Omar Cunha — Não poderíamos deixar, nesta oportunidade, de apurar a V. Exa., verdadeiro líder mudancista, que fez com que a Capital do Brasil de fato se iniciasse e colossasse o nosso País como centro da integração nacional. Nós, municipalistas, que nos batemos, lado a lado com V. Exa., e fizemos inserir na Carta Municipalista do Brasil a mudança da Capital para o Planoalto, queremos em nome da Associação Brasileira de Municípios, congratular nos com o Congresso Nacional, e especialmente com a V. Exa., a quem o povo de Goiás muito deve por seu trabalho para que viesse para esta região a cidade que hoje temos, que não é somente a Capital do Brasil, mas do mundo moderno.

O SR. EMIVAL CAIADO — Agracecendo a gentileza do aparte de V. Exa., devo dizer apenas que, nestas duas legislaturas, tenho procurado sistematicamente cumprir com o meu dever de defender o ideal que me pareceu saarado e dos mais justos para a luta de um parlamentar do Brasil moderno.

E Sr. Presidente que — natura non facit saltas e emporio não amadureceram as condições ambientais, propícias e imperativas para a concretização do grande empreendimento, ele não pode se transformar em realidade.

Agora Brasília aqui está toda engalanada e juvenil acabando de receber em caráter definitivo os nossos órgãos do Governo da União.

Muitos frente à personalidade do seu urbanismo, à leveza, elegância e comição de suas linhas arquitetônicas que o gênio de Oscar Niemeyer liaço Costa lhe imprimiram, empolgando os cânones clássicos, empolgando-se e extasiando-se de tal maneira diante dessa obra de inextinguível beleza e arte, que se esqueceram dos reais e sérios motivos que determinaram sua edificação.

A interiorização da Capital da República, antes de mais nada, em nossos dias, se inspirou na necessidade de impor um correivo no tremendo desequilíbrio econômico-financeiro, ao insuperável desnível social, à chocante disparidade até mesmo cultural, à perigosa quebra do princípio federativo. Quem entre nos ousa negar que o Brasil atual está dividido em duas áreas: a dos favorecidos privilegiados e a dos esquecidos, abandonados? Qual o sociólogo ou político mais atilado, que tenha se debruçado na análise dos dramas brasileiros, ainda não compreenderam que a nação caminhava inexoravelmente para o separatismo ou lutas de cessação?

Porventura alguém desconhece os pruridos de revolta que viliam levando em dois terços da nação o de nossa fronteira?

Srs. Deputados, a inflação e o plano de economia — este introduzido como medida de emergência, e afinal transformado em sistema crônico, vieram, irremediavelmente, acentuar o ritmo dos desequilíbrios e das desigualdades.

Somos uma nação que até aqui tem caraquejado na orla marítima amontada principalmente no eixo industrializado Rio-São Paulo, revoltando condempnável desprezo por toda essa imensidão do interior brasileiro. Basta considerar que a apoteótica Amazônia que do centro oeste se espalha para o norte, com uma área de 5.067.700 Km² ou sejam 59,32% da superfície total do nosso país, não atinge, ao menos, 1 habitante por quilômetro quadrado em uma porcentagem de 6% da população nacional.

Sr. Presidente, nós mudancistas vemos através da interiorização da capital em Brasília a conquista definitiva da Amazônia, traduzida em uma ocupação efetiva gradual desta fabulosa e riquíssima região brasileira. Entendemos que com isso, estaremos defendendo a doçura alheígena, que a tem rondado em um cerco tanto mais apertado quanto mais aumenta a pressão demográfica por todo o mundo. Por este aspecto que nós costumamos definir como segurança externa a capital em Brasília, ou seja na orla amazônica, que já vem produzindo os seus castores e amêndoas frutos, tanto assim que antes da instalação desta cidade já se inaugurou a rodovia Brasília-Beim e neste instante já se inicia a ligação Brasília-Açá.

Nós os mudancistas também lobrimos através de Brasília a salvação do Nordeste ainda agora com sua economia impiedosamente sangrada e golpeada sob o gigante do Teorismo sulista da rentabilidade e produtividade como critério informativo da substancial benefício para o conjunto.

Teorismo este desumanamente posto em prática por aqueles que fazem tábuas rasas dos graves de toda sorte geradores dos problemas sociais e políticos, da mais alta significação para a unidade pátria.

As rodovias federais que ora estão sendo atacadas ligando esta Capital ao Nordeste significam já os primeiros benefícios que a mudança vem trazendo aqueles nossos irmãos constantemente vitimados pelas intempéries. Nós os mudancistas divisoamos através de Brasília um contato mais íntimo dos governos com essa agricultura massacrada quando não esquecida, proporcionando a mecanização da lavoura e toda maquinaria técnica e racional da produção agropecuária. E isto é fundamental pois é sabido e ressaltado que nenhum país emerge do subdesenvolvimento sem um progresso equilibrado entre as atividades agrícolas e industriais e entre isso o progresso da agricultura não vem respondendo ao impulso do ritmo do desenvolvimento da Indústria. Nós os mudancistas entregamos através de Brasília o primeiro passo da tão decantada reforma agrária, pois com a abertura de tantas rodovias e os reflexos da transferência do governo, antes mesmo de ela se efetivar, já constatamos entusiasmos a aquisição e ocupação de milhares de quilômetros de terras devolutas e bem assim o retançamento espontâneo dos latifúndios sob o influxo da valorização das terras, da lei da oferta e da procura e da possibilidade do seu aproveitamento econômico.

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — Permita-me o nobre orador interrompê-lo um momento.

Comunico que acaba de chegar à Mesa requerimento, de autoria do nobre Líder da Maioria, prorrogando a Sessão por mais hora, para que seja assegurada a palavra, na forma do Resoluto, a S. Ex.ª. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão, (Palmas).

Aprovado.

O SR. EMIVAL CAIADO — Nós os mudancistas acreditamos na função civilizadora da Capital de uma nação e na sua irradiação de progresso, que já se faz sentir em seus vários aspectos por toda a região do Brasil Central antes mesmo de Brasília ter-se tornado uma realidade tanto pela instalação de áreas industriais como pela intensificação aeroportuária, do comércio, abertura de rodovias, ferrovias e aeroportos. A Capital política no coração da Pátria criará uma salutar bipolaridade entre o mar e o sertão distribuindo melhor os recursos coletivos e os esforços de civilização sobre toda região intermediária como já prezava em 1923 o Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva quando escrevia: "para de certo errar um breve rio de comércio interno de maior magnitude, visto a extensão do Império; seus diversos climas e produções".

Aí está, pois, a integração nacional trazida pelos nossos antepassados hábeis na ordem do dia das preocupações cotidianas.

O Sr. Correia da Costa — Na oportunidade em que pela primeira vez usa da palavra em Brasília, nova Capital, quero congratular-me em o nome colega por este acontecimento, e, estou certo, proporcionar-lhe uma vida política e administrativa do país, como V. Ex.ª com muita ociosidade e brilhantismo vem salientando no seu notável discurso.

O SR. EMIVAL CAIADO — Agradeço a V. Ex.ª o aparte, principalmente porque parte de um dos aspectos que mais contribuirão para a efetivação da mudança da Capital, Sr. Presidente, nós os mudancistas entendemos ser esta o momento oportuno para uma revisão política-administrativa bem como das técnicas em curso na administração e aproveitamos o ensejo para convocar o Poder Executivo a executar nos setores de organização, pessoal, equipamento material, segurança e cofre de trabalho, ponto em prática todos esses relatórios e discursos que visam dar à mudança nos serviços públicos o rendimento de que ela carece.

Nós os mudancistas somos convictos de que uma hora era se deponha para a nação com a capital aqui, nestes atulhados de Brasília, em uma zona neutra do ponto de vista político e econômico, onde o governo federal, distante do que os americanos chamam "bressian groups" estará em melhores condições para executar uma política mais sã e segura que melhor consulte aos interesses nacionais, visto o país como um todo numa ampla visão de perspectiva e comunidade, sem privilégios regionais ou intimações de qualquer natureza.

O Senhor Gabriel Hermes — Nobre Deputado, é com muita satisfação que me congratulo com V. Ex.ª, o entusiasmo, vãos desígnios, a palavra com que V. Ex.ª, defendeu a mudança da Capital. Tenho dito a numerosos membros da Maioria desta Casa que se o Conselho hoje se encontra no território do Est. de Goiás, isto se deve à Presidência da República e ao entusiasmo de Emival Caiado. Eu mesmo, que fui contrário, e ainda sou,

ao apodamento com que se verificou a mudança, tenho razão em alisar ao ilustre colega, eu, como homem do Norte, afastado da velha Capital da República, vi com satisfação o processamento da mudança. Desejo consignar, no brilhante discurso do ilustre Deputado Caiado, o nosso apreço pela sua bravura pessoal, que deu principalmente ao Est. de Goiás, vitória que não tenho dúvida contribuirá para o engrandecimento do Brasil.

O SENHOR EMIVAL CAIADO — Agradeço desvanecido ao aparte de V. Ex.ª.

Senhor Presidente, já ao fim dessas despretenciosas considerações, na qualidade de presidente do Bloco Parlamentar Mudancistas queremos tributar ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira as merecidas homenagens, pela maneira serena mas segura, corajosa e nimbada de idealismo, com que conduziu um sonho em realidade palpante e irreversível. Igual feito de reconhecimento devemos registrar aos Doutores Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, Iris Melimberg, Ernesto Silva e toda a equipe de Novacap pela capacidade administrativa revelada na edificação desta Urbes e bem assim a todos que contribuíram de qualquer forma para concretização do grande acontecimento especialmente a essas milhares anônimas de contingentes que ao sol causticante respirando a poeira vermelha da terra virgem ou nas matuzeadas frentes deparam o melhor de suas energias — alguns a propósito com um entusiasmo e patriotismo que ficaram indeleveis sua página da história brasileira.

O Senhor Pedro Vidal — Congratulo-me com V. Ex.ª, nesta oportunidade em que, com sua palavra independente de homens de bem e que preza o seu mandato de líder mudancista, sem abdicar da sua nobre condição de deputado da União Democrática Nacional, congratulo-me com Vossa Excelência pela homenagem que ora presta da tribuna ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e que estende a este outro grande construtor de Brasília — Israel Pinheiro. Como é curiosa a situação, Deputado Emival Caiado! Ainda há pouco a voz de outro udenista levantava suspensão, levantava uma acusação e agredia ao Senhor Presidente da República e os que o ajudaram a construir Brasília. Agora é a voz independente de V. Ex.ª, representante da União Democrática Nacional, que vem fazer justiça ao Presidente da República e ao Dr. Israel Pinheiro. O povo que o escuta através da irradiação do discurso, sabe honestamente que Vossa Excelência está interpretando o legítimo pensamento de grande parte dos udenistas do Brasil, de franco aplauso à obra de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O SENHOR EMIVAL CAIADO — Agradecemos a V. Ex.ª, o aparte. Procuramos fazer justiça ao render esta homenagem ao Presidente da República. Não vejo nada de mais novo, pois sou presidente do Bloco mudancista. De fato, S. Ex.ª, conduziu com mão firme a mudança da Capital.

Quero também aproveitar o ensejo, uma vez que V. Ex.ª, tentou fazer pequena exploração político-partidária para salientar que se não fosse a nossa ação na União Democrática Nacional (muito bem, palmas), nenhum mérito caberia ao humilde orador em relação à mudança da Capital. Tivemos inicialmente a felicidade e a sorte de ter podido contar, dentro do meu partido, os ímpetus zenias de um Deputado Carlos Lacerda e a combatividade incansável do Deputado Adauto Cardoso e toda a bancada do Estado de Guanabara, que stancaram sempre na hora certa e que stancaram sempre na hora certa e que stancaram sempre na hora certa, que a União Democrática

Nacional nos deu cobertura perfeitando a tese de situar a mudança acima das injunções político-partidárias, desde quando V. Ex.ª, não era ainda Deputado Federal. Dei-nos cobertura na lei que criou a Novacap de uma iniciativa que marcou o 21 de abril e na defesa do 21 de abril. Não há no Diretório Nacional da U.D.N. ou na bancada do partido um único pronunciamento oficial contra Brasília (Muito bem). Enquanto o Presidente Juscelino Kubitschek, enquanto os parlamentares na Câmara e no Senado encetavam a batalha mudancista, no partido de V. Ex.ª, principalmente no partido de V. Ex.ª, encontramos as maiores resistências. (Palmas). Considero mesmo, e o tenho dito várias vezes, que a força mudancista dentro da UDN é mais acertada e mais impetuosa do que na hostes situacionistas. Vários companheiros nossos de partido lutaram com bravura e destemor, como o nobre Deputado Correia da Costa, Vice-Presidente da União Democrática Nacional. Muitos em grande número trabalharam sem descanso pela mudança da Capital.

O Sr. Pedro Vidal — Apenas procurei fazer um paralelo entre o discurso de V. Ex.ª, e o do nobre Deputado Adauto Cardoso.

O SR. EMIVAL CAIADO — Sr. Presidente, o tempo regimental esgotou-se e gostaria de ceder minhas palavras.

Senhores Deputados, ao escollermos a data de 21 de abril quisemos homenagear os Inconfidentes e a memória daquele que deu a sua vida pela independência política do Brasil, na convicção de que demos agora o passo mais importante para a independência econômica da Pátria.

Não nos ludamos! O historiador do futuro verá em Brasília uma linha um marco de duas etapas diferentes do Brasil. Essa mudança da Capital define e encarna incontestavelmente um processo revolucionário em marcha. Não a confundida, vista por alguns, para a Diáspora, pois aqui muito no contrário antevemos a consolidação definitiva e a estabilidade final de nossas instituições democráticas com ampla e benéfica proteção e reflexo no campo internacional — mas sim, uma revolução, que, apesar de ser identica, decorrente de uma nova ordem, uma nova conjuntura econômico-social, um diferente estado de infra-estrutura, a desferir e a evitar, muito, da capacidade, audácia, e espírito público do Congresso Nacional e das elites dirigentes da Nação.

Nós vos conitamos, pois, com o Todo Poderoso a prosseguir nessa batalha sacrada pela redenção do Brasil... (Muito bem, muito bem, Palmas)

O SR. JOÃO AGRIPINO: Sr. Presidente, peço a palavra pelo ordem.

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, entreguei à Mesa requerimento de constituição de uma comissão parlamentar de inquirição para apurar as singularidades porventura ocorridas na construção de Brasília.

Verifico, porém, que, na parte posterior da Mesa, lide os Deputados dão busca em fórmulas assinaturas ali apostas, ao que me informam, com o propósito de soltar a esses seus companheiros de Partido que redem a assinatura daquele documento. Sr. Presidente, que essa Câmara se compõe de homens independentes e livres que quando apuserem suas assinaturas retiram consciência da sua responsabilidade.

Celo também. Sr. Presidente, que nenhuma dica, assim o penso, porque assim ajo, tem o direito de pressionar, por qualquer modo, ou a qualquer motivo, os seus liderados para procedimento tão desproporcionado.

Da forma, minha questão-de-ordem consiste em saber se será lícito a um líder riscar o nome de seus liderados na ausência deste, para retirar sua assinatura, e se a retirada da assinatura só será possível pela pessoa a pessoal do Deputado ou pela sua manifestação expressa nesse sentido. (Muito bem).

O SR. ABELARDO JUREMA:

(Para contraditar questão-de-ordem) — Sem revisão do orador) — Minha questão-de-ordem, Sr. Presidente, é mais um pedido de esclarecimento.

Encontra-se há tempos na Mesa, segundo é do meu conhecimento, requerimento de deputados pedindo a retirada de seus nomes.

A liderança da maioria, Sr. Presidente, não pressionou e não pressionará nenhum Deputado a retirar seus nomes desses documentos. Apenas a liderança permitiu se se encontra na Mesa algum requerimento de deputados, já de há muito tempo, na Velocidade, de retirada de seus nomes para a constituição desta Comissão de Inquérito. (Muito bem).

O SR. ADAUTO CARDOSO:

Pede a palavra, Sr. Presidente, para uma questão-de-ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — O Presidente vai decidir a questão-de-ordem suscitada pelo nobre Deputado João Agripino, contraditada pelo nobre Deputado Abelardo Jurema.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Sr. Presidente, acredito que V. Ex. com seu espírito liberal, considerará minha manifestação apenas como argumentação a mais, como contribuição para que a Mesa resolva a questão-de-ordem do nobre Deputado João Agripino.

O SR. PRESIDENTE:

Se é sobre a matéria em foco, a Mesa acolherá a questão-de-ordem de V. Ex.

O SR. ADAUTO CARDOSO:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o requerimento constitucional, ou a manifestação constitucional de vontade que firma uma Comissão Parlamentar de Inquérito, se integra no momento em que o documento, com as assinaturas, é entregue à Mesa.

Não há forma de se considerar a manifestação dos representantes da Mesa, considerando um termo de qualquer dos Congressos Legislativos como outra coisa, como um ato jurídico perfeito, acabado, que por si mesmo constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito de que trata a Constituição.

Não é esse Projeto. Não é essa uma interpretação. Não é essa uma interpretação qualquer, nem um expediente doutrinário, nem uma vontade contrária a esse requerimento. É manifestação de vontade, de natureza constitucional, Sr. Presidente.

E, então, desde que nós nos mudamos e nos reavimos do espírito de respeito tantas vezes observado nestes Congressos, desde que nós nos mudamos e agora iniciamos o tempo da nossa democracia, de que, portanto, a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito não depende daquilo que chamamos de vontade política, e é apenas uma manifestação de vontade irrevocável, que não pode ser retirada por motivos levianos e politicamente como aqui se quer fazer. (Muito bem).

O SR. ARNALDO CERDEIRA:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o nobre Líder João Agripino comunica a V. Ex. e à Casa que alguns líderes haviam procurado tomar conhecimento do documento, em que se

pede, nesta Câmara, uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a candidatura de Brasília, S. Exa., talvez mal informado, atribuiu logo aos liderados um propósito que não lhes podia caber. Nenhum de nós, líderes de partidos políticos no Congresso, cometeríamos injúria aos nossos liderados de riscar os seus nomes, principalmente num documento desta natureza.

No que tange à liderança do Partido Social Progressista, ela proclama desde logo, sem nenhuma injunção e pronunciação, que os Deputados que porventura hajam assinado esse requerimento o fizeram na consciência de um dever público e no exercício de seus mandatos, só a eles cabe manter ou reaver a posição que tomaram. Não exerceu a liderança do PSP qualquer coação. Ainda mais: irá ela estudar o problema com o cuidado que dispensa a todas as questões desta importância, e talvez tome até uma atitude coletiva, depois de ouvir os seus liderados, colher as suas opiniões, e transmitir, então, o pensamento da bancada do PSP. (Muito bem).

O SR. CERALDO GUEDES:

Sr. Presidente, peço a palavra sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — Com a palavra ao nobre Deputado.

O SR. CERALDO GUEDES:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, salvo em ano de minha parte, em processo que me foi distribuído por V. Ex., del parecer, aprovado pela Mesa, a respeito de assunto legal. Acredito que uma das teses defendidas por mim, quanto à natureza e os efeitos da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no referido parecer, era exatamente esta: a de que a Comissão se auto-constitua, a Comissão se auto-organizava, a Comissão se auto-integrava no momento em que o número legal de Deputados exigido pelo Regimento estivesse realmente atendido.

Assim, Sr. Presidente, mais como subsídio para a legítima, sacra e lícita interpretação do V. Ex., do que mesmo como cooperação pessoal, gostaria, nesta hora, lembrar a V. Ex. o aludido parecer, porque ele já representa, a esta altura, uma decisão tomada pela Mesa a respeito do assunto. (Muito bem).

O SR. LYCIO HAUER:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo falar a V. Ex., que assiste logo no início da sessão legislativa passada, esse requerimento. Mas ainda lá na Velocidade, apresentei à Mesa requerimento retirando a minha assinatura. Concordo com o nobre Deputado em que era uma manifestação de vontade; mas também agora expressei minha vontade contrária a esse requerimento. Esclarecido agora, depois da reunião da Capital, acho uma Comissão dessa natureza totalmente indevida.

Sr. Presidente, peço a V. Ex., que faça constar o meu nome como não dando apoio algum a essa Comissão. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — A questão de ordem levantada pelo nobre Lúcio Hauer, objeto de comentário e contestação por parte do nobre Líder Abelardo Jurema e de outros Senhores Deputados, pode ser decidida pela Mesa frente à letra mesmo do Regimento. É certo que o Instituto da Comissão de Inquérito, inovando entre nós, da última Carta Constitucional, tem rito especial para sua constituição e se auto-determina, seja nos fins, seja no rito na criação. Entre tanto, o Art. 89, que define o que seja

proposição — "Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara" — estabelece no § 2.º:

"Nos casos em que as assinaturas de uma proposição não representem apenas apoio, não poderão ser retiradas após a respectiva publicação."

A Comissão de Inquérito é precisamente daquelas proposições que, uma vez reunidos os requisitos previstos em lei, não pode a assinatura reter, e não representa, simples apoio, mas uma adesão completa, conforme esclareceram os nobres Deputados Adauto Cardoso e Geraldo Guedes.

A Mesa, examinando matéria em foco, relatada, com muito, pelo nobre Deputado Geraldo Guedes, concordou, efetivamente, em que, uma vez utilizado o ato que se conclui, conforme o Regimento pela publicação, é irrevogável.

A matéria, portanto, está posta nos termos da irreversibilidade, desde que haja o implemento da condição prevista no § 2.º do Art. 89.

A Mesa acaba de receber uma proposição com assinaturas que devem ser conferidas, por isto que todos sabemos que as assinaturas, de modo geral, são símbolos, são sinais que precisam ser confrontados. E, para esse efeito, também na forma do Regimento, convocou o nobre Deputado José Bonifácio para acompanhar a conferência, que está sendo objeto das providências da Mesa através de seus assessores, com a assistência do nobre primeiro Secretário da Câmara.

Quando à forma para que, antes da publicação, a Mesa se retratasse o ato de sessão, a Mesa só pode aceitar por escrito, na forma, ainda, do Regimento e da tradição, por isso que, sendo proposição acessória, ela só poderá ser recebida na forma por que a principal o foi. E, porque a proposição acessória, cabe aqui um esclarecimento ao nobre Deputado Lúcio Hauer que me honra ter mandado à Mesa, há muito tempo, um requerimento pelo qual solicitava a exclusão de sua assinatura no documento de que se trata.

A Mesa terá recebido, para guarda, o documento, mas não tinha como aceitar o documento, por isso que se tratava de proposição acessória e esta só poderia ser recebida por escrito, quando a principal se encontrar na Mesa.

Já agora a Mesa vai verificar que documentos possam existir nestas condições para recebê-los, porque eu não quero que não existam, uma vez que não poderia receber proposições acessórias por escrito, aquela principal que ainda não tivesse existência documental.

Com estes esclarecimentos, pensa a Mesa ter dado ao plenário as necessárias notícias em que ela se ocupará a sua ação no fato de que se trata.

O SR. JOSÉ LOPES:

(Para uma questão de ordem) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tenho a impressão de que assim o entendimento do Regimento de alguns colegas. Não estou compreendendo o entendimento de tal atitude. Não entendo, entendo muito menos porque o Congresso não pediu esse inquérito, porque o Presidente da República não o mandou instaurar. Não entendo. Se por qualquer circunstância minha assinatura não estiver no requerimento, quero que dele faça parte (Palmas). Não entendo como alguns colegas retiraram sua assinatura de um pedido de inquérito, pois parte do princípio de que quem não deve não teme. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) — Nobre Deputado, para fazer figurar sua assinatura no requerimento, se dele ainda não consta, deverá certificar-se, para o efeito de firmá-lo.

O SR. CORRÊA DA COSTA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, na oportunidade em que o Congresso Nacional, em sua primeira e histórica sessão ordinária, inicia seus trabalhos parlamentares, desejo elevar a minha voz, como representante de Mato Grosso, para, da iminência do plano, enviar uma saudade emocionada a todos os brasileiros que vivem no interior desta grande Nação, em especial aos nossos irmãos mato-grossenses, para dizer-lhes que a mudança da Capital traz nova esperança a uma imensa parcela do povo brasileiro, até então relegada ao mais completo abandono. Os meus votos, desta tribuna, são para que o início da vida parlamentar, em Brasília, ocorra no marco de uma nova política, de uma nova orientação, em benefício da imensa maioria do povo brasileiro, que vive no interior, sem contar com qualquer auxílio da Mãe-Pátria. (Muito bem).

O SR. ABELARDO JUREMA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr. Deputados, é evidente que, neste instante, o assunto há pouco mencionado prende a atenção da Casa e do País. Por isso mesmo é que não poderia eu assinar um documento, que data de 13 de maio de 1959, sem isso, sem ter pelo menos examinado os seus parâmetros. Tal documento anda por esta Casa há um ano, mas poucos o conhecem. Quero, neste instante, ler alguns tópicos do mesmo, para que se compreva que o objetivo...

O Sr. João Agripino — Perguntaria se, quando V. Ex. assumiu o compromisso de concordar com esta comissão de inquérito, conhecia o não o requerimento.

O SR. ABELARDO JUREMA —

Não conhecia.

O Sr. João Agripino — Por que, então, assumiu esse compromisso?

O SR. ABELARDO JUREMA —

Vou responder a V. Ex., mais tarde, porque agora quero digitar o texto do documento, para depois fundamentar a nossa posição.

Este documento data de 13 de maio de 1959. Estamos, portanto, a ver o seu primeiro aniversário. Brasília se instalou há 2 dias, há 8 dias, ainda aqui nos estamos organizando e o documento começa assim:

"Os abaixo assinados requerem, nos termos da Constituição e Regimento Interno, fique constituída uma comissão parlamentar de inquérito para examinar..."

Prestem os meus colegas atenção à esta particularidade: a comissão foi requerida há um ano!

... examinar a organização e a regulamentação dos serviços públicos de Brasília"

Esta organização, nós estudamos e a algumas horas da mudança da Capital, já aqui se requer seja examinada.

O Sr. João Agripino — Este argumento não está à altura da inteligência de V. Ex., exatamente o exame prévio da organização de Brasília é o que se pretendia.

O SR. ABELARDO JUREMA —

Continua o requerimento: "Estado das habitações necessárias aos parlamentares e servidores públicos".

Pergunto a esta Casa: há um ano, qual era o estado das habitações nesta cidade?

O Sr. João Agripino — Se tivéssemos feito o inquérito, saberíamos que não havia máfinação.

O SR. ABELARDO JUREMA — Tem mais adiante: "existência de abastecimento de água, saneamento e esgoto, telecomunicações, interna e externa, estabelecimentos de ensino de curso primário, médio, sede hospitalar, pronto socorro, hotéis acessíveis às diversas classes..."

O Sr. Pedro Vidal — Tudo suprido!

O SR. ABELARDO JUREMA — Tudo isto Brasília teria de possuir há um ano para que a Oposição pudesse fiscalizar se tais coisas estavam funcionando, se havia condições para residirmos, se o abastecimento de água, hotéis, tele-municípios, estabelecimentos de ensino e hospitais.

Porque-me a nobre Oposição, é um documento que não tem objetividade? (Peças). Na verdade, é objetiva o que Agripino me fez inaugurado há 24 horas, há oito dias? Se a Oposição quisesse ser mais autêntica...

O Sr. João Agripino — Leia o resumo!

O SR. ABELARDO JUREMA — ...havendo de ter renovado estes questionários que datam ainda de 13 de maio de 1951...

O Sr. João Agripino — Pode V. Exa. ler o item 2º?

O SR. ABELARDO JUREMA — Lido tudo. Letra "c": "custo médio da construção para aquisição de casa própria, forma e condições de financiamento".

O Sr. João Agripino — Ai é que está... E aí José?

O SR. ABELARDO JUREMA — Ainda hoje estamos vendo as construções em acabamento de vários prédios de Institutos, e não sei por que a Oposição não vem mais adiante, não dilata mais isto, e não pediu esta Comissão no dia em que o Presidente aqui chegou a este plano, sozinho, e começou a sua obra...

O Sr. João Agripino — E não sei por que V. Exa. disse que ao dia 22 de abril comemoraria com a Comissão de Inquérito...

O SR. ABELARDO JUREMA — V. Exa. me pediu o requerimento para receber minha assinatura, o que só posso fazer lendo, orlando, analisando, porque não estou na liderança representando a mim mesmo (muito bem), represento deputados de vários partidos que têm compromisso de colaborar com o Governo na construção de uma obra para o bem público, Brasília, ai está. E o Deputado Adauto Cardoso, meu nobre amigo e ilustre adversário, disse que aqui tribuna: "Brasília é um crime!" Distância-se dele desta Casa, parecendo um espectro falante, porque foi de ontem, Sr. Presidente, a comemoração desta Casa em peso ao criador de Brasília, que aqui esteve e recebeu as palmas mais entusiasmadas do Congresso, de Senadores e Deputados de todos os partidos! Então, esta Casa iria comemorar, iria aplaudir, iria exaltar um criminoso? "Brasília é um crime!" Foi a expressão do nobre Deputado Adauto Cardoso, e foi a Câmara que seplitu esta expressão como por antecipeção, quando de pé aplaudiu o criador de Brasília.

O Sr. Oscar Correa — Esta bancada não bateu palmas!

O Sr. Pedro Vidal — O Sr. José Bonifácio de Andrade e Silva aplaudiu o Sr. Presidente da República.

O Sr. Adauto Cardoso — É uma questão de gosto pessoal...

O Sr. Oscar Correa — O Sr. José Bonifácio de Andrade e Silva já morreu há muito tempo...

O Sr. Pedro Vidal — Assisti, so-movido, ao abrigo do Deputado José Bonifácio ao Presidente Juscelino Kubitschek.

O Sr. Oscar Correa — Isto é exploração política!

O SR. ABELARDO JUREMA — Um abraço de oposiçãoista amovido ao Presidente da República, na hora em que Brasília se constituiu na nova Capital.

O Sr. Pedro Vidal — Na hora em que o Presidente realizava o sonho do Deputado José Bonifácio.

O SR. ABELARDO JUREMA — Diz bem V. Exa. E eu bem compreendi.

Mas, Sr. Presidente, vamos adiantar:

"o custo das utilidades necessárias ao consumo; formas de abastecimento; mercado abastecedor; sua distância; capacidade produtiva e transporte."

Estes são os objetivos da Comissão. O Sr. Adauto Cardoso — Não só esses, há outros.

O SR. ABELARDO JUREMA — Mas V. Exa. tenham paciência, tenham calma.

Faltou à oposição um pouco de imaginação para firmar esse documento.

O Sr. Pedro Vidal — Pobreza de espírito, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE: (Ranieri Mazzilli) — Atenção! O nobre Deputado Oswaldo Lima Filho pede licença ao orador para levantar uma questão de ordem.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, peço licença a V. Exa. e ao orador, que está fazendo magnífica exposição, ouvida pela Casa com a atenção que merece, para apresentar requerimento de prorogação da sessão por mais meia hora, a fim de que o nobre Líder da Maioria possa concluir sua oração.

O Sr. Adauto Cardoso — Estacia de acordo em votar o requerimento desde que o nobre Líder da Maioria se persuadisse de que o inquérito não é realmente contra o Presidente da República, foi glorificado, mas para apurar os que lapidaram e saquearam os cofres dos institutos de previdência.

O SR. PRESIDENTE: (Ranieri Mazzilli) — Na forma do regimento, requerimento de prorrogação da sessão não está sujeito a encaminhamento.

O Sr. Adauto Cardoso — Já concluiu, então, Sr. Presidente.

Dizia, é para se saber quais os que no item dos gastos exagerados cu dos gastos que causaram prejuízos ao ordo não achados com culpa. V. Exa, nobre Deputado Abelardo Jurema, acha que é o Presidente Juscelino Kubitschek?

O SR. ABELARDO JUREMA — Vou prosseguir, nobre Deputado, e V. Exa. terá paciência de me ouvir.

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — Vem à Mesa requerimento de autoria do nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, solicitando prorrogação da sessão por trinta minutos. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram permanecer como se encontram.

(Pausa).

Aprovado

O nobre orador dispora, portanto, de tempo, até as 19 horas e 15 minutos.

O SR. ABELARDO JUREMA — dos representantes da nobre Oposição na Novacap.

Sr. Presidente, obrigado a V. Exa. muito obrigado ao Deputado Oswaldo Lima Filho, muito obrigado aos nobres pares desta Casa e, sobretudo, à nobre Oposição, por ter concordado em ouvir a análise e crítica que faço do problema.

É o item "d". Está se vendo que se essa Comissão fosse constituída quando assim desejava a Oposição, iríamos chegar aqui a falar: "mercado abastecedor" — não existe, está se fazendo. "Fontes de consumo". Exia o quê? Qual o objetivo secundário da Oposição, nesse planejamento?

Letra "e": "outras que julgar conveniente seguir". Sr. Presidente: A Constituição diz, aqui, Sr. Presidente:

O Sr. Adauto Cardoso — Já vem o "fato determinado".

O SR. ABELARDO JUREMA — A Câmara dos Deputados e o Senado Federal criará Comissões de Inquérito sobre fato determinado, sempre que o requerer um terço dos seus membros."

Sr. Presidente, é curioso se observar que em todo este documento — e vou lê-lo todo — não há um fato determinado. E o mais curioso é que a União Democrática Nacional, a Oposição, tem os seus elementos na Comissão. E já se disse e redisse na tribuna e na imprensa, a NOTÍCIA é uma sociedade omeletista, não que, além do Conselho Fiscal que a lei determina, ela tem, dentro de sua Diretoria, por determinação legal, a participação de representante da Oposição.

O Sr. Rui Ramos — Inclusive agora.

O Sr. Adauto Cardoso — Tudo isso é velho. Há compromissos de fazer. O SR. ABELARDO JUREMA — Houve anúncio da Oposição, porque se arvasta há quase um ano.

A Oposição fez um seu correio-gonário demitit-se da direção.

O Sr. Rui Ramos — E nomeou outro.

O SR. ABELARDO JUREMA — Andou em divergências e debates corruptes que não queremos representar o mas o que não se demitiu, permaneceu o honrado companheiro da Oposição.

A Oposição termina por fazer nova indicação, que recaiu em um homem de estatura moral do Sr. Guilherme Machado, de Minas Gerais.

O Sr. Pedro Vidal — Todo o Brasil sabe que o representante da UDN na Novacap, o honrado Senhor Eris Meinberg, suspeitando de estar cometendo irregularidades no cargo que dignamente ocupava, renunciou no Diretório Nacional desde partido a justiça no julgamento do seu procedimento. O Diretório Nacional da UDN houve por bem inocular o Sr. Eris Meinberg de todas as acusações imputadas que sobre si caíam, e todo o Brasil sabe que esse homem, então na chieira do ordo pagador da Novacap, era o tesoureiro, que somente deveria fazer pagamentos à vista dos comprovantes, e à vista da procedência honesta dos comprovantes. Então, se houve irregularidade na Novacap, a conclusão que se impõe é que ela foi cometida pelo representante da UDN, com que não concordamos.

O SR. ABELARDO JUREMA — Diz V. Exa. muito bem. E se houvesse fato determinado que fizesse renunciar a um cargo do Diretório um seu correio-gonário, indicando outro, sem dúvida de maior confiança, que deveria fazer o novo representante? Assumir seu posto e ir buscar os fatos determinados, denunciando-os a esta Casa e a Nação. Pois bem, não se ouzitt uma palavra, sequer de qualquer

dos representantes da nobre Oposição na Novacap.

Tem o aparte o nobre colega Senhor Adauto Cardoso, pedindo a Sua Excelência seja breves, porque meu tempo é curto e desejo ler todo o documento.

O Sr. Adauto Cardoso — Sinto que V. Exa. não tenha também avertido ao mesmo sentido o nobre colega da Maioria que antes apareceu V. Excelência.

O SR. ABELARDO JUREMA — V. Exa. dispõe do mesmo tempo para falar.

O Sr. Adauto Cardoso — Veja V. Exa. como, em matéria de fatos determinados, a liderança da maioria anda mal informada. Se a liderança está mal informada quanto ao que ocorre no Diretório Nacional da UDN...

O SR. ABELARDO JUREMA — Sai pelos jornais.

O Sr. Adauto Cardoso — ... pelas informações do Deputado Pedro Vidal, evidentemente estaria ela exposta a graves erros de fato. Nós, que queremos que este País tenha, a partir de 3 de outubro, como símbolo, a vassoura, varemos nossa Casa. Varemos nossa Casa, para poder, para impor, para reclamar que V. Exas. vartam a sua.

O SR. ABELARDO JUREMA — Parece-me que estão varrendo mal, porque varreram o Sr. Leandro Machado.

O Sr. Adauto Cardoso — V. Exa. concorde o aparte ou deseje estabelecer polêmicas? Aos criados autoridade moral para reclamar inquéritos fazendo-os dentro dos nossos próprios princípios. V. Exas. não. V. Excelências, que assumem compromisso formal, solene, catóxico, de permitir o inquérito parlamentar a partir do dia 22 de abril, efetuada a mudança, hoje se apressam a tudo que há de mais infante de mais pueril, inclusive a alegação de que os fatos sobre os quais a Oposição quer investigar são perempórios, antigos, passados. Mas passados por que? São passados porque V. Exas. Excelências só quiseram consentir que a investigação se abrisse a partir do dia 22, quando se trataria de fatos presentes.

Portanto, é uma cama de gato, como se diz na linguagem popular, aquilo que a Maioria quis armar áquies que pedem a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ABELARDO JUREMA — V. Exa. vai-me permitir nobre Deputado mas, quando dia que impedimos apurar fatos, é porque eles não existem e ainda estavam em construção todos os objetivos colimados pela Oposição.

O Sr. Adauto Cardoso — Mas hoje existem.

O SR. ABELARDO JUREMA — Estou lendo, item por item, um documento redigido há um ano que declara proco de construção desse prédio, que se está concluindo agora, ...

O Sr. Adauto Cardoso — Diga logo, que V. Exa. tem medo.

O SR. ABELARDO JUREMA — ... que procure preços dos edifícios de apartamentos que ainda se estão construindo. Aqui está. Custo das obras em comparação com empresas de administração direta e particular. Avaliação dos gastos efetuados pela Novacap, institutos de previdência social, Fundação da Casa Popular, autarquias e sociedades de economia mista, custos dos palácios presidenciais, tudo isso consta de documentos da Novacap que estão nas mãos do Diretor Tesoureiro, que é da União Democrática Nacional, e do Dr. Virgílio Távora, ex-parlamentar e uma honra do Ceará, um homem de bem que está na direção da Novacap. Tudo

2730 Segunda-feira 2

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Maio de 1960

isso, se a Oposição quisesse apurar, teria sido, através dos seus próprios representantes.

O Sr. João Agripino — Quero declarar que os membros da Oposição da Novacap compareceram à reunião do Diretorio há cerca de seis meses e há uma semana, já em Brasília, insistiram para que nos conseguíssemos fazer a Comissão de Inquérito. Assim, todos os que participam da administração da Nova Capital, querem, desejam e pediam a Comissão de Inquérito diferentes dos companheiros de V. Exa. que não sei se o querem, se o desejam, se o pleiteiam. Em segundo lugar, quero lembrar que, quando se discutia esse requerimento no Plenário, a propósito da demissão do Deputado Elias Adalme, foi V. Exa. quem leu uma exposição do Dr. Israel Pinheiro que dava todos esses preços. Resta apurar se são exatos e de que documentação foram extraídos. Nunca é tarde para se apurarem ladrocinhas. Nunca é tarde, também para se passar um atestado de mediocridade aos administradores. Ou apuram as irregularidades documentadas neste resumo ou se passa um atestado de idoneidade à Novacap.

O SR. ABELARDO JUREMA — V. Exa. espelha-se no rosto de V. Exa. e nas suas palavras quando prega que quer uma Comissão de Inquérito e já diz que a ladrocinha compõe quando o Deputado Adauto Cardoso diz que a construção foi cara e desonestas. Disse daquela tribuna que foi cara e desonestas. Então, das duas uma, ou o Deputado sabe o preço ou então esse documento não tem qualquer significado, qualquer sentido porque busca os preços dessas construções.

O Sr. Pedro Vidigal — V. Exa. está lendo um texto e já foi dito que se está apurando as irregularidades. Esse relatório, portanto, o atestado, público e razo do que é esse documento. Continue, continue lendo esse documento porque o povo brasileiro, no fim da sua leitura, terá encontrado um verdadeiro manual de gaulhanças.

O SR. ABELARDO JUREMA — Muito obrigado, Padre Vidigal.

O SR. ABELARDO JUREMA — Eis o documento assinado por muitos Deputados com confiança. Temos descoberto os crimes, as ladrocinhas, as irregularidades e depois do documento assinado é isto que o Padre Vidigal diz: "uma fábrica de gaulhanças". Não tem atualizado. Se esse documento fosse aprovado pelo plenário, há um ano, por 100 Srs. Deputados, ele não teria o mesmo e a comissão que se organizasse iria despendendo um crédito de 300 milhões de cruzetes sem função absolutamente alguma, porque a Capital não estava construída, mas em construção. (Trocem-se apertes simultâneos).

O SR. PRESIDENTE — Peço aos Srs. Deputados só apartem com consentimento do orador.

O SR. ABELARDO JUREMA — Ve-se perfeitamente a inidoneidade da Comissão. Enquanto nós da Maioria ouvimos as palavras do Deputado Adauto Cardoso silenciosamente, anotando os seus tópicos principais para responder, agora a Oposição não quer: deixar falar, porque há a imposição da Oposição que não ajudou a construir Brasília.

Curvo-me mais depressa diante daqueles candangos...

O Sr. Adauto Cardoso — Viva a demagogia, abixo o inquérito.

O SR. ABELARDO JUREMA — ... Os três irmãos brasileiros que organizaram pelo seu saber e pela sua técnica aquilo que o mundo todo aplaude, aquilo que o espírito criador do povo brasileiro construiu para dignificar o Brasil.

O Sr. Medeiros Neto — Estou voltando dos Estados Unidos da América e posso testemunhar a admiração que Brasília desperta nas autoridades americanas.

O Sr. Nestor Duarte — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Vou permitir o aparte em homenagem a esse líder tão simpático da Oposição que é o Sr. Nestor Duarte.

O Sr. Paulo Sarasate — E o outro, não é simpático?

O Sr. Nestor Duarte — A Maioria assumiu o compromisso de consentir o inquérito sobre as obras de Brasília, seu custo e sua administração desde que a Capital da República fosse transferida. Pergunto agora a V. Exa., na qualidade de líder da Maioria: a que espécie de inquérito, a que espécie de fatos dá assentimento para o inquérito respectivo?

O SR. ABELARDO JUREMA — Eu iria chegar a esta parte no final de minha oração, mas V. Exa. se precipitou.

Mas o que quero dizer a V. Exa. é que a Maioria nesta Casa acompanhou a nobre Oposição, não na sua vontade, porque vários elementos da Oposição, e de maior projeção, sem dúvida, colaboraram na obra da mudança da Capital. Não quero praticar a injustiça do Deputado Adauto Cardoso quando daquela tribuna afirmou que Brasília foi obra da Maioria. O autor daquela lei é hoje consagrado pela nação brasileira, o Deputado Emílio Calado.

O Sr. Adauto Cardoso — Não disse que a mudança foi obra da Maioria. Disse que a mudança apressada foi obra da Maioria.

O SR. ABELARDO JUREMA — V. Exa. disse: Tomei nota e só amanhã no "Diário do Congresso" poderemos fazer a verificação.

O Sr. Paulo Sarasate — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Jacob Frantz — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Estou concluindo minhas considerações e farei o aparte a V. Exa. e ao ilustre Deputado Medeiros Neto que já o havia solicitado, mas a Maioria acompanhou durante tanto tempo a construção de Brasília, os arroubos da Oposição, isto que o nobre Deputado Adauto Cardoso classifica a maioria da Minoria em toda argumentação em torno deste inquérito visava suspensão da mudança da Capital, porque ainda hoje, ante este espetáculo, ante a consagração a que se assiste, ante a manifestação de toda a Nação, de Norte a Sul do País, o nobre Deputado Adauto Cardoso, dia da tribuna que é contra a mudança da Capital, que ela vai ser digerida. De modo que o que se observa, o que se conclui é que todo o trabalho feito há um ano visava impedir a mudança, visava sustar as obras, visava evitar a expansão do crédito, que permitiu esta construção. E foi que a Maioria vigilante não deixou; foi isso que a Maioria vigilante impediu.

Aceto agora o aparte do nobre Deputado Medeiros Neto.

O Sr. Medeiros Neto — Nobre Deputado, o meu aparte significa um elogio. Estou retornando de longa excursão que consegui realizar através dos Estados Unidos, como delegado desta Casa. Trago para V. Exa. e para a História um valiosíssimo documento. Disse-me alguém ali: depois de vocês construiram Brasília, temos de dividir com o Brasil a responsabilidade do comando na direção das duas Américas. Isto significou para mim algo de surpresa, porque, realmente, o fator que estamos de-

fendendo não é o da obra que caviladamente a Oposição adotou como sua, mas que aceitamos como nossa, porque realmente é nossa e vamos defendê-la, porque é o único sinal de que estamos a iluminar os caminhos para a posteridade.

O SR. ABELARDO JUREMA — Obrigado.

Dou agora o aparte ao nobre Deputado Jacob Frantz.

O Sr. Jacob Frantz — Nobre Deputado, creio que nada trarei de extraordinário como contribuição ao discurso de V. Exa. Apenas queria focalizar três pontos que me parecem repletos de certa objetividade e que devem ser levados em consideração quando se examina assunto de relevância como este ora em debate. Em primeiro lugar, acho que uma comissão parlamentar de inquérito desta natureza, que envolve a idoneidade, a honestidade de figuras de tão alta responsabilidade, só deve ser solicitada quando se tem à mão fatos concretos.

O Sr. Adauto Cardoso — Ai não seria preciso inquérito. Seria matéria de Justiça Criminal.

O Sr. Jacob Frantz — Segundo ponto. Há poucos dias, no Rio de Janeiro, se deu publicidade, à base de certo escândalo, ao fato de que um ilustre representante identista na Novacap — o Coronel Virgílio Távora — iria apresentar contas, que estavam violadas, ao exame, salvo engano, do seu próprio Partido, logo que a Capital fosse transferida para Brasília. Dois dias depois, o próprio Coronel Virgílio Távora fez questão de vir a público, através da imprensa, declarar que tais notícias não eram exatas e que a contabilidade e a movimentação do dinheiro em Brasília era legal.

O Sr. João Agripino — Ninguém jamais declarou que era ilegal.

O Sr. Adauto Cardoso — A legalidade de operações contábeis não é discutida.

O Sr. Jacob Frantz — A declaração está na imprensa do Rio de Janeiro. Em terceiro lugar, se há fatos positivos que comprometem a honorabilidade dos homens que dirigem a Novacap, esses fatos certamente são do conhecimento de representantes da UDN que participam da direção da Novacap. Neste caso, esses homens se deveriam ter demitido há muito tempo, sob pena de falhar a autoridade moral da UDN para solicitar esse inquérito.

O Sr. Adauto Cardoso — Autoridade moral feita a quem não cumpre a palavra.

O Sr. João Agripino — Pediria licença para um ligeiro aparte, apenas para lembrar que esse requerimento de comissão de inquérito em maio do ano passado foi amplamente divulgado pela imprensa.

Nesse tempo não era sobre fato indeterminado nem infantil, e Vossas Excelências não concordaram.

O SR. ABELARDO JUREMA — Nobre Deputado, este requerimento caminha há um ano.

O Sr. Adauto Cardoso — Amplamente divulgado na imprensa.

O SR. ABELARDO JUREMA — Não se atualizou. Não se renovou.

O Sr. Adauto Cardoso — O Deputado Israel Pinheiro tem cópia nos seus arquivos.

O SR. ABELARDO JUREMA — É a Oposição, tão coisa na cobrança de prestações de contas pelo governo, durante este ano inteiro não teve um outro argumento para incluir, Não

teve um outro fato. Nada. Defendeu este documento como foi redigido há um ano.

Se os escândalos fossem de tal ordem a anular a nação, sem dúvida alguma dia a qual estaria, porque esta justiça faz à Oposição: vive cantando milhões numa obra de gigante.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Senhor Deputado Abelardo Jurema, tem V. Exa. razão quando sustenta que a Comissão Parlamentar de Inquérito ora solicitada pela nobre Oposição desta Casa não tem razão de ser. Considero que o instituto da comissão parlamentar de inquérito, sobretudo como garantia da Minoria no Congresso, é uma das mais altas, das mais úteis armas do funcionamento do regime democrático, principalmente dentro do regime presidencial, com todos os seus vícios e defeitos. Mas V. Exa. e a Casa sabem, como sabe a Nação e têm sido referido aqui — que, no caso vertente, o instituto foi subleçado, foi antecipado por uma inovação que reputo das mais felizes na prática da elaboração legislativa neste país, através de uma emenda de autoria do meu nobre colega e amigo, o Senhor Deputado Adauto Cardoso, que mandou incluir obrigatoriamente na constituição da Companhia Urbanizadora da Nova Capital representantes do maior Partido de Oposição no Congresso. Consequentemente, ou a União Democrática Nacional passa um atestado de cumplicidade, de inépcia, de impatriotismo, de desonestidade aos altos e nobres brasileiros que a representariam na Comissão Urbanizadora da Nova Capital — dois ilustres ex-colegas nossos: o Coronel Virgílio Távora e o Sr. Guilherme Machado — ou não pode reclamar contra a malversação de dinheiros na Nova Capital, porque, se houvesse malversação, nela estariam acunhiados dois representantes seus, dois homens inatacáveis pela honradez, pela probidade a que eu, como creio, toda esta Casa, tendo o prelo da nossa honra, não vejo, portanto, como se esteja aqui, a pretexto de criar motivos para propaganda eleitoral, às vésperas da sucessão...

O SR. ABELARDO JUREMA — Este é o objetivo.

O Sr. Adauto Cardoso — O General Teixeira Lott nada tem com essas irregularidades.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — ... a levantar dúvidas sobre a aplicação de dinheiros públicos, de que, devemos dizer, a nobre Oposição nesta Casa — a União Democrática Nacional e o Partido Libertador — são aplicadores legais. Ai esgar a questão: a União Democrática Nacional, quando aceitou integrar a Comissão Urbanizadora da Nova Capital, por um membro seu de mais alta categoria moral, o indicou pela sua Diretoria Nacional e substituiu ainda há pouco dias antes da mudança, assumiu a obrigação moral e a responsabilidade de fiscalizar a aplicação dos dinheiros públicos.

O Sr. João Agripino — E o dever de punir os que forem encontrados em falta, que V. Exa. não quer assumir.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Assumo, se os membros da União Democrática Nacional se demitirem.

O Sr. Adauto Cardoso — Eles pediram inquérito, os dois.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Mas não pediram na NOVACAP.

O Sr. Adauto Cardoso — Vossa Exa. quer criar um incidente novo.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Não é incidente novo.

O Sr. Adauto Cardoso — O que ocorre é que ambos pediram o inquérito.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Não sei como se pode pedir particularmente um inquérito e continuar-se a fazer parte de um órgão acusado de

desonestidade. Não entendo essa moralidade que, na ocasião, permitiu a membros do partido requerer dentro da agremiação se instaurasse inquérito e ao mesmo tempo continuassem seus membros fazendo parte de uma companhia acusada de malversação de dinheiros públicos. Faço o mais alto e mais nobre juízo dos ilustres e honrados representantes da União Democrática Nacional na Companhia Urbanizadora. De início devo dizer, com a permissão do nobre Deputado Abelardo Jurema...

O Sr. João Agripino — V. Exa. foi um dos que prometeram assinar o requerimento depois de 21 de abril...

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Não prometi. Fiz um apelo ao nobre Líder da Maioria para que assinasse, e...

O Sr. João Agripino — Conectou a Maioria a que assinasse.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Exatamente. Vinculei o pensamento do Partido Trabalhista e por que? Porque o Partido Trabalhista Brasileiro não tem representante no NOVACAP. Mas nós confiamos na honradez dos Homens da UDN. Devo dizer, Sr. Presidente, que inicialmente, como bom brasileiro, tive minhas dúvidas quando o nobre Líder Carlos Lacerda levantou acusações frontais à honrabilidade do representante udistra na NOVACAP, o Sr. Iris Meimberg. Mas este foi substituído, a UDN indicou outros nomes, da melhor categoria moral.

O Sr. João Agripino — E os fatos? O Sr. Osvaldo Lima Filho — Que fatos são esses que permitem à UDN fazer elementos integrantes de um órgão acusado dessa malversação?

O Sr. ABELARDO JUREMA — V. Exa. nobre Deputado Osvaldo Lima Filho, trouxe uma colaboração que eu gostaria de completar.

O Sr. Pedro Aleixo — Permite um aparte?

O Sr. ABELARDO JUREMA — Ouvirei sempre V. Exa. com muito encantamento, sobretudo porque é um mestre do Direito e é um mestre desta Casa pela sua eloquência, pela sua palavra fácil.

O Sr. Pedro Aleixo — Se V. Exa. me outorga essas titulos...

O Sr. ABELARDO JUREMA — Com toda sinceridade e justiça.

O Sr. Pedro Aleixo — Sei bem que a sinceridade não exclui generosidade. Tomo apenas um minuto de V. Exa. Num debate tão caloroso como este quero dar um depoimento. Há cerca de dois meses quando estivemos nesta Cidade em comissão da Oposição da Câmara, conversamos largamente sobre vários problemas com o Sr. Israel Pinheiro, que nos declarou que somente se manifestaria contrário ao trabalho de uma comissão de inquérito, porque a organização desse órgão naquele momento poderia perturbar a execução da medida legal da transferência da Capital no dia 21 de abril. Mas, dizia ele, no dia seguinte ao da transferência da Capital considero um dever meu estar solidário com quantos queiram se fazer inquérito sobre o processo pelo qual se construiu Brasília. Diante desse claro e peremptório pronunciamento do Sr. Israel Pinheiro, peço licença a V. Exa. apenas, concluindo, para dizer que não bem, seja quem seja, esteja onde estiver, tenha recedo de um inquérito na sua vida. (Palmas).

O Sr. ABELARDO JUREMA — Diz muito bem V. Exa. Nobre Deputado Osvaldo Lima Filho, quando V. Exa. abordou o aspecto da participação da Oposição na Novacap, eu já disser a V. Exa., mas os debates não me permitiram, que, se a nobre Oposição trocasse para os fatos de-

terminados pela sua própria representação na Novacap, documentando e fundamentando aquela proposição, esta Câmara, há muito tempo, teria dado, como tem feito relativamente a outras proposições de importância igual, que têm tramitado por várias comissões especiais da Casa...

O Sr. Ernani Sátiro — Permissão. Ser ser portador dos nobres títulos do Deputado Pedro Aleixo, mas como modesto e humilde conferência, de V. Exa., agradecerá o aparte que me concedesse.

O Sr. ABELARDO JUREMA — Desde que me conceda um minuto para concluir minhas considerações, o tempo não vai permitir.

Sr. Presidente, li a proposição e decaído que, numa reunião de Deputados da Oposição e da Maioria, inúmeros, ao tomarem conhecimento de seus termos, não retirem sua assinatura. Porque sei que V. Exa. não se manifesta. Não Diretores — não se manifesta. Não se vê, não se sente, não se observa nenhum pronunciamento oficial desses Diretores. Nenhum deles foi à praça pública, nenhum veio à Câmara comunicar esse fato, nem mesmo a própria Oposição, em documento que merecesse o nosso acatamento. O que há nessa proposição é um objetivo eleitoral e é por isso que a Oposição está empenhada nessa luta.

O Sr. Adauto Cardoso — É muita injustiça de V. Exa. para com o General Teixeira Lott. O General Teixeira Lott não tem nenhuma necessidade de esconder coisa alguma.

O Sr. ABELARDO JUREMA — O que há é um objetivo de fazer esquecer a opinião pública a obra que aqui está, gigantesca, crescendo aos olhos da Nação.

Ainda esta madrugada, dirigindo-me para Brasília, encontrei um militar de minha terra que vinha, pelo interior, de João Pessoa para esta Lapa. E os pilotos, os aviadores observaram que somente o arrojo de um homem fazia com que as vistas da Nação se voltassem para esse interior, porque há três anos consecutivos realizavam aquela viagem sem que vislumbrassem uma casa sequer.

O Sr. Clemeus Sampaio — Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O Sr. ABELARDO JUREMA — Assim, Sr. Presidente, a obra de Brasília não pode ser destruída por um simples intuito eleitoral, porque se a Oposição não tem conteúdo e vive sua crise mais profunda neste momento, o que ela deveria fazer era vir para esta Casa defender aquelas proposições que vamos trazer a plenário, como a Lei da Previdência Social, o Código Comercial, o Plano de Reclassificação.

O Sr. Adauto Cardoso — A nossa crise é ao ar livre e não tapada como a de V. Exa. Nunca conversei sobre Brasília, contra um inquérito sobre Brasília.

O Sr. Ernani Sátiro — Nobre colega Abelardo Jurema, conforme se verifica das palavras de V. Exa., e não poderia ser outra a conduta de um homem de sua responsabilidade e formação — V. Exa. não é contrário; apenas entende que os fatos não estão determinados, especificados. Assim, embora não sendo líder da Bancada e, por conseguinte, o condutor desta batalha, mas na qualidade de membro da Casa, es-

tu certo de que V. Exa. terminará o seu discurso trazendo algum acrescento, mais alguns fatos e itens para que esse documento tenha, realmente, a objetividade desejada por V. Exa. Desde já congratulo-me com V. Exa. pelos elementos que vai trazer para que o documento fique mais objetivo e, por conseguinte, mais propício aos fins a que se destina.

O Sr. ABELARDO JUREMA — Nobre Deputado Ernani Sátiro, peço-me V. Exa., mas, se o Governo tivesse fatos determinados já haveria aberto os seus inquéritos pelos órgãos competentes. E não o fizesse seria criminoso por omissão, como criminosos estariam sendo os representantes da Oposição na Novacap se fossem verdadeiras as alegações do Deputado Adauto Cardoso que disse haver sido Brasília construída cara e desonestamente.

Se o Governo tivesse conhecimento, como disse o Deputado Ernani Sátiro, de fatos determinados, para juntar aquela proposição, sem ter aberto o inquérito, sem ter tomado uma providência, então o ocorreria na mesma omissão dos representantes oposicionistas, se verdadeiras tais alegações.

O Sr. Presidente, Sr. Deputados, desejava concluir minha oração mas quero, antes, dar licença ao pádre Vidigal para um minuto apenas, uma vez que está próximo o término do prazo de que disponho.

O Sr. Pedro Vidigal — Em abono à sua afirmação sobre a conduta do Chefe do Governo, de que, se S. Exa., se fosse de qualquer irregularidade, teria mandado fazer inquérito para apurar a responsabilidade do culpado, vou citar um fato. Era Governador de Minas Gerais o Sr. Juscelino Kubitschek. Pois bem, um possedista, que chegou a ser candidato à Assembleia Legislativa do Estado, acusado de ter desviado 80 mil cruzeiros, foi entregue pelo então Governador Kubitschek à Polícia, por se ter verificado a procedência de acusação. Posteriormente, houve um desvio na Secretaria de Saúde de Pôrto Alegre, inquérito determinado pelo Governador, e o acusado, irmão de um desembargador, cumpriu pena na prisão.

O Sr. João Agripino — Ladrão de tostão vai para a cadeia.

O Sr. Pedro Vidigal — Nem sempre. No Governo do Sr. Milton Campos um cidadão desviou da Cidade Industrial quatro milhões e tantos mil cruzeiros, e o Sr. Darel Bessone deu parecer pela demissão do culpado, a bem do serviço público, e pela sua prisão. E o Sr. Milton Campos, que não podia julgar na espécie, colocou o funcionário ladrão em disponibilidade remunerada.

O Sr. Pedro Aleixo — Devo acrescentar que o furto se deu no Governo do Sr. Benedito Valadares. (Riso).

O Sr. Pedro Vidigal — Se V. Exas. me permitirem o prazo de 24 horas, terio de recolher as gargalhadas, porque está comigo a cópia do processo e o parecer do Sr. Darel Bessone, V. Exa., Deputado Pedro Aleixo, mal informado...

O Sr. Pedro Aleixo — É possível.

O Sr. Pedro Vidigal — ... se quiser ver o processo, posso exibi-lo. Mas V. Exa., mal informado, como líder da UDN na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, fazendo aquela declaração, falseou a verdade.

O Sr. Pedro Aleixo — Ai já não é questão de má informação. É injúria.

O Sr. PEDRO VIDIGAL — V. Exa., então, terá de recolher o aparte e seus correligionários, as gargalhadas.

O Sr. Adauto Cardoso — O certo é que não temos inquérito.

O Sr. ABELARDO JUREMA — A verdade é que o Governo não teme acusações, não teme devassas. O Governo não pode estar levando para a praça pública homens de responsabilidade, acusados e três por dois pelas palcos políticos, sem que os fatos sejam positivamente declarados nas proposições. Se o Governo fosse levar a pelourinho todos os seus membros castigados pelos desjustos, pelos que têm seus interesses contrariados, nada mais faria do que abrir inquérito, para satisfazer a este desejo morbido de uma Oposição que ainda não aceitou aquela "bossa-nova" do Deputado José Sarney e outros, da reformulação dos problemas em face do desenvolvimento nacional, em face da obra do Governo que aí está, a desafiar a ação demolidora do tempo e a ação negativista dos críticos de obras feitas.

O Sr. Adauto Cardoso — V. Exa. pelo menos não cumpre palavra com eloquência.

O Sr. ABELARDO JUREMA — A Maioria não pressionará nem procurará um só Deputado para retrair sua assinatura. O que a liderança não pode recomendar assinaturas de inquéritos...

O Sr. Adauto Cardoso — É bem possível, porque muita gente da Maioria não procedeu com independência.

O Sr. ABELARDO JUREMA — ... porque a Oposição, nos estertores de uma crise, procura cobri-la através de um escândalo, pois de escândalos essa nobre Oposição tem-se mantido de 43 a esta parte quando os problemas nacionais exigem hoje manifestações e afirmações como aquelas dadas pelos operários brasileiros, pelos técnicos, pelos candangos e pelo Sr. Presidente da República, reintegrando o Brasil na posse de si mesmo. (Muito bem; aplaudido).

O Sr. PRESIDENTE: Escrotada a hora, vou levantar a sessão.

Comparecem mais os Senhores:

ury Pitombo
Mendes Gonçalves
Antônio Baby

Amazonas:

Adalberto Vale — PTB,
Arthur Virgílio — PTB,
Wilson Calmon — PSP.

Pará:

Deodoro de Mendonça — PGE,
Gabriel Hermes — UDN,
João Menezes — PSD,
Ocelio de Medeiros — PSD.

Maranhão:

Henrique La Roque — PSP,
Lester Caldas — PSD,
Miguel Bauri — PSD,
Renato Archer — PSD.

Platui:

Cildenor Freitas — PTB,
Dyrno Pires — PSD

Ceará:

Carlos Jereissati — PTB,
Costa Lima — UDN,
Eteldeviscar Pessoa — PSD,
Expedito Machado — PSD.

2732 Segunda-feira 2

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Maio de 1950

Martins Rodrigues — PSD.
Paulo Sarazate — UDN.
Rio Grande do Norte:
Aluizio Alves — UDN.
Clóvis Motta — PTB.

Paraná:
Abelarda Jurema — PSD.
Draull Ewamy — PSD.

Pernambuco:
Andrade Lima Filho — PSD.
Felivino Lins — PSD.
José Lopes — PTB.
Alagoas:

Ary Pitombo — PTB.
Souza Leão — PSP.

Sergipe:
Eivaldo Diniz — UDN.

Bahia:
Alaim Mello — PTB.
Antônio Fraga — PR.
Edgard Pereira — PSD.
Fernando Sautana — PTB.
Hélio Cabal — PSD.
Hélio Machado — PDC.
Hélio Ramos — PR.
Manoel Novais — PR.

Espirito Santo:
Bagueira Leal — UDN.
Dircou Cardoso — PSD.
Oswaldo Zanillo — PRP.

Rio de Janeiro:
Domíngos Velasco — PSB.
Pereira Pinto — UDN.
Raymundo Padilha — UDN.

Distrito Federal:
Benjamin Farah — PSP.
Eliú Dutra — PTB.
Lylio Haier — PTB.
Mendes de Moraes — PSP.
Waldyr Simões — PTB.

Minas Gerais:
Carlos do Lago — PSD.
Geraldo Vasconcellos — PSD.
Gulthermino de Oliveira — PSD.
José Raimundo — PTB.
Manoel Almeida — PSD.
Nogueira da Gama — PTB.
Santiago Dantas — PTE.
Tristão da Cunha — PR.

São Paulo:
Afrânio de Oliveira — PSB.
Antônio Feliciano — PSD.
Arnaldo Cerdeira — PSP.
Broca Filho — PSP (24-6-60).
Carmelo D'Agostino — PSD.
Campos Vergal — PSP.
Cunha Bueno — PSD.
Hamilton Prado — PTN.
Henrique Turner — PSB.
José Menck — PDC.

Luiz Francisco — PSB.
Facheco Chaves — PSD.
Miguel Lenzas.

Goias:
Castro Costa — PSD.
Wagner Estelita — PSD.

Paraná:
Antônio Baby — PTB.
Jorge de Lima — PTB.
José da Silveira — PTB.
Maia Netto — PTB (21-7-60).
Miguel Buitara — PTB.
Petrônio Fernal — PTB.

Santa Catarina:
Carreiro Loyola — UDN.
Joaquim Ramos — PSD.
Osmar Cunha — PSD.

Rio Grande do Sul:
Floriano Faixão — PTB.
Clordano Alves — PTB.
Lino Braun — PTB.
Temperant Pereira — PTB.
Rio Branco — Nova da Costa —
PSD (12-7-60). — 82.

Deixam de comparecer os Senhores:

Nestor José.
Alfredo Nasser.
Amazonas:
Almino Afonso — PTB.
Jayme Araújo — UDN.
Ferreira da Silva — PSD.

Pará:
Epilogo de Campos — UDN.
Ferreira Costa — UDN.
Silvio Braga — PSP.

Maranhão:
Cid Carvalho — PSD.
José Sarney — UDN.
Newton Balo — PSD.

Piauí:
Heitor Cavalcanti — UDN.
José Cândido — UDN.
Lustosa Sobrinho — UDN.
Milton Brandão — PSP.

Ceará:
Adahil Barreto — UDN.
Alvaro Lins — PSP.
Bonaparte Maia — PRT.
Colombo de Souza — PSP.
Dias Macedo — PSD.
Edilson-Melo Távora — UDN.
Esmerino Arruda — PSP.
Furtado Leite — UDN.
Leão Sampaio — UDN.
Oziris Pontes — PTB.

Rio Grande do Norte:
Djalma Maranhão — UDN 1-6-60.
Djalma Maranhão — UDN.
Jessé Freire — PSD.
Theodorico Bezerra — PSD.
Xavier Fernandes — PSP.

Paraná:

Humberto Lucena — PSD.
Jarduby Carneiro — PSD.
João Paulo — UDN.
José Joffily — PSD.
Luiz Eronzendo — UDN.

Pernambuco:

Adelmar Carvalho — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Alde Sampaio — UDN.
Armando Monteiro — PSD.
Arruda Câmara — PDC.
Barbosa Lima Sobrinho — PSB.
Cláudio Lemos — PSD.
Dias Lins — UDN.
Glênio De Carli — PSD.
João Cleotas — UDN.
Josué de Castro — PTB.
Lamartine Távora — PTB.
Petronillo Santacruz — PSD.

Alagoas:

Abrahão Moura — PSP.
Aurélio Vianna — PSB.
Carlos Gomes — UDN.
Segismundo Andrade — UDN.

Sergipe:

Pascos Fêto — UDN.
Seixas Doria — UDN.

Bahia:

Aloysio de Castro — PSD.
Alves de Macedo — UDN.
Antonio Carlos Magalhães — UDN.
Alomar Balestro — UDN.
Edivalino Flores — UDN.
Hermogenes Príncipe — PSD.
Hildebrando de Góes — PSD.
João Mendes — UDN.
Luiz Viana — UDN.
Miguel Calmon — PSD.
Oswaldo Ribeiro — PSD.
Raymundo de Brito — PR.
Regis Pacheco — PSD.
Teófilo de Albuquerque — PR.
Waldyr Pires — PSD.

Espirito Santo:

Napoleão Fontenelle — PSD.
Nelson Monteiro — PSD.
Ramon Oliveira Netto — PTB.

Rio de Janeiro:

Aarão Steinbruck — PTB.
Brígido Tinoco — PSB.
Edilberto de Castro — UDN.
Jonas Bahiense — PTB.
José Pedroso — PSD.
Mário Tamborindeguy — PSD.
Monayr Azevedo — PSD.
Ribeiro Gomes — PTB.
Salo Brand — PSD.
Saturnino Braga — PSD.
Tenório Cavalcanti — UDN.
Vasconcelos Torres — PSD.

Distrito Federal:

Breno da Silveira — PSB.
Cardoso de Menezes — UDN.

Carlos Lacerda — UDN.
Chagas Freitas — PSP.
Hamilton Nogueira — UDN.

Minas Gerais:

Barão Junior — PSD.
Bento Gonçalves — PR.
Bias Fortes — PSD.
Bilac Pinto — UDN.
Carlos Luz — PSD.
Celso Brand — PR.
Feliciano Pena — PR.
França Campos — PSD.
Gabriel Passos — UDN.
Magalhães Pinto — UDN.
Maurício de Andrade — PSD.
Nogueira de Rezende — PR.
Ovídio de Abreu — PSD.
Ozanan Coelho — PSD.
Paulo Freire — PSP.
Pinheiro Chagas — PSD.
Uriel Alvim — PSD.
Walter Adalide — PTB.

São Paulo:

Amaral Furian — PSD.
Dagoberto Salles — PSD (20-6-60).
Derville Allegretti — PR.
Franco Montoro — PDC.
Geraldo Carvalho — PDC.
Gualberto Moreira — PTN.
Harry Normaton — PTN.
Hugo Borghi — PRT.
Ivete Vargas — PTB.
João Abdala — PSD.
Lauro Cruz — UDN.
Olavo Fontoura — PSD.
Ortiz Monteiro — PST.
Paulo Lauro — PSP.
Paulo de Tarso — PDC.
Pereira Lopez — UDN.
Ruy Nazareta — PSD (24-6-60).

Ruy Novaes — PSB.

Salvador Losacco — PTB.
Silva Padro — PTN (23-6-60).
Ulisses Guimarães — PSD.
Waldemar Pessoa — PSB.
Yukishigue Tamura — PSD.

Goias:

Anísio Rocha — PSD.
Mauro Teixeira — PSD.
Mauro Teixeira — PSD.
Resende Monteiro — PTB.
Mato Grosso:
Fernando Ribeiro — UDN.
Mendes Gonçalves — PSD.
Philadelpho Garcia — PSD.
Rachid Mamed — PSD.
Wilson Fadul — PTB.

Paraná:

Accioli Filho — PSD.
Jorge de Lima — PTB.
José da Silveira — PTB.
Ney Braga — PDC.
Oliveira Franco — PSD.
Othon Mader — UDN.

Plínio Salgado — FRP.
 Rafael Rezende — PSD,
 Santa Catarina:
 Antônio Carlos — UDN.
 Aroldo Carvalho — UDN.
 Atílio Fontana — PSD.
 Elias Adalme — PSD.
 Lenor Vargas — PSD.
 Wanderley Junior — UDN.

Rio Grande do Sul:
 Clóvis Pestana — PSD.
 Coelho de Souza — PL.
 Croacy de Oliveira — PTB.
 Daniel Dipp — PTB.
 Fernando Ferrari — PTB.
 Hermes de Souza — PSD.
 Joaquim Duval — PSD.
 Paulo Minearone — PTB.
 Raul Fila — PL.
 Raymundo Chaves — PSD.
 Unirio Machado — PTB.
 Viçtor Issler — PTB.

Acre:
 José Guilomard — PSD

Rorôndônia:
 Aluizio Ferreira — PTB.

V — O SR. PRESIDENTE:
 Levanto a sessão designando para
 amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA
 Sessão de 3 de maio de 1960

1 — Discussão única da Emenda
 Substitutiva do Senado Federal ao
 Projeto nº 1.855-56, que dispõe so-
 bre a Classificação de Cargos de
 Serviço Civil do Poder Executi-
 vo, estabelece os vencimentos cor-
 respondentes e dá outras providên-
 cias, tendo pareceres: da Comissão
 de Constituição e Justiça, pela cons-
 titucionalidade, exceto quanto aos ar-
 tigos 52, parágrafo único do art. 53,
 70 a 71, 80, 81, 83 a 87, 90 (em parte),
 91, 102, 104, 108, 110 e 111 (em parte),
 bem como, pela rejeição do art. 45;
 da Comissão de Serviço Público, fa-
 vorável aos arts. 1º, 3º a 13, 15, 16
 e 17, 17 a 22, 23 a 49, 50 e 51, 51

a 55, §§ 1º e 2º dos arts. 56, 58, 60,
 61, 63, 65, 67 (com nova redação),
 69, 78 e §§ 1º e 2º, 79 (em parte),
 81 a 83, 86 a 89, 91 a 106, 109 e 112,
 bem como, as Tabelas anexas ao
 Parecer e emenda de redação do Ti-
 tulo do Capítulo IV do Projeto da
 Câmara; pela rejeição dos arts. 2º,
 14, 23, 24 e §§ 1º e 2º, § 2º dos arti-
 gos 50, 56, 57, 60, 62, 64, parágrafo
 único dos arts. 65, 66, 68, 70 a 77, § 3º
 dos arts. 78, 80, 84, 85, 86, 107, 108,
 110 e 111; da Comissão de Finanças,
 favorável aos arts. 1º, 3º a 13, 16 e
 § 1º 17 a 22, 23 a 42 parágrafo único
 dos arts. 43, 46 a 49, 50 e § 1º, 51,
 52, 53 e parágrafo único, 54, 55, § 1º
 dos arts. 56, 58, 59, 60, 65, 67 e pa-
 rágrafo único, 69, 78 e §§ 1º e 2º
 79 (em parte), 81, 82, 83, 86 a 89,
 91 a 97, 99 e parágrafo único, 99, 100
 e parágrafo único, 101 a 103, 105, 106,
 109, 112, bem como aos Anexos nos
 termos do parecer da Comissão de
 Serviço Público, exceto a observação
 final do Anexo nº 4, lista de equi-
 pamento — Série de Classes: Agen-
 te Fiscal do Imposto de Renda (Co-
 digo AF-202), bem como, todas as
 observações do Código AF-202 e, pela
 rejeição dos arts. 2º, § 2º dos arts.
 16, 23 e 24, 43 a 45, § 2º dos arts. 50,
 50 e § 2º, 57, 60 a 62, 64, parágrafo
 único dos arts. 65, 66, 68, 70 a 77,
 § 3º dos arts. 78, 80, parágrafo úni-
 co dos arts. 82, 84 e parágrafo único,
 85 e parágrafo único, 90, 104, 107, 108,
 110 e parágrafo único e 111 (Pen-
 dente de parecer da Comissão de Or-
 çamento e Fiscalização Financeira).

2 — Discussão única das emendas
 do Senado ao Projeto nº 150-D, de
 1959, que dispõe sobre servidores do
 Departamento Nacional de Estudos
 Pedagógicos, do Departamento Na-
 cional de Obras Contra as Secas e
 da Companhia do Vale do S. Fran-
 cisco, tendo parecer favorável da
 Comissão de Serviço Público, as re-
 feridas emendas. (Relator: Senhor
 Elias Adalme).

3 — Discussão única do Projeto
 nº 1.699-A, de 1960, que autoriza a
 abertura do crédito especial de ...
 Cr\$ 1.500.000.000,00, para a recon-
 strução da barragem de Orós, no Es-
 tado do Ceará, e dá outras provi-
 dências, tendo pareceres: pela cons-
 titucionalidade da Comissão de Cons-
 tituição e Justiça; e, favoráveis, das
 Comissões de Transportes, Comuni-
 cações e Obras Públicas, de Orça-
 mento e Fiscalização Financeira e
 de Finanças. (Relatores: Srs. Jorge
 de Lima, Benedito Vaz, Souto Maior
 e Mário Tamborindeguy).

Levanta-se a Sessão às 10 horas
 e 20 minutos.

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATOS DOS SR. 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA Nº 1, DE 23 DE ABRIL DE 1960

Designo o Secretário Geral da Presidência da Câmara dos Deputados, Paulo Watzi, para, em caráter provisório, responder pelo Expediente da Diretoria Geral da Câmara dos Deputados, durante a ausência do seu titular, Doutor Adolpho Gigliotti.

Brasília, 23 de abril de 1960. — José Bonifácio, Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados.

ATOS DO SR. DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 1, DE 23 DE ABRIL DE 1960

De ordem do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados designo, em caráter provisório, os seguintes funcionários para os serviços abaixo:

- 1 — Oficial Legislativo, PL-6, Branca Portinho, para chefiar o Serviço de Pessoal;
- 2 — Oficial Legislativo, PL-7, Maria Gertrudes Albuquerque Lima, para chefiar o Serviço de Informações e Relações Públicas;
- 3 — Bibliotecário Washington José de Almeida Moura, para chefiar o Serviço de Biblioteca e Arquivo;
- 4 — Oficial Legislativo, PL-7, Adroaldo Lopes da Fonseca, para chefiar o Serviço de Comunicações;
- 5 — Assistente Legislativo, PL-3, Azor Gigliotti, para chefiar o Serviço de Segurança;
- 6 — Engenheiro Luciano Alves de Sousa, para superintender o Serviço de Transporte e Caragem, em Brasília;
- 7 — Oficial Legislativo, PL-8, João Rodrigues Leal, para chefiar o Serviço de Inventário do material da Câmara dos Deputados e, em cooperação com a Transferência, o material de emergência adquirido para alojjar Deputados e funcionários;
- 8 — Porteiro Geraldo Pereira de Castro, para chefiar o Serviço de Portaria.

Brasília, em 23 de abril de 1960. — Paulo Watzi, Respondendo pela Diretoria Geral.

PORTARIA Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 1960

De ordem do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, comunico aos Senhores Funcionários desta Casa do Congresso Nacional, que deverão se apresentar, dia 25 do corrente, sexta-feira, às 13 horas e 30 minutos, no Palácio da Câmara dos Deputados, a fim de serem iniciados os trabalhos da Secretaria.

Brasília, 23 de abril de 1960. — Paulo Watzi, Respondendo pela Diretoria Geral.

PORTARIA Nº 3, DE 27 DE ABRIL DE 1960

De ordem do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados designo, em caráter provisório, os Assistentes Legais "PL-3", Azor Gigliotti e Sylvia Evelyn Knapp, para responderem, respectivamente, pelas Diretorias de Segurança e de Comissões.

Brasília, em 27 de abril de 1960. — Paulo Watzi, Respondendo pela Diretoria Geral.

PORTARIA Nº 4, DE 27 DE ABRIL DE 1960

De ordem do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados designo, em caráter provisório, os Assistentes de Documentação PL-2, Carlos Brasil de Araújo e Carlos Siguelara de Castro, para responderem, respectivamente, pelas Diretorias de Expediente e de Publicidade.

POSTO MEDICO

AVISO

O Departamento Médico já está instalado na Quadra 18 (Caixa Econômica) casas 25, 39 — 65 — 71, próximo do Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados.

Fone próximo — 2-04-10

COMUNICAÇÃO

Do Sr. Baileta Ramos, comunicando que assumiu o cargo de Ministro do Trabalho Indústria e Comércio.

REQUERIMENTO

Do Sr. Abelardo Jurêma, solicitando preferência para que o Sr. Deputado Dyrno Pires ocupe a Tribuna no Grande Expediente da Sessão de 10 de maio de 1960.